



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE HUMANIDADES – CH**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAHis**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**CLAUD KIRMAYR DA SILVA ROCHA**

**QUILOMBO DOS DANIEL:**  
**A MEMÓRIA COMO IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO**  
**URBA- NO DE POMBAL - PB**

Campina Grande – PB

2021

**CLAUD KIRMAYR DA SILVA ROCHA**

**QUILOMBO DOS DANIEL:  
A MEMÓRIA COMO IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO  
URBA- NO DE POMBAL - PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na Linha de Pesquisa: Cultura e Cidade, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Keila Queiroz e Silva.

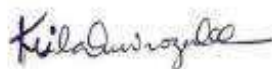
Campina Grande – PB

2021

**CLAUD KIRMAYR DA SILVA ROCHA**

**QUILOMBO DOS DANIEL:  
A MEMÓRIA COMO IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO ESPAÇO URBA-  
NO DE POMBAL - PB**

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Professora Dr<sup>a</sup>. Keila Queiroz e Silva (UFCG)  
*Orientadora*



---

Professora Dr<sup>a</sup>. Patricia Cristina de Aragão (UEPB)  
*Examinadora Externa*



---

Professor Dr. Guisepppe R. P. L. de Oliveira (UFCG)  
*Examinador Interno (Suplente)*

Campina Grande, 22 de dezembro de 2021.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 20:00 (vinte) horas do dia 22 (vinte e dois) de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Claud Kirmayr da Silva Rocha**, intitulada: "Quilombos dos Daniel: A memória como Identidade e Territorialidade no Espaço Urbano de Pombal-PB", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Keila Queiroz e Silva (Orientadora), Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira (Examinador Interno), Patrícia Cristina de Aragão (Examinadora Externa), Dinaldo Barbosa S. Júnior (Examinador Suplente Interno), Maria Jaqueline F. Carvalho (Examinador Suplente Externo). Assinam também a presente Ata, o Orientador e Coordenador do Programa Prof. Dr. José Otávio Aguiar e o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Lista de Presença**

Orientadora	Keila Queiroz e Silva	
Examinador (a) Interno(a)	Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira	
Examinador(a) Externo (a)	Patrícia Cristina de Aragão	
Coordenador do PPGH	José Otávio Aguiar	
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	

Campina Grande, 22 de dezembro de 2021.

R672q

Rocha, Claud Kirmayr da Silva.

Quilombo dos Daniel: a memória como identidade e territorialidade no espaço urbano de Pombal - PB / Claud Kirmayr da Silva Rocha. - Campina Grande, 2022.

151 f. : il. Color

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Profª. Dra. Keila Queiroz e Silva".

Referências.

I. Quilombola. 2. Pombal. 3. Territorialidade e Memória. I. Silva, Keila Queiroz e. II. Título.

CDU 930.85(043)

## **AGRADECIMENTOS:**

*Em noites de céu apagado Desenho as estrelas no chão Em noites de céu estrelado Eu pego as estrelas com a mão E quando a agonia cruza a estrada. Eu peço pra Deus me dar sua mão.” Pe. Fábio de Melo*

Em meio ao espaço infinito cada estrela é um amigo que me ajudou, me deu a mão, durante a caminhada do mestrado, ora próximo, ora distante e assim como o universo sem limites, sejam minhas palavras para agradecer a cada pessoa que Deus usou para me estender a mão.

Meu primeiro agradecimento é a Deus, pai todo poderoso que me sustentou com sua mão segura e me ajudou a superar cada desafio que tive que enfrentar ao longo do percurso antes e durante o mestrado. Estudar em uma universidade pública era um sonho que teve início ainda na adolescência, quando era estudante do Ensino Médio, mas que só foi possível apenas na pós-graduação do mestrado.

Agradeço à Universidade Federal de Campina Grande. Instituição detentora de conhecimento que muito contribui para o desenvolvimento não só da cidade Campina Grande mais de todo estado da Paraíba, dentre outros Estados brasileiros, formando grandes profissionais humanos, habilitados para atuar no mercado de trabalho e servir ao próximo. Minha gratidão, respeito e defesa à Universidade pública, aqui representada pela Universidade Federal da Campina Grande-UFCG. A Universidade pública e de qualidade deve ser para todos. O conhecimento deve ser democratizado.

Agradeço à minha orientadora a professora Dr<sup>a</sup>. Keila Queiroz e Silva, pelas orientações, pelo incentivo, paciência e humildade na condução deste trabalho. Seu apoio e direcionamentos foram indispensáveis para me apaziguar nos momentos de minhas inquietações, durante a trajetória do mestrado.

Dentre tantas mulheres especiais em minha vida, quero destacar minha mãe Lindaura da Silva Rocha, que durante esse período de estudo compreendeu minha ausência em sua vida, mesmo distante buscou-me fortalecer durante a caminhada.

Ao meu saudoso pai Geraldo Rocha de Sousa (in memoriam) que sempre acreditou em meus sonhos e me guiou pelo bom caminho. Desconheço homem tão humilde e generoso como foi o senhor meu pai!

À minha namorada e companheira de longa data Mary Delane, mulher carinhosa e prestativa, que aguentou meus estresses e preocupações durante o período do curso, meu agradecimento.

À minha eterna professora Hildenia Onias de Sousa, pelas contribuições que me conduziram muito além do que podia imaginar, não só nos estudos, mas também na vida.

Aos amigos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Josué Alves de Azevedo que acreditaram na minha trajetória de formação continuada da especialização até o mestrado.

A Sr<sup>a</sup>. Lídia Dantas Werton, pela palavra amiga, pelo incentivo para que eu desse continuidade às disciplinas pré-requisitos do mestrado.

Também não poderia esquecer de agradecer aos amigos (as) da Rainha da Borborema que me ajudaram desde o processo seletivo, em especial à Genilda da Xerox, quando gentilmente atendeu ao meu apelo e foi aos Correios depositar o material para que assim eu pudesse estudar para a seleção, e pelo telefone utilizou de palavras motivadoras que me ajudaram a acreditar na realização deste sonho.

À comunidade quilombola dos Daniel, de Pombal - PB, meu campo de pesquisa que sempre me acolheu bem e contribuiu com o possível durante o período de coleta de dados mesmo enfrentando a Covid-19, as pessoas abriram as portas de suas casas para me acolher; também agradeço à Associação Comunidade Negra dos Pontões Daniel, na pessoa de Gilson Cecílio Ribeiro que antes era meu informante e passou a ser meu amigo. E ainda à presidente da Associação Comunidade Remanescente dos Quilombolas dos Daniel, Maria Helania Sales Ribeiro.

Ao CEMAR na pessoa de José Ribeiro da Silva, amigo que muito admiro e muito contribuiu com informações do movimento negro em Pombal.

À Margarida Pereira da Silva (in memoriam) pelas contribuições significativas na vida dos pombaleses, inclusive a minha, pois me coloco no lugar de fala de quem recebeu benefícios profissionalizantes, pelo então Clube do Menor Trabalhador (CMT).

A todos os funcionários do PPGH, na pessoa de Yaggo secretário, pela paciência e atenção sempre que necessitei por diversas vezes tirar dúvidas. Aos membros da banca a Prof<sup>a</sup> Dr. Patricia Cristina Aragão e Prof. Dr. Guiseppe R. P. L. de Oliveira, pelas valiosas observações e palavras que tanto motivam e inspiram.

Enfim, a todos os professores e amigos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste importante momento da minha trajetória de vida, que ficou marcada por uma importante lição: “Fica sempre, um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas, nas mãos que sabem ser generosas. Dar do pouco que se tem ao que tem menos ainda enriquece o doador, faz sua alma ainda mais linda” (Alberto Costa).

## **RESUMO:**

Nesta pesquisa, denominada “*Quilombo dos Daniel: a Memória como Identidade e Territorialidade no Espaço Urbano de Pombal – PB*”. Partimos da premissa de que os quilombos são espaços que expressam hábitos e costumes que reverberam a herança cultural do povo negro compondo a identidade cultural dos sujeitos que ocupam um território e exercem sua soberania. Por se tratar de comunidade tradicional optamos por trabalhar com a metodologia de pesquisa oral onde coletamos narrativas de histórias de vida, objetivando analisar a identidade urbana quilombola dos Daniel (Pombal - PB) por meio de sua memória individual e coletiva, as suas práticas culturais e sua relação com a territorialidade da cidade. Com o intuito de compreender a territorialidade quilombola e sua identidade negra, utilizamos a história oral como método de pesquisa junto aos atores mais antigos da comunidade na perspectiva de compreender a sua cultura. Propomos um estudo teórico envolvendo alguns teóricos a exemplo de Arruti (2008), Albagli (2004), Bosi (1995), Candau (2011), Freyre (1981) dentre outros que contribuíram para a compreensão e análise da identidade quilombola dos Daniel. Para isso foi feito um estudo interdisciplinar envolvendo os campos do conhecimento: História, Geografia, Antropologia e Sociologia, afim de contribuir para a valorização e significância quilombola dos cidadãos do quilombo dos Daniel, no exercício de apropriação de suas lutas e conquistas com vistas na autoafirmação de sua identidade. A comunidade quilombola em questão conserva costumes dos seus antepassados, principalmente no que diz respeito à continuidade da sua cultura, a exemplo da dança folclórica dos pontões, que permanece sendo executada por membros da comunidade, servindo para as gerações mais jovens como autoafirmação da afrodescendente e corroborando o pertencimento ao território.

**Palavras-chave:** Pombal; Quilombola; Territorialidade e Memória.



**ABSTRACT:**

This research, called Daniel's Quilombo: Memory as Identity and Territoriality in the Urban Space of Pombal-PB, is based on the premise that quilombos are spaces that express habits and customs, which reflect the cultural heritage of black people, composing the identity of subjects who occupy a territory and exercise their sovereignty. As it is a traditional community, we chose to work with oral research methodology and collected narratives of life stories, aiming to analyze the urban identity of the Daniel quilombola (Pombal-PB) through their individual and collective memory, their cultural practices and its relationship with the territoriality of the town. In order to understand the quilombola territoriality and its black identity, we used oral history as a research method with older community actors in the perspective of understanding their culture. We propose a theoretical study involving some theorists such as Arruti (2008), Albagli (2004), Bosi (1995), Candau (2011), Freyre (1981) among others that contributed to the understanding and analysis of identity the Daniel's Quilombola. For this, an interdisciplinary study was carried out involving the fields of knowledge: History, Geography, Anthropology and Sociology, in order to contribute to the appreciation and quilombola significance of the citizens of the Daniel quilombo, in the exercise of appropriation of their struggles and achievements with a view to self-assertion of their identity. The quilombola community in question preserves the customs of its ancestors, especially with regard to the continuity of its culture, such as the folkloric dance of Pontoons, which is still performed by members of the community, serving the younger generations as a self-assertion of Afro-descendants and corroborating the belonging to the territory.

**Keywords:** Daniel's Quilombo; Memory; Territoriality.

## LISTA DE SIGLAS:

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AACADE	Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes
ACNPD	Associação Negra dos Pontões Daniel
ADCT	Atos de Disposição Constitucionais Transitórios
CAGEPA	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CCHLA	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
CECNEQ	Coordenação das Comunidades Negras Quilombolas
CEMAR	Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva
CEMEQ	Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas
CF	Constituição Federal
CTB	Clube do Menor Trabalhador
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
INCRA	Instituto Nacional da Reforma Agrária
MNU	Movimento Negro Unificado
MNPB	Movimento Negro da Paraíba
PBQ	Projeto Brasil Quilombola
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UNICAMP	Universidade Federal de Campinas

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 - A redenção de Cam	34
Figura 2 - Mapa dos Quilombos da Paraíba	50
Figura 3 - Professora Margarida Pereira da Silva	60
Figura 4 - Crianças atendidas na antiga Creche Pequeno Príncipe	62
Figura 5 - Margarida é homenageada pela comunidade internacional Aktion Gruppe	63
Figura 6 - Centro de Educação Integral Margarida Pereira Silva (CEMAR)	66
Figura 7 - Apresentação da Banda Areia Fina na Alemanha	67
Figura 8 - Vista aérea do município de Pombal – PB	71
Figura 9 - Localização do Quilombo dos Daniel	72
Figura 10 - As residências do quilombo e o seu colorido	73
Figura 11- Residência do Quilombo Daniel	74
Figura 12 - Espaço destinado a orações na residência de Dona Cícera Maria	75
Figura 13 - Documento de Reconhecimento da comunidade quilombola Daniel	77
Figura 14 - Sede da Associação da Comunidade Quilombola dos Daniel	78
Figura 15 - Francisco Daniel Ribeiro	85
Figura 16 - Maria do Socorro Monte Ribeiro	86
Figura 17 - Sebastião da Silva Ribeiro	86
Figura 18 - Francisco Ribeiro Neto	87
Figura 19 - Maria de Fatima Daniel	88
Figura 20 - Edmilson Evaristo Neri	88
Figura 21 - José Ribeiro da Silva	89
Figura 22 - O antigo cruzeiro	93
Figura 23 - Atual base do cruzeiro	94
Figura 24 - Elias Francisco Ribeiro (Seu Daniel)	98
Figura 25 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário	104
Figura 26 - Altar principal da igreja de Nossa Senhora do Rosário	104
Figura 27 - Manuel Cachoeira durante a solenidade da Festa do Rosário	106
Figura 28 – Abertura da festa do Rosário	108
Figura 29 – Cerimônia de abertura da festa do Rosário 2019	109
Figura 30 – Grupo de Pontões durante o cortejo do Domingo do Rosário	113
Figura 31 – Os Congos de Pombal e a celebração da missa da festa do Rosário 2019	115
Figura 32 – Grupo “Os Congos” em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário	115
Figura 33 – Grupo folclórico do Reisado de Pombal-PB	117

## **LISTA DE TABELAS:**

Tabela 1- Número de Pessoas residentes em Pombal durante o final do século XVII	43
Tabela 2 - Demostra os bens para doação do Sr. Manuel Ferreira Velho	46
Tabela 3 - Comunidades Quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares	53

## **LISTA DE GRÁFICOS:**

Gráfico 1- Bens do Coronel Manuel Pereira de Lima	44
Gráfico 2 - Comunidades quilombolas da Paraíba certificadas pela Fundação Cultural Palmares	52

**ANEXO:**

Estatuto da irmandade do Rosário

## SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>CAPÍTULO I – A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA: ENTRE SILENCIAMENTOS E VISIBILIDADES</b>	24
1.1 A historiografia da escravidão Silenciada na Paraíba	24
1.2 Refletindo o Espaço do Sertão	37
1.3 A Vila de Pombal e Alguns dos Seus Residentes	41
<b>CAPÍTULO II – MOVIMENTO QUILOMBOLA NA PARAÍBA DO LITO- RAL AO SERTÃO</b>	48
2.1 As comunidades quilombolas paraibanas: entre Criolos, Rufinos, Negros das Barreiras	48
2.2 Por uma descrição das Comunidades Quilombolas da Paraíba	53
2.3 O movimento negro em Pombal: luta e representatividade de Margarida Pereira da Silva	58
2.4 Movimento negro, raízes de Pombal e sua ressignificação	63
2.5 Comunidade Quilombola dos Daniel: um espaço de resistência na cidade de Pombal – PB	67
2.5.1 Localização do Quilombo dos Daniel	71
2.5.2 Da organização popular ao processo de certificação dos Daniel	74
<b>III CAPÍTULO - MEMÓRIA E IDENTIDADE DA COMUNIDADE QUI- LOMBOLA DOS DANIEL DA CIDADE DE POMBAL-PB</b>	78
3.1 Os guardiões da memória e a arte de narrar história	78
3.1.1 Face a face com os moradores velhos da comunidade quilombola dos Daniel	83
3.2 Do Quilombo ao centro da cidade, festa do Rosário, irmandade e sincretismo	99
3.2.1 A festa do Rosário como identidade e memória de um povo	107
3.2.2 Ponto, Congo e Reisado: folclore e reverberações da identidade negra	111
3.3 José Ribeiro: uma representação negra em Pombal	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	124
<b>REFERÊNCIAS</b>	128
<b>APENDICE</b>	133
<b>ANEXOS</b>	143

## INTRODUÇÃO:

Esta dissertação é resultado da pesquisa de mestrado denominada: “*Quilombo dos Daniel: a memória como identidade e territorialidade no espaço urbano de Pombal-PB*”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História - PPGH/UFCG. O objetivo deste trabalho é compreender a identidade urbana quilombola dos Daniel (Pombal-PB) por meio de sua memória individual e coletiva, as suas práticas culturais e sua relação com a territorialidade da cidade.

Essa trajetória tem início com minha aprovação no Programa de Pós-graduação em História da UFCG, em 2019.2. O projeto tinha o objetivo de pesquisar a comunidade remanescente de quilombola Rufinos, localizada no sítio São João, distante aproximadamente 16 quilômetros da zona urbana do município de Pombal-PB. Porém, após a seleção, fui surpreendido pela mudança da linha de pesquisa determinada pelo PPGH, então tive que mudar da linha II Cultura, Poder e Identidade, para a linha I Cultura e Cidade, essa solicitação me fez reformular boa parte do projeto de pesquisa, tendo em vista que o quilombo dos Rufinos é uma comunidade rural, onde iríamos analisar a questão cultural e a sustentabilidade local.

Para não me distanciar da temática “quilombo”, durante as aulas da disciplina de Metodologia de Pesquisa em História na linha I, buscando me situar no contexto da linha Cultura e Cidade, pensei na possibilidade de redirecionar minha pesquisa para o quilombo urbano no município, o que foi acolhido e ratificado como sugestão pela professora e orientadora Keila Queiroz e Silva. Embora sendo natural da cidade de Pombal, onde cresci conhecendo a história da cidade, e tendo uma vivência de contato com seus habitantes, não tinha conhecimento de que houvesse uma comunidade quilombola urbana. A partir de então, passei a adotá-lo como objeto desta pesquisa e a visitar esse *locus* semanalmente a fim de conhecer melhor a comunidade e estabelecer uma dinâmica de interação que me proporcionasse coletar as informações que me permitissem analisar a memória como identidade do quilombo.

O interesse pela temática cultura afrodescendente foi despertado durante a minha primeira graduação em Geografia, e se tornou mais evidente na segunda graduação em Pedagogia, quando estudamos a disciplina Estudo das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira. As discussões feitas nessa disciplina provocaram-me de tal forma que intensifiquei a busca pelo tema, através de leituras de artigos sobre o assunto e outras publicações. Nesse sentido, percebi que cada vez mais a referida temática significava



para mim, de modo que me reconhecia e me identificava nessas leituras. Nessa percepção, faço minhas as palavras de Bosi (1994, p. 22), compreendi que “o que em mim fica é o que em mim significa”.

Portanto, passei a formular o problema de pesquisa, o qual está centrado na identidade quilombola, pilar deste trabalho. O meu interesse foi compreender como foi constituída a identidade quilombola dos Daniel, tomando como ponto de partida o relato de experiências, que por sua vez, dará conta da discriminação, luta e resistência, mesmo se mantendo invisível durante muito tempo diante da história social.

Meu primeiro contato com a comunidade dos Daniel foi estabelecido em 01 de setembro de 2019 com um conhecido. Ao descobrir que seu sobrenome era Ribeiro, percebi que se tratava da pessoa que fora presidente da Associação Remanescente de Quilombola dos Daniel, que é composta em sua maioria por familiares que residem no entorno do quilombo. Os primeiros encontros foram realizados na residência do Sr. Gilson Cecílio Ribeiro que prontamente me apresentou à sua família como estudante e pesquisador. Esse primeiro contato teve como objetivo solicitar a autorização da família Daniel para realizar a pesquisa sobre as origens do quilombo e seu processo de formação na perspectiva de revelar através da territorialidade, sua identidade, por meio dos relatos de vida das pessoas mais idosas da comunidade, além de lideranças próximas.

Durante minha apresentação, a família Daniel demonstrou curiosidade. Os olhares eram atentos na expectativa de ouvir e de falar. Ao mesmo tempo em que os sujeitos demonstravam timidez. Diante desse misto de ansiedade e timidez, entendi que era preciso ter paciência para que eles se sentissem à vontade para narrarem suas memórias, de maneira que essas falas fossem fluído e chegassem a ocorrer o mais natural possível.

Essa percepção ficou mais evidente quando os membros da associação passaram a me convidar para participar das reuniões na sede da Associação, momento que a comunidade passou a expor algumas das suas dificuldades, como dialogar com o poder público municipal, no sentido de busca fomentar o empoderamento financeiro da comunidade, através de uma renda que pudesse ser implementada por meio de uma cooperativa de artesanato. É interessante ressaltar que a maioria das mulheres do quilombo se encontra desempregada e sua principal renda é a prestação de serviço doméstico. Essas mulheres atuam como diaristas em residências no centro da cidade. Entre as características identificadas durante a pesquisa, está o baixo índice de escolaridade entre os moradores da comunidade, fato que necessita de assistência básica do poder público.

Ao iniciar as entrevistas, durante o primeiro semestre do ano de 2020, pelas limitações

causadas pela pandemia de COVID 19, passei a adotar os protocolos de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias, em vista da continuação da pesquisa. Precisei reforçar a orientação das recomendações aos meus contadores de história, haja vista que em sua maioria eram pessoas idosas, consideradas mais vulneráveis à exposição ao vírus.

Ciente de que agia com todos os cuidados, na minha responsabilidade pessoal frente ao vírus, sem apresentar nenhum sintoma gripal, que pudesse oferecer algum risco para os meus contadores de história e em concordância com os moradores do quilombo, passei a frequentar novamente o supracitado quilombo e a colher os depoimentos.

É interessante lembrar que durante as visitas à comunidade dos Daniel, foi possível participarmos de reuniões, eventos comemorativos, coletar informações com pessoas idosas e lideranças que realizaram um trabalho significativo junto à associação quilombola, como entrega de cestas básicas para atender às famílias com baixa renda do quilombo e também a aplicação das primeiras doses de vacinas para proteger a comunidade, fazendo valer seus direitos de proteção, previstos na Constituição Brasileira de 1988.

No que tange aos procedimentos, optou-se por realizar uma pesquisa documental e de campo para termos uma visão de como se encontra a questão identitária do quilombo, como esta foi sendo construída pela comunidade, não prescindindo da pesquisa bibliográfica. Para tanto, optei por desenvolver um trabalho baseado em história e memória por se tratar de uma comunidade tradicional. Os documentos ajudam a legitimar sua existência assim como as histórias de vida narradas pelos moradores da comunidade local contribuem para revelar como se deu o processo de ocupação desse território pelos seus ancestrais. Dessa forma, a preservação da história contada por esse povo, configura-se como muito importante para os estudos da história do município de Pombal. Nessa seara, utilizaremos os estudos de Albagli (2014) e Hobsbawm (1977) para nos auxiliar no processo de compreensão da história dos Daniel.

Transitando pelos escopos das pesquisas bibliográficas e documentais, recorreremos a alguns escritores da cidade de Pombal a fim de que contribuíssem para compor dados sobre a história da cidade que pudessem dialogar com a história dos Daniel, como também outros teóricos das ciências humanas e sociais como os listados abaixo.

Dentre as contribuições dos historiadores, podemos destacar: Chartier (2002), Almeida (1980), Araújo (2020) Joffily (1927) Pinto (1908), Mello (1981), Mariz (1994). Foram tomados alguns conceitos a partir da Geografia, a exemplo do conceito de território Albagli (2004), Raffestin (1998), Leite (1998). No campo da Psicologia e da Sociologia, utilizou-se o conceito de identidade, trabalhado a partir das formulações de Ecléia Bosi (1995), e outras

contri- buições de autores como Candau (2011), Castells (2011), Freyre (1981). No campo da Antropologia, Arruti (2008), O'dwyer (1995), em relação ao conceito de raça buscamos nos aproximar de Munanga (1995), Schwarcz (1993). Com relação ao conceito de ressemantização de quilombo recorremos a Arruti (2006).

Quanto à fortuna crítica sobre os estudos referentes à categoria quilombo, recorri a consultas aos arquivos das bibliotecas virtuais de algumas universidades, a fim de que verificasse alguns trabalhos sobre o tema que pudessem dialogar com a minha. Nesse sentido, destaco alguns desses trabalhos.

Na Universidade Federal da Paraíba- UFPB Repositório digital pesquisamos vários títulos relacionados à nossa temática, dentre eles destaco a dissertação de mestrado *As mulheres Quilombolas na Paraíba: Terra, Trabalho e Território*, de Monteiro (2013). A pesquisa busca compreender o trabalho e a importância da reprodução social da mulher quilombola na Paraíba. Essa pesquisa contribuiu para o diálogo com o nosso trabalho, uma vez que as mulheres possuem grande representatividade nos territórios quilombolas, podemos referenciar a trajetória de trabalho desenvolvido pela professora Margarida junto as comunidades quilombolas de Pombal.

Em *A resignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe, João Pessoa – PB: uma análise a partir da análise dos processos de resistência*, Costa (2016) nessa dissertação faz uma análise do processo de resignificação da identidade quilombola da Comunidade de Piratibe - PB.

Na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, PPGH encontramos a dissertação de Moraes (2009), intitulada: *Em busca da Liberdade: Os escravos no sertão do Rio Pi- ranhas, 1700-1750*. A autora destaca a relação entre senhores e escravos suas interdependên- cias e os possíveis arranjos e ou tensões. Também fiz uso da dissertação de Wanderley (2009) cujo título é: *Cotidiano, cultura e lazer em Pombal: Contradições do progresso (1927 – 1959)*. Nesse trabalho, é feita uma análise do processo de urbanização da cidade de Pombal e a formação de novas sensibilidades e subjetividades e tensões que envolveram a vida dos moradores desta cidade. Esse trabalho contribuiu para fortalecer a legitimidade da escravidão no município de Pombal-PB, durante o seu processo de formação que teve início através das grandes fazendas para criação de gado e produção agrícola.

Já na Universidade Federal do Pernambuco – UFPE, foi feita a consulta à tese de doutorado de Rocha (2007) intitulada de: *Gente negra na Paraíba Oitocentista: População, famí- lia e Parentesco espiritual*. Este trabalho busca compreender como homens e mulheres negros (escravos e não escravos) organizaram suas famílias e quais estratégias elaboraram

para (re) construir os vínculos familiares em três freguesias do litoral da Paraíba no século XIX. As leituras ajudaram a compreender o processo de formação das famílias negras na Paraíba seu cotidiano de trabalho e suas interações estabelecidas na parte espiritual onde as influências do catolicismo eram predominantes.

Também foi consultado o site da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, onde foi obtido o trabalho monográfico *Comunidade Talhado Um Grupo Étnico de Remanescente Quilombola: uma comunidade construída de fora?* Discute-se neste trabalho, a história do povo de Livramento que foi construída com base na fuga dos negros, que se refugiavam no alto da Serra Grande do Pajeú (ROBERTO, 2014). Merece atenção também a dissertação de mestrado de Nóbrega (2007) intitulada: *Comunidade Talhado Um Grupo Étnico de Remanescente Quilombola: uma comunidade construída de fora?* O trabalho é resultado da pesquisa sobre identidade em uma comunidade rural mestiça (caboclos e negros) conhecida por Talhado, localizada em Santa Luzia, sertão da Paraíba. Essa pesquisa ajudou a compreender melhor como se constitui a identidade do grupo quilombola tanto internamente quanto externamente.

No Instituto Federal da Paraíba – IFPB, destaca-se o trabalho de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Ambientais do Semiárido, de Alencar (2017) que se intitula *Uma Designer na Serra do Abreu: a identidade quilombola na produção artesanal*. O trabalho promove um debate acerca do resgate da história da comunidade da Serra do Abreu, objetivando criar uma identidade visual para os objetos confeccionados, utilizando a matéria-prima do barro pelas mulheres do referido quilombo. Através das leituras sobre a identidade cultural do quilombo da Serra do Abreu, compreendemos que cada quilombo utiliza dos elementos culturais para identificar sua legitimidade no caso do quilombo dos Daniel a identidade cultural se revela através da tradição da irmandade do Rosário e do grupo folclórico dos Pontões.

Em consultas ao site “Quilombos da Paraíba”, extraímos informações importantes acerca das comunidades remanescentes quilombolas no estado. O acervo documental, bibliográfico e iconográfico contribuiu com informações que aperfeiçoaram a pesquisa sobre a Comunidade dos Daniel, além de possibilitar conhecer o trabalho desenvolvido pela AACADE (Associação de Apoio aos Assentados e Comunidades Afrodescendentes) e também da CEC- NEQ (Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas) e algumas ONGs que realizam trabalhos no Estado da Paraíba, auxiliando os quilombolas em diversas questões dentre algumas delas podemos citar: o reconhecimento territorial, empoderamento, visibilidade, além da inserção em eventos culturais que contribuam com o

processo de fortalecimento da cultura negra quilombola da Paraíba.

Em consulta ao endereço eletrônico da Fundação Cultural Palmares – FCP, foram coletadas informações de como se encontra o processo de demarcações de terras quilombolas no Estado da Paraíba, além de obter informações sobre a posse de terra, também foi possível encontrar algumas leis que garantem ao povo quilombola o acesso as políticas públicas.

Ainda no que se refere à questão metodológica, optamos por dar visibilidade pessoas do quilombo tendo em vista que durante muito tempo essas pessoas estiveram invisíveis aos olhos da sociedade. Para muitos, os idosos também não possuem tanta representatividade, entretanto ao ouvi-los podemos adquirir vários conhecimentos, informações importantes que estão resguardadas, essas pessoas são consideradas por alguns escritores verdadeiros “guardiões”, conforme ressaltou Ecléa Bosi em sua obra “Memória e Sociedade: lembranças de velhos” (1983), os idosos são os trabalhadores do ato de recordar, ao narrar suas experiências eles estão trabalhando e exercendo um papel social de luta contra o esquecimento e desenraizamento das novas gerações. O método da pesquisa oral é considerado multidisciplinar por envolver disciplinas como: História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Psicologia entre outras. Nesse sentido é pertinente destacar que é uma técnica capaz articular um conjunto de procedimentos confiáveis capazes de produzir o conhecimento a luz do discurso multidisciplinar (MEIHY, 1996).

Quanto às concepções teóricas, três conceitos básicos permeiam esta pesquisa: raça, território e quilombo. A pesquisa aborda a temática da identidade, por esse motivo optamos por compreender o conceito de “raça”, tendo em vista que essa linha de pensamento teve forte influência nos discursos proferidos por juristas, médicos e demais membros da sociedade elitista branca brasileira no final do século XIX, essas pessoas justificavam o racismo e a exclusão social imposta aos afro-brasileiros. A condição de escravidão foi posta desde que os primeiros cativos chegaram ao Brasil. Costa (1999, p.252) aborda a escravidão no Brasil, como “Um sistema de exploração do trabalho baseado na posse sobre o trabalhador” diferenciando homens negros dos homens que eram livres ou pertenciam a elite de pele branca.

Os homens e mulheres negros (as) que possuíam a tutela jurídica de liberto e cativo no Brasil passaram a ter que “aprender a conviver com essa negação sem que se permitisse cair na auto aniquilação” (CASTELLS, 2001, p. 74). Nesse sentido a auto aniquilação significaria para o povo negro a exclusão de suas tradições ancestrais, essa atitude era muito incentivada pela elite branca que tinha o propósito de promover o silenciamento da fala negra e sua cultura. A invisibilidade imposta às pessoas negras no Brasil tinha ligação direta com a

questão racial.

Durante o século XIX, foi realizada uma interpretação etnocêntrica da população brasileira que esteve associada aos discursos médico e jurídico utilizando o termo superior difundido pelos europeus, tentando conjecturar um projeto de superioridade “branca” civilizada que considerava um crime tudo que referenciasse elementos indígenas e negros, responsabilizando-os pelos problemas sociais que o Brasil possuía um verdadeiro entrave para alcançar o status civilizatório.

A teoria brasileira do “branqueamento” [...] [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil [...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e “menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1989, p. 81).

A teoria do branqueamento brasileiro tinha por objetivo distanciar os negros do passado escravo, fazendo com que o negro negasse sua negritude numa busca incentivada pela elite branca que pregava o preconceito racial. Essa tentativa de negligenciar o passado dos negros e sua cultura afro-brasileira, desejava aproximar-se da identidade branca dos povos europeus. Toda essa farsa tinha o intuito de justificar o mito da Democracia Racial. Conforme Hasenbalg (1995, p. 238), “O ideal de branqueamento e o mito da democracia racial brasileira destina-se a socializar a totalidade da população (brancos e negros igualmente) e a evitar áreas potenciais de conflito social”. Esse negacionismo envolvendo questões sociais corroborou para o distanciamento entre negros, mestiços e brancos.

Podemos destacar o Movimento Negro que começou a ser difundido no Brasil a partir de 1930, tendo à frente várias organizações a exemplo da Frente Negra Brasileira que passou a sistematizar todo esse processo de resistência negra envolvendo questão cultural e simbólica, conjecturando reivindicações junto aos poderes constituídos, almejando justiça social, reparação por danos causados pela escravidão. Esse debate é colocado em pauta visando analisar as condições sociais pelas quais vivem o povo negro, em especial os remanescentes quilombolas.

A legislação brasileira assegura sua existência tanto social quanto jurídica dos grupos étnicos na Constituição brasileira de 1988, fazendo menção ao território ancestral, conferindo-

esses direitos que foram sendo fortalecidos por Decreto a exemplo do 4.887/03 que regulamenta uma série de procedimentos como reconhecimento, identificação, delimitação, titulação da área ocupada por comunidades remanescentes quilombolas em seu artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Apesar de a legislação está em vigor no Brasil e assegurar a posse definitiva da terra, essa população costuma enfrentar um processo demorado para conseguir o reconhecimento.

Na perspectiva de fortalecer a luta e a resistência contra a discriminação do povo negro em especial das comunidades quilombolas do Brasil e visando contribuir para as discussões nessa seara, esta pesquisa traz a trajetória de construção identitária da comunidade remanescente quilombola dos Daniel de Pombal-PB, valendo-se da memória individual e coletiva do quilombo. Desta feita as informações contidas nessa pesquisa estão subdivididas em três capítulos.

No primeiro capítulo, realizamos um levantamento bibliográfico e documental sobre o silenciamento dos escritores paraibanos com relação aos registros da participação dos negros na literatura que teve seu percurso silenciado e por diversas vezes secundarizado, revelando lacunas em sua trajetória, em seguida apresentamos o processo de ocupação do espaço do sertão e o núcleo de povoamento da vila de Pombal e seus residentes, objeto da nossa pesquisa. No terceiro capítulo, iremos apresentar os guardiões da memória, pessoas que através da sua história de vida ajudaram a construir essa pesquisa, na sequência entenderemos como se deu o percurso histórico da família Daniel, desde sua chegada ao município de Pombal-PB e o seu percurso de mudança do campo para uma localidade próxima a cidade atualmente zona urbana. A tradicional festa do Rosário evento centenário, local onde acontecem as apresentações dos grupos folclóricos afro-brasileiros. Por fim, analisamos a história de vida do Sr. José Ribeiro líder das comunidades quilombolas de Pombal que fundamentou sua trajetória de vida na luta e resistência dos povos negros.

## **CAPÍTULO I – A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA: ENTRE SILENCIAMENTOS E VISIBILIDADES**

Neste primeiro capítulo, iremos apresentar um levantamento bibliográfico sobre o silenciamento da historiografia do negro no Estado da Paraíba durante o século XIX, período que existiu a escravidão presente no cotidiano dos escritores, entretanto eles pouco relataram em suas obras o cotidiano da vida dos afro-brasileiros, entretanto os que descreveram deixaram lacunas na história da sua escrita.

Durante o século XX as instituições de ensino superior passaram a desenvolver pesquisas e produzir trabalhos significativos abordando a temática escravidão nos trabalhos de graduação e pós-graduação proporcionando a visibilidade desses grupos étnicos no território da Paraíba. Neste sentido resgatamos a história do processo de colonização do sertão, com destaque para a formação da Vila de Pombal e alguns dos seus colonizadores que trouxeram com eles os escravos para trabalhar nas fazendas desenvolvendo a agricultura e pecuária. Concluímos esse capítulo abordamos aspectos relacionados a discriminação racial e a tentativa do branqueamento da população brasileira.

### **1.1 A Historiografia da Escravidão Silenciada Na Paraíba**

A história da escravidão no Brasil é algo recorrente nos estudos históricos, muito embora não tenham sido descritos da forma como deveria, apresentando as atrocidades cometidas contra o povo negro escravizado. Envolvido neste contexto, as ciências humanas desenvolvem estudos interdisciplinares na perspectiva de buscar compreender e compartilhar a realidade sobre a qual esses indivíduos negros se encontravam submetidos, ao longo da história.

Nesse sentido, a história da Paraíba assim como a história do Brasil, o povo negro teve sua trajetória histórica silenciada durante muito tempo, esses sujeitos buscaram lutar por liberdade, mesmo enfrentando grandes desafios no cotidiano onde viviam. O estado da Paraíba, a partir do século XX, começou a desenvolver estudos relacionados à questão negra escravista e quilombola. Instituições de ensino superior como UEPB, UFCG, UFPB, UFPE e outras instituições brasileiras, através de pesquisas de seus estudantes, abordam a temática em seus trabalhos de conclusão de curso dissertações e teses. Esses estudos sinalizam a preocupação em dar visibilidade ao povo negro.



Dentre os diversos trabalhos produzidos pelas instituições mencionadas, podemos destacar algumas pesquisas como a de Joselito Eulámpio da Nóbrega da UEPB, intitulada *Comunidade Talhado um Grupo Étnico de Remanescente Quilombola*: uma identidade construída de fora. O objetivo do trabalho de acordo com Nobrega (2009, p, 15) foi reunir e analisar o maior número possível de informações acerca da comunidade remanescente de quilombola na perspectiva de ampliar a história identitária da comunidade.

A dissertação de Ana Paula Cruz Pereira de Moraes da UFCG contribuiu significativamente auxiliando no levantamento de dados da nossa pesquisa, com um tema inspirador: *Em busca da Liberdade*: os escravos no Sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. A pesquisa Moraes (2009) levantou algumas problemáticas como:

o poder político, emanado pela sociedade colonial, aos nobres da terra, sustentava os laços de dependência entre senhores e escravos no alto sertão paraibano? Como esses laços eram legitimados? Quais as possíveis tensões ou, por outro lado, arranjos existiam entre esses atores sociais, e de que maneira os mesmos permeavam tais relações? (p, 9).

As respostas para essa problemática foram embasadas em suas fontes, documentos: eclesiásticos, registros de batismo; cartorárias procurações e cartas de alforria; e judiciárias-inventários. Dentre os diversos trabalhos produzidos na UFPB, destaco a dissertação de Maria Salomé Lopes Maracajá, *Território e Memória*: a construção da territorialidade étnica da Comunidade Quilombola do Grilo, Paraíba. Em sua pesquisa Maracajá (2013, p. 9) realizou uma análise do processo de construção do território e sua identidade étnica da comunidade do Grilo, tomando por base os relatos de memórias e mitos fundadores.

Outro trabalho importante, desta vez em nível de doutorado, é a pesquisa de Solange Ferreira Rocha, feita pela UFPE, em 2007, cujo título é *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual*. A pesquisa objetivou compreender como homens e mulheres negros, escravos e não escravos, constituíram os arranjos familiares e as estratégias utilizadas para (re) construir vínculos parentais nas três freguesias do litoral da Paraíba oitocentista. Podemos ressaltar também as estratégias utilizadas por mulheres e homens negros que recusaram a subordinação e formularam estratégias diferenciadas para conquistar a liberdade ou reconstituir laços familiares. (ROCHA, 2007)

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) começou a dar voz aos discursos do povo negro da Paraíba. Dentre os principais autores, podemos destacar os que são citados por (ROCHA, 2007, p.51):

Do IHGP, destacarei alguns autores entre os quais considerados historiadores paraibanos com maior importância entre os integrantes dessa instituição, Maximiano Lopes (1821-95), Irineu Joffily (1843- 1901) e Horácio de Almeida (1882-1983) os três produziram uma síntese histórica sobre a Paraíba.

Conforme mencionado o IHGP, contribuiu buscando resgatar a história de nosso estado, porém muito desses historiadores como Maximiano Lopes, Irineu Joffily e Horácio de Almeida não enfatizaram da maneira como deveria a história da escravidão na Paraíba. Os primeiros registros historiográficos da Paraíba possuem algumas semelhanças na escrita que está alinhada à questão social dos escritores. Uma das preocupações desses escritores era formular uma identidade própria paraibana diferente daquela atrelada à identidade pernambucana. Essa identidade proposta pelo IHGP fora denominada de paraibanidade foi historicamente caracterizada pelo cunho republicano.

É pertinente ressaltar que a imagem do negro aparece de forma secundarizada, ou seja, com grandes lacunas nos escritos, muito embora Machado (1845) e Joffily (1843) tenham testemunhado o período da escravidão e o processo de abolição. O motivo que justificou esse silenciamento dos escritores em relação ao processo da escravidão é justificado pela aproximação com as correntes progressistas<sup>1</sup>. O escritor Joffily também possui cargo político e ideias republicanas. Atuou como juiz e jornalista polêmico, em seus artigos realizava críticas com relação à província da Paraíba e à província do Pernambuco. Em suas obras o negro quase não era mencionado, mesmo estando presente desde o início do processo de construção dos primeiros engenhos até o fim da escravidão em nosso estado.

Na obra “Notas sobre a Paraíba” (1927) Irineu Joffily traz informações inerentes à atuação do trabalhador, ao chamar atenção de quilombolas-Palmares e de alguns que estão localizados no sertão da província. Discorrendo sobre o autor, Rocha (2007, p. 55) mostra uma forma de silenciamento quando diz:

Apesar da negação física dos negros, o recenseamento de 1872 indicou um expressivo número de escravos com origem africana nos municípios sertanejos. Esse autor procurou justificar tal presença como resultado da “raça cruzada”, obtida da alta taxa de miscigenação entre índios e africanos (ROCHA, 2007, p. 55).

A afirmativa nos mostra que existiam de fato um elevado número de escravos oriundos da África na região do sertão. Contradizendo as palavras de Joffily (1927) a obra de José

<sup>1</sup> Partido Progressista Da Paraíba - Partido político paraibano fundado em 12 de abril de 1933 sob a orientação de José Américo de Almeida. Seu presidente era José Marques da Silva Mariz. Foi extinto junto com os demais partidos políticos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, após a instalação do Estado Novo. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-tematico/partido-progressista-da-paraiba> Data de acesso 01 de jan. de 2021.

Américo de Almeida intitulada “A Paraíba e seus problemas” (ALMEIDA, 1980) assegura que a predominância de negros era reduzida na região do sertão; sendo predominante nas regiões do litoral e também no brejo, onde se localizava os engenhos de cana de açúcar.

Essas afirmações foram baseadas no recenseamento do ano de 1890, quando se constatou que o número de negros no estado da Paraíba era menor que outros estados brasileiros como: Paraná, Amazonas e Santa Catarina. Segundo (ALMEIDA, 1980, p. 525) “o africano mesclou a população rural, nos antigos centros de escravaria, do litoral aos brejos. Rareiam os negros puros, mas mulatos constituem grande parte dessa camada inferior cruzados e recruzados. São os cabras do engenho.” Porém para Américo a melhor mestiçagem era a mistura entre branco e índios. O autor reconhece que a existência do índio como sendo positiva, ao contrário do negro quando em suas palavras buscava negar sua existência nos limites geográficos do território nordestino. Essa região até os dias de hoje possui em sua composição populacional um número significativo de negros.

No início do século XX, escritores pleiteavam uma semelhança do contingente populacional da Paraíba com os povos do sul da Europa dentre outros, como Almeida (1980) costumava afirmar que o estado da Paraíba havia uma pequena quantidade de negros que chegava a se aproximar com as semelhanças populacionais dos estados do sul do Brasil, Santa Catarina e Paraná. Sabe-se que esses estados receberam uma grande quantidade de imigrantes da Europa durante o século XIX e XX. Almeida (1980) buscou fundamentar a ideia de que a mestiçagem seria capaz de solucionar as problemáticas que a Paraíba enfrentava, acreditando que se poderia ter um futuro favorecedor.

Esse autor não valorizou todos os cruzamentos, apenas os resultantes da mistura entre brancos e índios. O branco iria contribuir com um “cérebro mais desenvolvido, que repassa para seus descendentes”; já o índio carregava um “novo tipo de agudeza da sensibilidade dos seus sentidos e agilidade de seus músculos” (ALMEIDA, 1980, p. 35), rebatendo até o parecer de Euclides da Cunha (1902) que acreditava ser o mestiço como um desequilibrado.

Segundo Américo de Almeida, a Paraíba se diferenciava graças aos “juízos nutridos na experiência de nossa formação, afirmam [...] que o conserto das qualidades físicas num tipo perfeito corresponde à harmonia das propriedades psíquicas e morais” (ALMEIDA, 1980, p. 535-37). Essa questão de negar a presença dos negros em nosso território está presente até os dias atuais, mesmo com os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010 apontou que o “maior percentual estava no Nordeste (9,5%)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> IBGE mapeia a distribuição da população preta e parda. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2507&t=ibge-mapeia-distribuicao-populacao-preta-parda&view=noticia>

Em 1978, outro escritor, de denominação Almeida (1980), também possuiu laços familiares com o seu antecessor, pouco contribuiu com a imagem da população negra da época. No volume I do seu livro *Histórias da Paraíba*, cuja data de publicação é 1966, buscou descrever com ênfase os aspectos físicos e geográficos da Paraíba para depois explorar aspectos humanos como processos de conquista e colonização que envolveram os povos indígenas e os colonizadores europeus, a organização da capitania, desbravamento e conquista do sertão, além das revoltas populares, dentre as quais podemos citar: Confederação do Equador, Revolta Praieira e a Revolução de 1817. Durante o período republicano houve a expansão da província. No capítulo VI, da referida obra, foram abordados aspectos interessantes relacionados à diversidade cultural tradicional envolvendo a dança, a medicina, e o modo de vida do sertanejo.

Em relação à população negra, o escritor pouco mencionou os escravos e, homens e mulheres livres, chegando ao ponto de não reconhecer a participação do trabalho escravo. É pertinente destacar que não foram apenas os povos indígenas responsáveis pela derrubada da floresta, pela construção de cidades, desenvolvimento da agricultura nas fazendas, além de vários outros serviços domésticos prestados aos senhores. Os escravos contribuíram muito com o trabalho de preparação da terra e edificação das grandes fazendas de engenho e plantação da cana de açúcar.

A temática do trabalho escravo de afrodescendentes, na obra de Almeida apenas no final do império, nas últimas seis páginas da obra *Histórias da Paraíba* descreveu três tópicos sendo intitulados: “Manumissões na Paraíba”, “Abolição da escravidão” e “Abolição da Escravatura e a realidade social do liberto”, neles há apenas traços breves de comentários acerca do sistema escravista. Em relação aos negros, foi enfatizado apenas a existência de poucos quilombos com destaque para o mais famoso de todos “Palmares”, noticiado nos principais jornais como *Troia Negra*.

Embora Almeida tenha escrito poucas páginas abordando a temática do negro, fez questão de destacar a posição que essas populações ocupavam a classe subalterna negros e indígenas. A caracterização atribuída aos índios era revestida de preconceito, descrevendo-os como selvagens, mais também lhes atribuiu outros termos para elevar como: bravios, guerreiros e valentes.

A saga dos negros não é valorizada pelos escritores, porém a história dos senhores de escravos é sempre enaltecida como sendo homens generosos, que lastimam as constantes

fugas dos escravizados. Para Almeida (1978) os senhores donos de escravos eram tidos como bondosos, apesar de eles infligirem castigos severos sobre os escravos, sobretudo, quando eles fugiam e eram recapturados.

Apesar das mudanças sociais ocorridas, a exemplo da abolição da escravatura, o autor não leva em consideração a figura do negro, pois realiza uma escrita resumida, superficial e rasa em apenas seis páginas acerca da “realidade social dos negros”. Essa condição de escravo foi apenas substituída pela escravidão trabalhista, quando os mesmos passaram a receber salários miseráveis que não davam para garantir a sobrevivência. Almeida (1978, p. 203) afirmou que eram “gente marginalizadas”, neste grupo estavam mendigos e prostitutas que “eram livres mais não tinham o que comer”.

A miscigenação que ocorreu entre os demais grupos sociais foi considerada favorável, principalmente aquelas que envolviam brancos e índios, denominado mamelucos que o autor considera ser uma raça forte, que ajudou a originar algumas profissões a exemplo “jornaleiro, soldado, artista e aventureiro, donde se tira o argumento de que o selvagem desde cedo, se tornou um dos mais valiosos na empresa da colonização” (ALMEIDA, 1978 p. 55). A miscigenação entre os brancos, negros e índios se perpetuou por muito tempo, mesmo existindo preconceito de cor entre as diversas esferas sociais.

O IHGP em sua historiografia enfatiza a existência de quilombos quando mencionam Palmares como sendo a Troia Negra e a existência de mocambos na província da Paraíba.

Outro estudioso do IHGP, Irineu Pinto tem sido considerado um dos seus principais “patronos”, por ter publicado dois volumes de livro intitulado *Datas e Notas para a história da Paraíba* (editado pela primeira vez em 1908). O autor após trabalhar em acervos do estado, transcreveu inúmeros documentos, datados desde o princípio da colonização até 1862, por isso mesmo se tornou uma fonte de referência obrigatória (ROCHA, 2007, p. 59).

Irineu Pinto foi um importante historiador por tratar de questões referentes ao negro e também do trabalho escravo, além de aspectos inerentes à vida da raça negra. Essas referências se encontram no Livro de Humberto Mello (1981) *Datas e Notas para a história do negro na Paraíba*. Os escritores de história da época buscaram privilegiar os grandes homens, a história vista de cima, assim como os escritores do IHGP também preferiram escrever sobre os assuntos relacionados à sociedade política da localidade. Neste sentido, suas obras estão impregnadas por visões históricas e ideológicas, uma característica marcante daquela época.

Quando trata sobre a noção de lugar, baseado na concepção marxista, Ferreira (2000, p. 71).

[...] para Marx o lugar se define dentro da Geografia histórica da acumulação de capital como um dos constituintes do mundo espaço-temporal de intrincadas relações sociais e valorações universais [...] a construção do lugar estaria ligada (direta ou indiretamente) com o capital e representaria um momento de consolidação de um regime de relações sociais, instituições e práticas político econômicas de inspiração capitalista [...] (FERREIRA, 2000, p. 71).

Neste sentido, o lugar é a base para reproduzir a vida, sendo possível realizar uma análise com base nos termos lugar-habitante-identidade. Sob a perspectiva da noção de lugar, Certeau (1982) trabalha com a temática do lugar social, onde se produz o discurso histórico, o que é corroborado por Miranda Júnior (2019) para quem “Em primeiro lugar, toda pesquisa historiográfica estaria articulada como um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. (MIRANDA JUNIOR, 2019, p.104). Nesta perspectiva, enquanto pesquisadores, devemos buscar a compreensão do contexto, sendo necessário entender com o passar do tempo as motivações dos escritores, eram divergentes das que estimulam os historiadores contemporâneos, os escritores contemporâneos trabalham com a história vista de baixo, enquanto os escritores clássicos trabalham com as histórias dos grandes homens.

Outro ponto são os questionamentos levantados durante a leitura. Eles promovem interpretações que causam inquietude, por estarem associados a fatos históricos imprecisos que ao longo do tempo foram se perpetuando, fazendo com que em alguns casos se torne uma verdade indubitável, mesmo assim esses escritos continuam fazendo parte do acervo que compõe a base de livros didáticos. Esses livros servem para a formação do professor e consequentemente do educando, essas falhas causam transtornos formativos para a cultura e educação como um todo.

Em 2003 Emilson e Emir Ribeiro publicaram a obra de Almeida (1978) reeditada com uma nova configuração *História da Paraíba em quadrinhos*, cujo objetivo era atrair o público jovem, em especial, as crianças. A obra teve forte influência do livro de Almeida que segundo os escritores possui um número de detalhes significativos, para eles é a obra mais completa da história da Paraíba. Neste sentido, era esperado que em sua abordagem fosse evidenciada a figura do português, seguido dos indígenas e pôr fim a questão do negro, seguindo a mesma configuração de Almeida (1978) algo que já destacamos anteriormente.

Na supracitada obra, a figura do negro começa a aparecer em todo o enredo da história a partir do capítulo treze quando na caricatura dos quadros ilustra três homens, que dialogam sobre o término da batalha contra os Holandeses, que foi muito difícil. Em seguida outro

personagem revela que a batalha só foi vitoriosa devido à participação dos “senhores de engenhos, escravos e agregados [que tinham] participado do exército de libertação, indo até lutar em Pernambuco contra os invasores” (RIBEIRO e RIBEIRO, 2003, p. 49).

A imagem do negro também é recordada quando se refere à riqueza que os donos de engenhos possuíam na época. Os autores ainda consideraram que o povo, de um modo geral, contribuiu para o processo de reconstrução dos engenhos, casas e conventos. Essa visão exclui a presença dos escravos trabalhadores durante o século XVII, após afugentar os holandeses das terras paraibanas, ficando a responsabilidade para os portugueses. Há omissão dos autores nessa obra de excluir a participação do trabalho escravo e até mesmo dos escravos livres da época. A esse respeito, Rocha (2007, p. 60) põe em relevo o autor Ademar Vidal:

Mas nem tudo está perdido. Afinal, na produção de todas as épocas, sempre há alguns autores que se desviam dos esquemas interpretativos de seu tempo. No caso da história do negro na Paraíba, há um texto produzido por Ademar Vidal (1897-1967), elaborado no início dos anos de 1930, para participar do I Congresso Afro-brasileiro realizado no Recife, sob a coordenação de G. Freyre, em 1934 (ROCHA, 2007, p. 60).

O artigo publicado por Ademar Vidal discutiu a presença do negro na Paraíba há muito tempo desde a época da colonização em 1582, durante a expedição de Frutuoso Barbo, e o tráfico negreiro e sua comercialização, a luta pela resistência dos escravos nos quilombos e suas fugas, chegando até o período da abolição da escravatura. Durante o corpo do texto o autor utilizou fontes primárias e demonstrou uma empatia com relação aos escravos afro-descendentes. Em seus relatos, Ademar Vidal na obra: *A presença dos Negros na Paraíba* o autor aponta que os homens e mulheres negras possuíam uma história memorável, digna de reconhecimento por todos os leitores, fazendo com que despertasse um “sentimento de respeito pelo seu caráter e de compaixão pelo seu destino”. Segundo Rocha (2007):

Organizou seus três capítulos de escravidão na Parahyba a partir de citação de documentos, pontuadas com interpretações e descrições interessantes sobre o cotidiano da população negra – trabalho, relações entre senhor e escravo, ações políticas dos escravos, condições sanitárias, saúde, alimentação entre outros (ROCHA, 2007, p. 61).

Conforme podemos perceber, o trabalho de Ademar Vidal (2020, p.38) foi bem enfático com relação às interpretações e descrições acerca da vida e o cotidiano dos povos negros da Paraíba, bem divergente dos outros escritores mencionados anteriormente que não se preocuparam em estudar e aprofundar essa temática.

Em suas colocações fez referências à abolição da escravatura, porém não distinguiu as

etapas do processo, muito embora o autor não tenha deixado de mencionar que o fim do tráfico negreiro e a comercialização escrava estavam ocorrendo devido à Revolução Industrial que estava ocorrendo na Inglaterra. Toda essa transformação nas relações do trabalho escravo foi motivada pelo processo industrial que intensificou a carga horária de trabalho dos operários que ganhavam salários miseráveis, fazendo com que cada vez mais aumentasse o lucro dos donos das indústrias.

Todas essas modificações nas relações de trabalho foram sendo ampliadas em nível de escala mundial, expandiu-se e chegou até o Brasil. Para melhor compreensão dos fatos durante a década de 1930, Ademar Vital conseguiu pensar além do que estava sendo difundido na época: os ingleses não eram tão humanos para propor o fim da escravidão no mundo! Por trás desta imposição, havia interesses econômicos que lhes beneficiariam.

Uma obra clássica da sociologia escrava no Brasil, “Casa Grande e Senzala” do escritor pernambucano Gilberto Freyre (1933) influenciou muitos escritores da sua época. Um dos aspectos que mais chama a atenção é a questão do comportamento dos escravos após a abolição da escravatura no ano de 1888, segundo a compreensão dos escravos a liberdade que lhes fora concedida era devido à bondade dos seus senhores. A situação segundo a qual os escravos foram subordinados era de opressão, não projetavam grandes conquistas para o futuro de seu povo. Para tanto a maioria dos escravos optaram por permanecerem vivendo na senzala, sobre a guarda de seus senhores. Dessa forma, houve um processo de “modificação profunda nos hábitos de trabalho, refletindo-se, fortemente, na sociedade” (VIDAL, 1988, p.151). Ademar Vidal contribuiu muito com a história dos negros e seu cotidiano na Paraíba.

Passaram muitos escritores pelo IHGP alguns não possuíam formação em História como é o caso da advogada Waldice Porto. Durante a década de 70 quando chegou ao IHGP publicou a obra “Paraíba em Preto e Branco”, onde expressou uma postura em seus escritos preconceituosa com relação aos afrodescendentes, sempre buscando reduzir a quantidade de pessoas negras em nosso território, alegando existir mais indivíduos brancos que negros.

Waldice Porto (1976, p.32) comunicou que em seu livro supracitado tinha a pretensão de enfatizar a “contribuição do negro africano no seu mundo do cativo”. Quando a autora iniciou sua justificativa sobre a escravidão, já existiam várias obras na literatura que revisava o tema. São representantes conhecidos e que a própria fez referências em seu trabalho: Caio Prado Junior, Câmara Cascudo, C de Abreu, F. Fernandes R. Bastide e E. Viotti da Costa, dentre outros. Um fato que nos chama a atenção é seu posicionamento ideológico alinhado historicamente aos escritores do IHGP quando valorizavam o trabalho desenvolvido pelos brancos, essa raça era considerada civilizadora dos negros e índios.



Na mesma perspectiva, a autora ainda argumenta que os portugueses realizaram bons préstimos quando retiraram os africanos do seu continente e lhes ofertaram uma vida melhor do que aquela que eles possuíam antes de chegarem ao nosso território, mesmo sendo escravizados. Entre suas colocações, a autora ainda acrescentou que a escravidão é um “mal necessário e Insubstituível” para aquele momento da história.

Segundo Reis, (2003, p. 55) “o sistema de doações de terras a agricultores europeus” deveria ter sido priorizado aos portugueses, sem que tivesse manchado a obra com a mão de obra escrava negra africana”. A América portuguesa foi o lugar onde se desenvolveu o cativeiro de trabalho escravo, onde muitos negros derramaram suor, sangue e lágrimas, um crime que choca pela sua perversidade. A autora atribui a maldição de Cam<sup>3</sup>, uma atrocidade cometida pelos europeus aos povos negros africanos. Canaã, que era branco, teria ficado preto e submetido a castigos. Assim, o povo africano, vistos pelos europeus como descendentes de Cam, eram sujeitos à escravidão.

Na esfera das artes, temos a célebre pintura do pintor espanhol Modesto Brocos, intitulada, *A Redenção de Cam*, pintura de 1895, que retrata o branqueamento do negro através de gerações. Ou seja, a pintura reflete que o processo de clareamento da cor preta, supostamente consequência do castigo bíblico, encontraria “redenção” numa espécie de purificação, pela cor. No caso, a avó negra que tem um neto branco, conforme podemos ver na imagem.



**Figura 1:** *A Redenção de Cam*

Fonte: Edusp.com.br Acesso em 20 de janeiro de 2021.

<sup>3</sup> A maldição africana - Cam era filho de Noé. Por ter visto seu pai nu, foi condenado a esse castigo. Bíblia Sagrada (Gênesis 9, 20-27).

Na perspectiva do branqueamento, seria uma graça a avó preta se ver refletida no neto branco. Para ela, seria uma redenção. Pensando dessa forma, a cristalização da ideia de que ser preto é uma maldição fica cada vez mais evidente. A respeito do embranquecimento, Maia e Zamora (2018, p, 283) afirmam:

Ainda estamos atuando sobre a lógica racial e sobre a política do embranquecimento; elas se reeditam, se recriam e produzem subjetividades. A construção da lógica racial no Brasil faz-nos compreender o coengendramento entre a política do branqueamento e os modos de incidência do racismo na subjetividade negra e branca na contemporaneidade. O Brasil é um país que vive o racismo estrutural sustentado na hegemonia da brancura. Isso marca privilégios por parte da população branca e inviabiliza o acesso da população negra, em amplo aspecto, aos territórios existenciais, políticos, econômicos e sociais (MAIA e ZAMORA, 2018, p. 283).

As autoras falam de uma reedição da lógica racial, sustentada na hegemonia da brancura. Não é difícil constatar nos dias atuais reedições da supremacia branca, que só existe em função da negação do acesso da população negra à plena vivência de seus direitos. Podemos inferir, no contexto dessa pesquisa, que a vivência das comunidades quilombolas é uma maneira muito peculiar de autoafirmação da identidade negra.

Retomando a visão de Porto (1976), vemos que para a autora e também para a sociedade da Paraíba e do Brasil quase não existiram castigos físicos. Para ela açoitado “quase não houve, é mais para contar bravata” (PORTO, 1976, p. 40), pois os escravos possuíam uma vida calma sem grandes tormentos. É uma inverdade imaginar que os escravos possuíam uma vida tranquila sem grandes transtornos. Esses argumentos são postos em xeque, mediante as próprias fontes documentais presentes na obra da autora, pois apresentam a realidade dos escravos diferente do que foi relatado pela escritora.

De acordo com (PORTO, 1976, p. 90): “existiam na Paraíba notícias de um mocambo, em 1691, que há 16 anos vivia a efervescência, alimentando negros que andavam fugidos pelo sertão da Serra da Cupaoba”. Os escravos estavam “fazendo grandes danos nos gados e roubos e outros desaforos sem haver quem se atrevesse a apredê-los”. Outros autores também contribuem com essa afirmação. Almeida (1978 p. 55-78) o mameluco era considerado “uma raça forte” sendo “associado dos mais valiosos na empresa de colonização”. Consideramos que o longo período de escravidão que o Brasil passou e restaram apenas poucas pesquisas, o que configura um silenciamento significativo da história dos negros escravizados.

Durante as décadas de 80 e 90 apenas dois trabalhos foram desenvolvidos. Neles foram discutidos dados sociais e econômicos de algumas cidades do Estado da Paraíba. De acordo com (Rocha 2007, p. 64).

No primeiro, o tema da escravidão não era o principal, mas as relações escravistas foram enfatizadas. A autora pesquisou a área de transição entre o Agreste e o Sertão, o município de Campina Grande, com o objetivo de entender as particularidades da agricultura brasileira, investigando a estrutura de distribuição de terras daquele município, entre as décadas de 1840 e 1888, observado, ainda, as mudanças com relação à posse de terras e de escravos (VIANNA, 1985). O outro estudo tem como ponto fundamental da análise a posse de escravos e a participação deles nas várias propriedades rurais do município de Bananeiras (Agreste), uma área de lavoura mista (cana de açúcar, algodão, gado e mandioca), no período de 1830 a 1880 (COSTA, 1992). Em comum, os três últimos trabalhos enfatizam a inserção de mulheres e homens escravos na estrutura produtiva do sistema escravista e recuperaram poucos aspectos da vida escrava nas áreas pesquisadas.

Esses trabalhos nos ajudam a compreender melhor como se deu esse processo histórico e injusto com relação à má distribuição da propriedade rural, principalmente com relação aos escravos e às classes subalternas. Esse processo de divisão injusta de terras é fruto da sociedade patriarcal brasileira. Os estudos revelam também a importância econômica que essas comunidades de remanescentes de escravos desenvolvem junto às atividades agropecuárias no estado da Paraíba.

A obra “O trabalho na Paraíba escravista”, que foi publicada no fim dos anos de 1990, realizou uma análise do trabalho negro e indígena, além do trabalhador que possuía liberdade. A obra “História Temática da Paraíba” teve sua publicação voltada para atender a demanda dos profissionais da educação professores (as) da educação básica. Durante o primeiro capítulo, a autora apresenta o cenário do trabalho do negro escravo na Paraíba, envolvendo as zonas econômicas do litoral, agreste e sertão. Na segunda parte da obra, a autora dá continuidade tratando do trabalho que era desenvolvido por “homens livres pobres”. Dentre tantas ideias fictícias, foi dito até que durante o período colonial e imperial os senhores donos de escravos devido a sua miserabilidade eram submetidos a trabalhar ao lado dos escravos. De acordo com

Lado a lado com seus escravos e utilizavam gente livre, na época de safra, dando assim a impressão de que os habitantes da Paraíba eram menos preconceituosos com relação ao trabalho assalariado do que os das capitâneas vizinhas (MEDEIROS, 1999, p. 81).

Trata-se de algo muito improvável tendo em vista que a maioria desses senhores eram

homens vaidosos que não se prestavam ao trabalho grosseiro junto aos seus escravos. Vários estudos que foram elaborados por pesquisadores (as) da área de estudos negros e escravidão, estão vinculadas às universidades públicas e possuem um viés com a vertente da historiografia social da escravidão, a exemplo do trabalho de dissertação de Ariane Sá, “defendido em 1994 e publicado em 2005, a autora examinou o processo de mudanças impostos à ordem escravista nas relações de trabalho nas últimas décadas de existência da escravidão da Paraíba”. (ROCHA, 2007, p. 65).

Outro trabalho que merece destaque é a dissertação de Lima (2001), defendida em 2001, na Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, foi publicado em 2003 pela editora da UFCG, o campo de pesquisa foi a cidade de Campina Grande-PB, seu objeto de estudo está centrado na resistência dos escravos e durante a pesquisa foram analisadas fontes diversificadas, o que ajudou a resgatar as vivências de homens e mulheres negras escravizados, que participaram da revolta de Quebra-Quilos, essa batalha era atrelada ao campo jurídico na perspectiva de alcançar a liberdade.

Em 2008 autora defendeu sua tese de doutorado na UFPE, o tema foi: Cativos da “Rainha da Borborema”: Uma história social da escravidão em Campina Grande - Século XIX. O objetivo de sua dissertação foi compreender a dinâmica da escravidão em município periférico no contexto do Império brasileiro, na perspectiva de uma cultura de resistência escrava no município de Campina Grande durante o século XIX<sup>4</sup>.

Em 2002, Barbosa Lima dissertou sobre a criminalidade escrava, enfatizando a resistência dos negros durante os últimos anos de escravidão na Parahyba. Durante a pesquisa foi realizado um estudo comparativo entre os padrões de crimes ocorridos na cidade da Parayba atual João Pessoa e outro no sertão da província Pombal, local da nossa pesquisa. Durante o ano de 2006 o estudioso desenvolveu sua tese de doutorado na UFPE e sua pesquisa investigou a vivência das pessoas forras durante o período provinciano na Paraíba.

A comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi foi marcada por um exemplar especial da Revista CCHLA (Centro de Ciências Humanas Letras e Artes) da Universidade Federal da Paraíba–UFPB, quando na ocasião foram publicados quatorze artigos referentes à temática dos homens e mulheres negros escravos, além de dois artigos sobre escravidão na Paraíba. Essas edições demonstram a necessidade de estudos relacionados a essa temática no território da Paraíba.

Esperamos enquanto estudiosos da história negra, contribuir para redução desse

---

<sup>4</sup> LIMA, Luciano Mendonça. **Derramando susto:** os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2001.

silenciamento na história de vida e trabalho do negro escravo na Paraíba e no Brasil, enquanto estudiosos esperamos contribuir com a resistência negra, revisando as literaturas e fontes históricas para ajudar a contar essa trajetória. Neste sentido, as Instituições de ensino superior públicas da Paraíba trilham na perspectiva de fortalecer o conhecimento nesta área em seus currículos, com disciplinas que colaboram para fundamentar o conhecimento e despertar a curiosidade pela pesquisa e escrita de monografia na área de História.

Durante o ano de 2007, tivemos a criação de cursos de pós-graduação em História na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na sede campus de João Pessoa, PB. Durante o segundo semestre deste mesmo ano, também foi implantado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Segundo essa mesma trajetória, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) campus de Guarabira ofertou o curso em nível de especialização em Literatura e Afro-brasileira, estimulando assim aprimorar o conhecimento acerca da história da escravidão no território da Paraíba.

## 1.2 REFLETINDO O ESPAÇO DO SERTÃO

A América Portuguesa possuía uma grande quantidade de terras, o que caracterizava assim a economia das capitanias do Norte. A imagem do litoral era caracterizada pela presença lucrativa dos plantios de cana de açúcar e os engenhos, essa cultura exigia a presença de mão de obra especializada para atuar durante o processo de produção. Devido essa cultura ser rentável e adequada para o tipo de solo e clima da “zona da mata”, a alternativa mais viável foi transferir as demais culturas como a criação do gado para a região do sertão que se tornou o longo do tempo economicamente viável para aqueles grupos que não conseguiram obter oportunidade entre os nobres. Com a produção de cana de açúcar, o sertão passou a ser um lugar estratégico para residir.

Nesta perspectiva, o sertão foi o lugar escolhido por algumas famílias influentes, um novo espaço propício para acolher a nobreza, e também pessoas simples, quando poderiam criar seu próprio gado. Para os negros escravizados era a chance de conquistar a sua liberdade.

Durante o século XVII, a região oeste da Paraíba tinha sua vocação centrada na venda e criação de gado. Segundo Capistrano (1982, p. 133) descreve o sertão como sendo a “civilização do couro”:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje [sic] para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as

bainhas de faca, as bruacas e surrões. A roupa de entrar no mato, os bangüês para cortume [sic] ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era leva em couros puxados por juntas de bois que caçavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (CAPISTRANO, 1982, p. 133).

O sertão definitivamente era o lugar onde prevalecia o gado, também era o local escolhido para abrigar famílias de forma permanente ou temporária, quando buscavam melhorar sua situação econômica. Durante as viagens pelo sertão, era necessário possuir uma agilidade na observação incomparável para não se perder pelo caminho, pois como afirma Moraes (2009, p. 13), os perigos eram constantes:

As veredas do sertão, assim como outros lugares do interior do Brasil, ofereciam perigos constantes. Mas, mesmo assim, os desbravadores, apoiados em sua própria experiência, ou aprendendo a imitar ações dos índios "mansos" que, geralmente, os acompanhavam, fundaram suas fazendas (MORAES, 2009, p.13).

O interior do continente era pouco habitado e desconhecido para muitas pessoas, esse espaço era conhecido apenas pelos indígenas que habitavam essa porção do território, adentrar esses lugares era se aventurar por terras estranhas onde nem todos os índios eram mansos, apesar da cordialidade e ingenuidade de alguns que ajudaram a povoar esse espaço. De acordo com Capistrano (1982, p, 17, apud MORAES, 2009, p, 13).

As moradas do sertão eram espaçosas, é óbvio que para os mais abastados. Possuíam um "alpendre hospitaleiro", "currais de mourões, por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha" e, provavelmente, nos espaços internos, encontraríamos "teares modestos para o fabrico de redes pano grosseiro" e, do lado de fora, açudes para manter água permanente, ao menos para boa parte do ano, visto que as chuvas eram inconstantes, "engenhocas para preparar a rapadura", capelas e capelães ou, ao menos, uma imagem de santo, cavalos, negros africanos e índios na lida".

Na descrição acima, podemos ter uma noção das antigas moradias dos donos de terras no sertão. Algumas casas da zona rural no sertão paraibano ainda guardam traços desse tempo como: alpendres, currais de mourões, açudes perto da casa. O sertão era a rota de escoamento dos grandes centros de produção, estavam divididos em dois importantes núcleos de mercados da época Salvador e Recife.

O escoamento do gado rumo ao sertão, o trabalho do vaqueiro era imprescindível para o processo produtivo de comercialização da boiada, o vaqueiro contava com auxílio de outros homens para realizar seu trabalho que na época percorria grandes distâncias conduzindo a

boiada em meio às difíceis condições de clima e vegetação característicos do sertão. Todos os lugares sofreram intervenção de outras áreas e com o sertão não foi diferente. Conforme (MORAES 2009, p. 13):

Sabemos que esse sertão sofria a influência de duas grandes capitâneas. Se a Bahia ocupava os ‘sertões de dentro’, escoavam-se para Pernambuco os ‘sertões de fora’, começando da Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam a corrente baiana e pernambucana.

Essas afirmações nos ajudam a compreender o tamanho do espaço que o sertão possui. Os colonizadores buscaram delimitar esses espaços atribuindo termos como “sertão de dentro” e “sertão de fora” para referenciar uma determinada porção do espaço geográfico. A nossa região de estudo o sertão<sup>5</sup> encontrava-se em uma área estratégica, servindo de ponto para encontro de colonos baianos e pernambucanos.

As poucas estradas existentes conduziam a diferentes lugares. Essas rotas estavam atreladas aos leitos dos rios temporários que costumam secar durante o período das secas, restando apenas algum lago ou pequenos poços que serviam para saciar a sede dos viajantes pelas terras semiáridas sertanejas. Segundo Capistrano (1982, p. 135):

A estrada que partia da ribeira do Acaracu atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande bifurcava-se para o Paraíba e Capibaribe e, assim, no Alto Piranhas, confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano (CAPISTRANO, 1982, apud MORAES, 2009, p. 13).

Através desta afirmativa é possível justificar que a cidade de Pombal fez parte do processo de colonização do sertão. Esse fato contribui para justificar a importância da nossa pesquisa, reforçando a sua importância histórica, tendo o rio Piranhas na esteira de outros afluentes rios nordestinos como o Capibaribe.

Na direção de dar visibilidade a uma comunidade de remanescente quilombola da cidade de Pombal-PB, esta pesquisa aponta para uma contribuição no sentido de valorizar tais comunidades, ressaltando a importância delas na construção dos estudos históricos sobre a cidade de Pombal-PB, ao mesmo tempo em que pode suscitar outras pesquisas sobre a referida comunidade. Essa visibilidade é substancialmente relevante porque contribui para que o descaso com o povo negro, observado durante muitas décadas na história de Pombal, seja

---

<sup>5</sup> Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos. [...]. (FERREIRA: 1975, p. 1293).

repensado e combatido.

Em toda a trajetória deste povo, houve histórico de descaso, principalmente pela sua cultura. Wanderley (2009) num importante pesquisa sobre a modernização de Pombal entre (1927 a 1959), discorrendo sobre a Festa do Rosário, como a Festa dos negros, a autora analisa uma foto do grupo folclórico Pontões, de Pombal-PB, à época do recorte de sua pesquisa. Sobre a imagem ela reflete:

A imagem além de mostrar a apresentação dos Pontões, evidencia o desinteresse da população de Pombal pelas manifestações culturais do grupo, o que se percebe pelo pouco número de espectadores ali presentes na ocasião em que o fotógrafo registrou suas impressões. A projeção da sombra daqueles homens no chão de terra indica ainda que era de três para quatro horas da tarde, momento de muito calor nas ruas de uma cidade sertaneja como Pombal, o que nos leva a pensar também que talvez o momento reservado às práticas culturais daquele grupo fosse pensadas no sentido de evitar a participação popular (WANDERLEY, 2009, p. 150).

O que a autora observa traduz a desvalorização à cultura do povo negro. Ao longo dos anos, observamos que tais apresentações são desprestigiadas na supracitada festa. É um momento em que geralmente o grupo folclórico fica quase sem espectadores. As atenções, em geral, voltam-se para as práticas de devoção, para os encontros, predominantemente de pessoas brancas, para as visitas ao templo da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Desta feita, confirma-se a proeminência dos feitos dos brancos em detrimento das ações e subjetividades do povo negro, povo este historicamente responsável pela construção da igreja e pela própria devoção à Nossa Senhora do Rosário, a quem cultuam há quase trezentos anos.

Na contramão do que retrata a pesquisadora Wanderley (2009), veremos que escritores paraibanos silenciaram tanto a desvalorização do negro como também qualquer valoração significativa à sua cultura e à sua vida enquanto pessoa e enquanto povo que ajudou a construir o Brasil. Prescindindo de uma visão anacrônica dos fatos, passamos a delinear alguns posicionamentos de autores, que levantamos no decorrer das leituras para esta pesquisa. Pontuamos, desta feita, que o pensamento aventado por tais autores a respeito do povo negro promove silenciamento que merece ser discutido.

### **1.3 A VILA DE POMBAL E ALGUNS DOS SEUS RESIDENTES**

Iniciamos nossa discussão com intuito de levar o leitor a compreender, a princípio, o silenciamento dos escritores paraibanos da antiga capitania do Parahyba do Norte. Posteriormente, o processo de desbravamento do sertão e os primeiros núcleos de povoamento



para algumas pessoas da época colonial, que significava uma oportunidade de melhorar a sua condição de vida, influenciada, sobretudo. Pela leva do gado do litoral para sertão.

Conforme mencionamos anteriormente, o sertão possuía uma vasta quantidade de terras, que não se consegue precisar a partir de quando começou a ser habitada.

Em 1678 o Governador da Capitania da Paraíba era Alexandre de Sousa Azevedo. Ao inteirar-se das atividades colonizadoras do sertanista baiano, o governador convidou Antônio de Oliveira Ledo para fazer uma entrada no sertão em missão de reconhecimento. Foi essa a primeira entrada empreendida nos sertões da Paraíba. Por sua intrepidez Antônio de Oliveira Ledo recebeu o posto de Capitão de Infantaria da Ordenação do Sertão da Paraíba, carta patente assinada pelo então governador geral do Brasil, Roque da Costa Barreto, a 6 de fevereiro de 1682 (ARAÚJO, 2020, p. 10).

Essa foi a primeira expedição oficial rumo ao desbravamento do sertão. Como de costume, as bandeiras seguiam margeando o leito do rio Paraíba até alcançar a cidade de Taperoá e depois desceu a serra da Borborema até alcançar a planície onde se localiza atualmente a cidade de Patos. “Antônio de Oliveira Ledo morre provavelmente antes de 1686, em batalha contra os índios tapuias” (ARAÚJO, 2020, p. 11). Durante essa empreitada, houve a criação do posto de Capitão-mor com intuito de desbravar as fronteiras das Piranhas e Pinhancós, sendo escalado para essa missão o sobrinho de Constantino que era um bandeirante, desbravador dos sertões. Porém “Com a morte do capitão-mor Constantino de Oliveira Ledo nos primeiros meses de 1694, o cargo passou para o seu irmão Theodósio de Oliveira Ledo” (ARAÚJO, 2020, p.12).

Com a conquista dos sertões muitas pessoas apostaram na sorte e buscaram constituir residência nesse lugar com o intuito de lograr êxito, sobretudo pelo desenvolvimento da cultura do gado nas fazendas interioranas.

Nesta vastidão de terras sertanejas, havia um lugar que foi pontuado como referência nos documentos reproduzidos por Joffily (1927). Esse lugar foi considerado o centro do sertão. Na época, era chamado de Freguesia de Nossa Senhora do Bom-Sucesso, lugar onde estava localizada a Villa do Pombal, que durante algum tempo foi denominada de Ribeira do Piancó. Vale ressaltar que essa denominação foi um equívoco de troca de vocábulos, no caso, o vocábulo Piranhas por Piancó. Segundo Pinto, (1908, p. 164) “a Carta Régia de 22 de julho de 1766 é que autoriza o levantamento da vila com o nome de Pombal e na freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso”, “a povoação de Piranhas” (SEIXAS apud MORAES, 2009, p. 29).

Essa nomeação de vila de Pombal só veio a se consolidar em 1772, conforme (JOFFILY, 1927, p. 321).

Fica [va] ao Poente e dista da Cidade [da Parahyba] mais de cem legoas. cento e uma da Costa, tem de comprido cienceta e seis legoas, e de largura mais de trinta e duas. Confina ao norte com a freguezia de Assú, e ao Sul com a de Cabrobó, Capitania do Pernambuco; a situação no centro dos [seus] cer- tões [era] salutifera. [tendo] grande commercio de gados vaccum e cavallar, [tinha] três serras povoadas e muito férteis, minas de excellente ouro, que se achfavjão vedadas, comprehen [dendo] as ribeiras que se seguem [Piranhas, Peixe, Sabugi. Espinharas, Piancó]. Desobrigando-se os habitadores delias nesta freguesia.

O texto acima, como se pode observar, é grafado de forma diferente das convenções do Português brasileiro contemporâneo. Todavia, apesar dessa variação linguística, o sentido central pode ser apreendido. Vê-se que a localização não era precisa, porém são utilizadas algumas referências com intuito de alcançar a localização, como o ponto cardinal “Oeste”, a distância era medida em léguas, as referências indicavam que eram terras propícias para a criação de gado e produção agrícola devido a presença de rios.

De acordo com (MARIZ 1994, p. 39) esses espaços de terras denominados de Alto Piranhas foram preenchidos por “gentes da Torre” a princípio “ainda eram proprietários ali, em tempos já claros do século XVIII” Mariz dá prosseguimento as suas rotas de ocupação partindo de Massacará passando entre o "S. Francisco na conhecida e mansa passagem de S. Antônio da Glória". Logo após seguem o Pajeú, atravessam "a serra de Baixa Verde e, quase numa reta, chegar [am] ao Piancó".

Tomando por base os levantamentos populacionais solicitados pela capitania de Pernambuco, cujo intuito era conhecer a quantidade de pessoas que pertenciam às capitanias agregadas. Segundo (MORAES, 2009, p. 31) a Vila de Pombal possuía uma população até o final do século XVII com a seguinte formação:

	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total <sup>62</sup>
Crianças com até a idade de sete annos completos	996	153	1.149
Rapazes de 15 annos completos	864		864
Raparigas até a idade de 14 annos		695	695
Homens até a idade de 60 annos	2.152		2.152
Mulheres até a idade de 50 annos		1.392	1.392
Velhos de 60 annos para cima	1.083		1.083
Velhas de 50 annos completo		376	376
<b>Total</b>	<b>5.095</b>	<b>2.616</b>	<b>7.711</b>

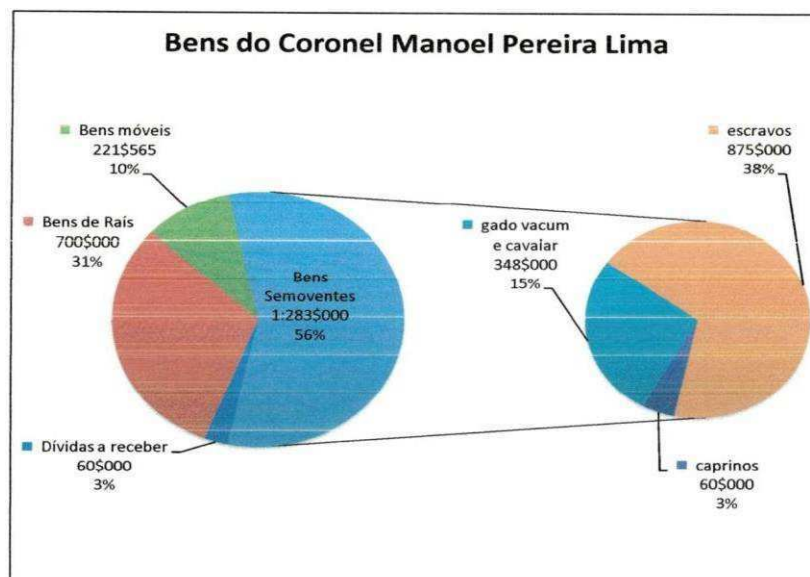
**Tabela 1:** Número de pessoas residentes em Pombal durante o final do século XVII. Ana Paula Pereira da Cruz Pereira de Moraes. Tabela populacional de residentes em Pombal durante o século XVII

Fonte: Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2538>  
Acesso em: 28 de dez. de 2020.

Conforme podemos perceber na tabela, os escravos não entram nesse levantamento por não serem tratados como sendo pessoas e sim bens de propriedade dos seus senhores, neste sentido a população negra era comparada com animais. Apesar da distância em relação ao litoral, a vila de Pombal é berço da colonização no alto sertão da Paraíba. Possui edificação desse período a igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, datada de 1721, ano da sua conclusão e também segundo (JOFFILY, 1927, p. 324) “quinhentos e sessenta fazendas e dois mil quatrocentos e trinta e em fogos.”

Ana Paula Cruz Pereira de Moraes (2009) em sua dissertação de mestrado do PPGH-UFCG utilizou como fonte de pesquisa inventários do ano de 1700 a 1745. A autora coletou dados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal-PB e no seu trabalho faz referências a objetos pertencentes a alguns moradores da vila de Pombal. Em sua análise os inventários apresentam os bens de alguns moradores da época, residentes na vila de Pombal.

Nos inventários, é possível identificar fazendas, objetos, valores dos bens, escravos e animais. Por meio desses inventários é sendo possível identificar aspectos culturais da população local, e como se estabeleciam as relações entre escravos e os seus donos. Entre os inventários pesquisados, foram identificados os bens do coronel Manuel Pereira Lima, conforme tabela apresentada abaixo.



**Gráfico 1:** *Bens do Coronel Manoel Pereira Lima.* Ana Paula Pereira da Cruz Pereira de Moraes  
Fonte: Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2538> Acesso em: 28 de dez. de 2020.

Através da análise deste gráfico podemos perceber a presença da escravidão no

município de Pombal, desde o período da sua colonização fato que justifica a descendência de escravos negros na cidade.

Os bens do Coronel Manuel P. Lima estão centrados em gados vacum, cavalos e caprinos. É pertinente destacar a presença de escravos como sendo bens semoventes<sup>6</sup>, os escravos possuíam um valor de mercado bem acima do valor atribuído ao gado. Estes dados demonstram o quanto o escravo era um bem de valor. “Um escravo do sexo masculino de idade 30 anos, mais ou menos, era avaliado no ano de 1745, no sertão, em 150\$000 réis, enquanto uma cabeça de gado vacum, em 1\$500 réis.” (MORAES 2009, p. 36-37). Isto é, o escravo era bem mais valioso e chegava a custar 10 vezes mais, esses escravos desempenhavam o trabalho ordenado pelo o seu senhor.

Além dos bens mencionados, foram encontrados também no inventário do Sr. Manuel P. Lima, objetos de cultos como alguns livros e peças religiosas que provavelmente eram utilizadas para desenvolver alguma atividade religiosa, conforme enumera Moraes (2009, p. 37):

Entre seus bens foram encontrados 13 ‘livros espirituais’ e 12 ‘livros humanos’; além disso, os aparatos de sacerdócio como ‘casaca’, ‘estola alva’, ‘cordão’, ‘estante’, ‘toalha de altar frontal’ e ‘missal’. Não sabemos se possuíam um capelão ou se havia uma capela, mas de toda forma, em seu lar, havia um preparo para a possível vinda de um padre que celebrasse os sacramentos (MORAES, 2009, p. 37).

Provavelmente, esses aparatos religiosos eram utilizados para celebração de missas na antiga cabana simples “casa de oração” que existia antes da construção da igreja de Nossa Senhora de Bom Sucesso. De acordo com Seixas (1962, p. 31, apud FIGUEREDO, 2014, p. 17) da antiga capelinha de 1701, de taipa e palha, chamada de “Casa de Orações” não existe nenhum vestígio. Em seu lugar foi erguida a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, hoje denominada Igreja do Rosário [...].

Entre as peças relatadas no inventário do Sr. Manuel existem algumas que servem como testemunho dos prováveis maus tratos que ocorriam com os escravos pelos senhores proprietários de fazendas de gado. Entre as peças inventariadas estavam “alguns grilhões” com “ganchos de pescoço” todas essas peças eram de ferro fundido, além de cadeados com alme- mas. Essas peças inventariadas nos ajudam a compreender que a vida dos escravos no

<sup>6</sup> Refere-se aos bens móveis que possuem movimento próprio, tal como animais selvagens, domésticos ou domesticados. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1553/Bens-semoventes-Novo-CPC-Lei-no-1310515#:~:text=S%C3%A3o%20bens%20m%C3%B3veis%20que%20possuem,animais%20selvagens%2C%20dom%C3%A9sticos%20ou%20domesticados>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

sertão não estava centrada na pacificação como alguns escritores costumam defender. A maioria dos escravos estava sob a coação e violência dos seus senhores. Não podemos atestar a frequência com que esses instrumentos eram utilizados, porém esses objetos estavam entre o material de mantimento do tralho da propriedade do Sr. Manuel P. Lima, o que sugere o uso dos mesmos. Senhores e escravos possuíam uma relação marcada pela coação nos espaços de trabalho, onde predominavam a mão de obra escrava. Segundo Figueredo (2014, p. 37) “não encontramos índios entre os títulos de escravos”.

A maior parte dos bens inventariados pelo senhor Manuel eram peças do seu cotidiano como vestimentas, também existiam outros bens como duas fazendas, uma em povoação de N. S. B. S. na Paraíba e outra na região de Apodi, que era província do Rio Grande do Norte, apesar da distância entre as duas fazendas, existia uma forte ligação entre as mesmas.

No inventário do Sr. Manuel foi identificado também “marcos de marcar gado” em um total de 5 peças, 03 dessas peças estavam na fazenda do Santo Antônio localizada na região de Apodi e 02 na propriedade Moquim nas terras do Bom Sucesso (Vila do Pombal). Os objetos acima mencionados eram considerados muito importantes, uma vez que o gado era criado de forma extensiva, marcado com as iniciais do nome do proprietário, facilitando a identificação do animal.

Apesar do clima semiárido e da difícil relação do homem com as secas causticantes, o sertão conseguiu atrair pessoas de lugares distantes. Moraes (2014, p.39) mostra que:

Em meio a esses milhares de moradores, encontramos um habitante da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, de nome Manoel Ferreira Velho, que declarava, em seu inventário, ser natural da Freguesia de Santiago de Carvalhosa, Termo do Porto, Arcebispado de Braga, Portugal (MORAES, 2014, p. 39).

Através do inventário percebemos que Manuel Ferreira era um homem de posses, uma vez que teve condições de abrir um inventário, isso era privilégio de poucos na época, muito embora seu sobrenome não fosse conhecido tanto quanto outros como os familiares dos colonizadores do sertão a exemplo dos Oliveira Ledo, D’Ávila e Garcia.

Antigamente havia o costume de deixar os bens para santos e paróquias, era uma maneira que algumas pessoas buscavam para se redimirem dos pecados e conseguirem alcançar a glória após a morte. Era por meio do testamento que Manuel buscava alcançar a Deus, doando suas fazendas e dinheiro. Conforme (MORAES, 2014, p. 40) “quantias para diferentes santos, capelas, missas e “nossas senhoras” como Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora dos Prazeres e até “hum órfão pobre” foi beneficiado com “quarenta mil réis”.

Doações	
Irmandade da Santa Misericórdia do distrito onde morresse	20\$000
Irmandade da Santíssima do distrito onde morresse	10\$000
Nossa Senhora do Bom Sucesso desta freguesia	10\$000
Nossa Senhora dos Prazeres do Piancó de Cima	5\$000
Capela de Santo Antônio	10\$000
Nossa Senhora do Ó	10\$000
Um órfão	40\$000
Casa Santa	10\$000
Convento de Nossa Senhora da Penha (Freguesia do Recife - PE)	30\$000
Convento de São Francisco	10\$000
Hospital dos Miseráveis (Recife - PE)	20\$000
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	12\$000
<b>Total</b>	<b>167\$000</b>

**Tabela 2:** *Demonstrativa de bens para doação do Sr. Manuel Ferreira Velho* Inventário de Manuel Ferreira Velho. Lima. Ana Paula Pereira da Cruz Pereira de Moraes. **Fonte:** Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2538>  
Acesso em: 28 de dez. de 2020.

A prática de doações de bens a instituição como a Igreja católica perdurou por muito tempo. E ainda tem fortes reverberações nos dias de hoje. Para constatar tal afirmação basta levantarmos alguns dados sobre as construções de capelas na zona rural do município de Pombal. Os terrenos são geralmente doados por proprietários de terras, que em ato de devoção destinam parte de um bem (como a terra) à determinada paróquia. Isso granjeia frente à comunidade os melhores atributos, dentre eles o título de grande benfeitor.

Outra questão importante é apresentada por Moraes (2014, p. 12):

O Alferes Francisco Leite em Pernambuco, na 'Matta de Santo Antão' e 'Virissimo de Sá de Meneses', morador no 'Piauhy'. Também possuía cem cabeças de gado "mais ou menos", seis potros e sete escravos "do gentio da Guiné". Fora desta conta, ele deixou liberta uma negra chamada Joanna e seus três filhos Manoel, Josefa e Macimianna como também o escravo Caetano, a quem deixou liberto (em condição). (MORAES, 2014, p. 42)

O Sr. Ferreira Velho através do seu testamento demonstrou que possuía um cuidado peculiar com a escrava ao declarar "[...] para alimento desta dita negra lhe deixo cabras e ovelhas que se acharem serem minhas [e] os moveis todos que se acharem [...]" (MORAES, 2014, p. 42). Esse cuidado com Joana pode ser um sinal de uma relação muito próxima entre os dois, Manuel não declarou o motivo que levou a alforriar a escrava Joana e seus filhos, muito embora tenha sido taxativo ao solicitar na escrita do testamento "Declaro mais que [é] minha livre vontade que esta negra Joanna com seus filhos fiquem forros e libertos sem obrigação alguá [...]". Deu prosseguimento: [...] declaro mais que esta negra hé possuhidora

de tres egoas paredeiras sem divisa alguá [...]. Sua preocupação era assegurar por meio do testamento que Joana tomasse propriedade dos bens que lhe fora ofertado em testamento. A posse desses bens deveria ser legitimada antes mesmo da sua liberdade. Ferreira Velho ainda exigiu que fosse registrada a carta de alforria de Joana assim como das suas proles. A relação de Senhor e escravo ficam explícita quando:

a experiência do escravo Caetano nos permitiu ver o quão complexa poderia ser a relação entre senhores e escravos no sertão de Piranhas. Caetano, gentio da Guiné, foi deixado em testamento como liberto, sob a condição de o mesmo pagar, em três anos, a quantia de 30S000 (trinta mil réis)” (MORAES, 2014, p. 43).

Assim sendo, a partir da Lei do Ventre Livre, nº 2040 de 28 de setembro de 1871 para se obter a liberdade por meio da autocompra que o escravo passou a ter direito ao pecúlio escravo, conquistando seu domínio próprio social e cultural. O acordo estabelecido entre o Sr. Manuel e o escravo Caetano possibilitou a conquista da sua liberdade.

As relações estabelecidas entre senhores e escravos provavelmente são frutos do lugar social que ocupam, por ser distinta, muito embora o trabalho de aboiar o gado por regiões distantes era realizado por negros e brancos, essa lida favorecia uma vivacidade na relação entre senhores e escravos. Essa relação era passível de atenção, tendo em vista que os percursos do sertão eram desérticos, esse cenário propiciava a fuga de escravos. Conforme Moraes (2014, p. 43).

o senhor utilizava de seus mecanismos legais para se impor ao negro, ou até mesmo demonstrar que não havia preocupação com o seu futuro, como no caso do leilão de Manoel, quando o seu falecido dono não se preocupou em deixá-lo em liberdade, mesmo condicionada, acabando por ser arrematado por 116\$000 réis, para pagar dívidas do senhor Manoel Pinto Bandeira.

A relação entre senhor e escravo não era fácil principalmente para o escravo que mesmo com o falecimento do seu senhor ainda não conseguia conquistar sua liberdade. No excerto acima, podemos perceber que é latente a valorização do negro enquanto mercadoria em detrimento da sua desvalorização enquanto ser humano. Não podemos mensurar os prejuízos que a escravidão do negro causou a esse povo. São prejuízos que até hoje reverberam em nossa sociedade.

No próximo capítulo iremos apresentar o movimento quilombola na Paraíba desde o litoral até o sertão com ênfase neste espaço geográfico por se tratar do nosso objeto de estudo onde apresentaremos sua trajetória de luta e resistência.

## **CAPÍTULO II - MOVIMENTO QUILOMBOLA NA PARAÍBA: DO LITORAL AO SERTÃO**

Quando pensamos em lutas e resistência quilombola, lembramos os direitos que foram omitidos aos povos remanescentes quilombolas e neste sentido o Estado da Paraíba demorou muito tempo para se posicionar. Estudar essas comunidades é também um ato político de resistência que fortalece a construção histórica e social do povo negro. Ainda que direitos do povo negro tenham sido omitidos por muito tempo e retardado o seu reconhecimento, é muito importante para a História da Paraíba a visibilidade do povo negro.

Durante esse segundo capítulo realizamos um levantamento das comunidades quilombolas do estado da Paraíba com base nos estudos levantado em livros, trabalhos de dissertação e tese publicadas por instituições de ensino superior pública. Na sequência, apresento um resgate do movimento negro em Pombal-PB, esta história foi fundamentada pela luta e representatividade da professora Maria Margarida Pereira da Silva que durante sua trajetória de vida ajudou a fundar o movimento negro raízes de Pombal que foi sendo ressignificado por meio da organização das associações quilombolas, dentre elas o Quilombo dos Daniel objeto do nosso estudo que se configura como um espaço de resistência na cidade.

### **21 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARAIBANAS: ENTRE CRIoulos, RUFINOS, NEGROS DAS BARREIRAS.**

Muitos dos nomes com que são batizadas as comunidades em questão estão fortemente ligados à noção de raça e até à noção antes pejorativa do estigma de ser negro, numa sociedade que por séculos cerceou a liberdade, a dignidade e a própria existência desse povo. As palavras crioulos, Rufinos, negros, usadas como delimitação do título dessa subseção carregam em sua carga semântica as marcas de um povo. Povo esse que é sujeito da história e que há pouco tempo começa a recuperar o que lhe foi negado. A conquista dos direitos do povo negro, ainda em construção, não se deu com facilidade, mas através de muita luta e resistência. Com a Paraíba não foi diferente. As lutas e a resistência acompanharam e acompanham os remanescentes dos quilombos.

Na esteira do Brasil, a Paraíba também teve seu levante marcado pelo trabalho realizado pela Associação de Apoio às Comunidades Afro-Descendentes (AACADE), que sempre



esteve lutando pela causa dos descendentes de escravos. Assim como a Coordenação das Comunidades Negras Quilombolas (CECNEQ), que ajudou a fortalecer a causa ao longo dos anos. Segundo (BANAL; FORTES, 2013, p. 35).

Quando, em 2003, AACAD começou oficialmente o trabalho com as comunidades afrodescendentes, na Paraíba ninguém podia imaginar a existência de um número significativo delas espalhados por todo o território da Paraíba, do litoral ao sertão. Serra do Talhado e Caiana eram as mais conhecidas, a primeira por causa do documentário Aruanda (diretor Linduarte Noronha, 1960), a segunda por causa do seu grupo tradicional de ciranda.

A organização do movimento teve início com o encontro das comunidades negras do estado da Paraíba, que ocorreu no ano de 2014 e contou com a organização da AACADE e outras associações que contribuíram para realização deste evento, que teve com a participação de vários representantes quilombolas, sendo constituída, a partir de então, a Comissão Estadual das comunidades negras e quilombolas da Paraíba. Seu registro foi oficializado em nome da Coordenação Estadual das comunidades negras e quilombolas.

Durante o ano de 2004, o Estado da Paraíba possuía apenas duas comunidades certificadas pela Fundação Palmares, a saber: Serra do Talhado, a princípio, e Matão em seguida. É pertinente destacar que esse cenário evoluiu significativamente, como pode ser observado no mapa dos territórios quilombolas na Paraíba, usado por (BANAL; FORTES, 2013).



**Figura 2:** Mapa dos Quilombos da Paraíba

Fonte: AACADE-CECNEQ – Elaboração Alberto Banal 2013. Disponível em: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/mapas.html> Data de acesso 21 de fev. 2021.

Os quilombos da Paraíba em sua maioria são rurais. Entretanto existem alguns deles com localização urbana como é o caso de Paratibe, localizado na capital João Pessoa, e Os

Daniel, localizado no sertão, na zona urbana de Pombal. É importante lembrar que este último é o objeto da presente pesquisa. Como se pode visualizar no mapa, em todas as microrregiões paraibanas estão presentes os quilombos. Sendo assim, usando a mesma perspectiva legendária de leitura de mapas, constata-se que os nomes desses quilombos estão todos atrelados ao seu respectivo município, a saber: João Pessoa, Conde, Dona Inês, Alagoa Grande, Gurinhém, Picuí, Areia, Serra Redonda, Riachão do Bacamarte, Ingá, Santa Luzia, Livramento, São Bento, Várzea, Cacimbas, Pombal, Cajazeirinhas, São José de Princesa, Catolé do Rocha, Triunfo, Coremas, Diamante e Manaíra.

As comunidades quilombolas para que adquiram esse status precisam ser certificadas pela Fundação Palmares. Todavia essa certificação não garante, por si só, o auto reconhecimento de seus membros. Fato é que ainda é possível encontrar pessoas negras que têm dificuldade de se autoafirmarem como tal.

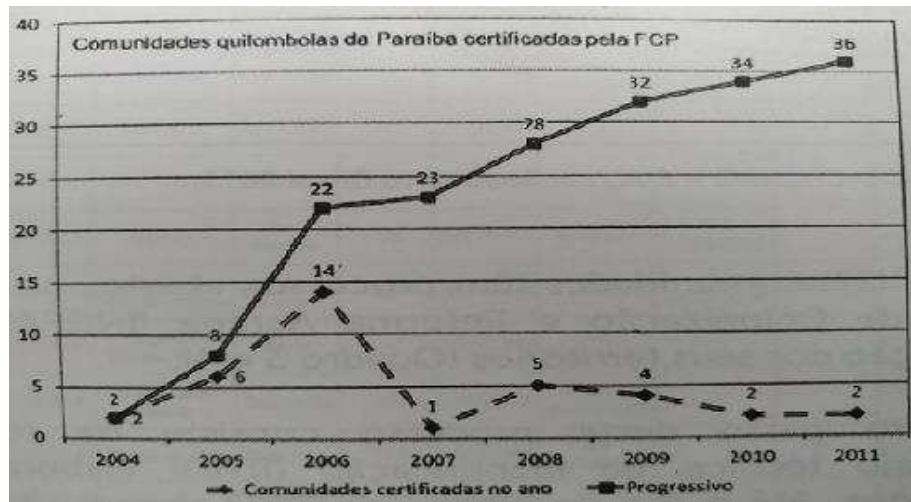
Entre os maiores desafios enfrentados pelas comunidades remanescentes de quilombolas, está a discriminação pela cor de sua pele. Isso o processo de autorreconhecimento não consegue reduzir. Contrariamente, o preconceito chega a ser difundido e agregado a outros preconceitos já existentes. Ou seja, além de ser discriminado pela cor, também pode enfrentar outros preconceitos como linguístico, religioso, a misoginia (no caso das mulheres), homofobia e até o preconceito referente à aparência. Nesse sentido, é fundamental conscientizar as comunidades a positivarem a identidade negra tanto tempo negada, sendo importante desenvolver políticas de valorização da cultura do povo negro com os membros das comunidades para que eles possam se autoafirmarem, de fato, como um quilombola. Dessa forma, se estará contribuindo para assegurar a garantia dos seus direitos, combater a discriminação e a desigualdade social, tão latente em nossa sociedade brasileira.

Os atuais trâmites de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombola têm provocado um debate muito acirrado entre os estudiosos das ciências humanas, e envolve áreas restritas desta temática como História, Antropologia e Arquivologia. Nessa seara, foram formulados diversos conceitos com intuito de definir Quilombo, porém no meio jurídico o conceito formal presente na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, está vinculado ao vocábulo “Remanescente”, cuja definição configura alguém ou algo, no qual é articulada a sobrevivência daquilo que restou do passado. Em outro decreto de Nº 4.887 que regulamenta o artigo 68 do ADCT, em seu artigo 2º apresenta as características obrigatórias para se classificar uma comunidade remanescente quilombola. Nessa perspectiva, “o título de remanescente de quilombo necessita atestar critérios de auto-atribuição, trajetória histórica

própria, relações territoriais específicas, ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica” (BATISTA, *In*: BANAL; FORTES, 2013, p. 41).

Corroboramos que o reconhecimento dessas comunidades é uma conquista essencialmente importante. Uma vez estando inseridos nos quilombos, os sujeitos negros têm, em potencial, a oportunidade de maiores conquistas na sua cidadania. Pensando assim, entendemos que as certificações das comunidades quilombolas paraibanos configuram conquistas muito importantes para a autoafirmação do povo negro, ademais por demonstrar nos últimos anos uma linha ascendente de crescimento entre 2004 e 2011, conforme se pode ver no gráfico abaixo elaborado por BANAL e FORTES, 2013.

A título de ilustração, apresentamos um gráfico, no qual se pode ver o desenho dessas certificações no período de 2004 a 2011, e consta em (BANAL; FORTES, 2013).



**Gráfico 2:** Comunidades quilombolas da Paraíba certificadas pela Fundação Palmares

**Fonte:** AACDE-CECNEQ-Elaboração Alberto Banal 2013. Tabela scaneada do livro: Quilombos da Paraíba a realidade de hoje e os desafios para o futuro.

Até o ano de 2013 eram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares 36 comunidades na Paraíba, entretanto três estavam passando pelo processo de autorreconhecimento. Essa realidade se encontrava presente ao longo de todo o território paraibano. Nesta mesma época, 27 processos foram abertos junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) com o intuito de formalizar a regularização dos seus territórios. Para tal formalização faz-se necessário realizar relatório técnico de identificação (RTID), documento que só pode ser produzido por profissionais da área de Antropologia.

Toda essa luta é fruto da resistência que as comunidades quilombolas têm enfrentado ao longo do tempo. Apesar de todas as dificuldades, atualmente o Estado da Paraíba possui 39

comunidades remanescentes de quilombolas<sup>7</sup> reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, que estão distribuídas desde o litoral até o sertão. A seguir, será apresentado um quadro das Comunidades quilombolas na Paraíba, no qual constam informações acerca da data de certificação e de posse outorgada pelo INCRA. Consideramos importante mostrar essas datas, visto que através delas, podemos mensurar o tempo de vida dessas comunidades, fato que assegura seu fortalecimento e organização.

Nº	Município	Comunidade	Número de famílias	Ano de certificação
1	Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos	130	2005
2	Areia	Engenho Bonfim	37	2015
3	Areia	Engenho Novo Mundo	37	2015
4	Cacimbas	Serra Feia	30	2013
5	Cajazeirinhas	Umburaninhas	18	2006
6		Vinhas	15	2006
7	Catolé do Rocha	Lagoa Rosa	36	2006
8		Jatobá /Currallinho	50	2006
9		São Pedro dos Miguéis	32	2006
10		Pau de Leite	16	2006
11	Conde	Guruji	253	2006
12		Ipiranga	50	2006
13		Mituaça	225	2006
14	Coremas	Mãe D'água	50	2006
15		Santa Tereza	20	2006
16		Barreiras	54	2006
17	Diamante	Vaca Morta	54	2009
18	+	Barra de Oitis	150	2009
19	Dona Inês	Cruz da Menina	82	2008
20	Gurinhém	Matão	32	2004
21	Ingá	Pedra D'água	160	2005
22	João Pessoa	Paratibe	600	2006
23	Livramento	Sussuarana	25	2008
24		Areia de Verão	10	2008
25		Vila Teimosa	15	2008
26	Manaíra	Fonseca	42	2009
27	Picuí	Serra do Abreu	12	2017
28	Pombal	Com. dos Barbosas	12	2018
29		Com. dos Daniel	63	2011

<sup>7</sup> Segundo dados do Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/arquivos/publicacoes/infografico-das-comunidades-quilombolas-do-estado-da-paraiba.pdf>. Data de Acesso: 20 de mar. 2021.

30		Rufinos	80	2011
31	Riachão do Bacamarte	Grilo	76	2006
32	Santa Luzia	Serra do Talhado	40	2005
33		Talhado Rural	125	2004
34	São Bento	Contendas	38	2006
35	São José de Princesa	Sítio Livramento	50	2007
36	Serra Redonda	Sítio Matias	50	2006
37	Tavares	Domingos Ferreira	38	2008
38	Triunfo	Com. dos Quarenta	59	2020
39	Várzia	Pitombeira	52	2005

**Tabela 3:** Comunidades Quilombolas Reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares  
**Fonte:** Elaboração do autor, conforme dados de (BANAL; FORTES, 2013)

## 22 POR UMA DESCRIÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA PARAÍBA

O Quilombo Caiana dos Crioulos está localizado no município de Alagoa Grande na microrregião do brejo paraibano, as 130 famílias vivem da agricultura de sustentabilidade, o quilombo foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2005, esse é um dos quilombos mais recentes a receber a posse de terra pelo INCRA, em 2020<sup>8</sup>.

A comunidade quilombola do Senhor do Bonfim localizada no município de Areia, também localizada na microrregião do brejo paraibano, foi a primeira a conseguir a posse da terra, ainda durante o ano de 2009, após enfrentar uma longa batalha pela apropriação do seu território. Também nesta mesma cidade temos o quilombo Engenho Novo, que antes era a fazenda que deu nome ao quilombo. Sua certidão, em 2015, assegurou a posse de terra a 37 famílias que residem neste território<sup>9</sup>.

Na microrregião da serra do Teixeira, sertão da Paraíba, temos a comunidade quilombola da Serra Feia, composta por 220 famílias, a regularização de suas terras ocorreu após trâmites de processo junto ao Ministério Público, durante o ano de 2018. Além da comunidade quilombola de Aracati/Chã I e Chã II que possuem aproximadamente 30 famílias e teve seu processo de reconhecimento pela FCP em 2013<sup>10</sup>.

O município de Cajazeirinhas localizado na microrregião de Sousa possui duas comunidades quilombolas: a comunidade de Umburaninha, que teve sua certidão expedida

<sup>8</sup> Dados do site: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-caiana-dos-crioulos>. Acesso em 26 de março de 2021.

<sup>9</sup> Dados do site: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-caiana-dos-crioulos>. Acesso em 26 de mar. 2021.

<sup>10</sup> <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2013/04/informacoes-sobre-comunidade-quilombola.html> e <http://revistas.ufcg.edu.br/acsa/index.php/ACSA/article/view/815>. Acesso em 20 de março de 2021.

durante o ano de 2006, sendo composta por aproximadamente 18 famílias. A comunidade Vinhas também teve reconhecimento em 2006 e possui 15 famílias que habitam esse território (BANAL, IN: BANAL; FORTES, 2013).

A cidade de Catolé do Rocha, localizada no sertão da Paraíba, na microrregião de Catolé do Rocha, possui quatro comunidades quilombolas: Lagoa Rosa, que é composta por 36 famílias, teve sua certificação emitida pela FCP durante o ano de 2006. A comunidade Jatobá/Currallinho possui aproximadamente 50 famílias e também obteve sua certificação pela FCP em 2006. A comunidade São Pedro dos Miguéis em 2006, juntamente com a comunidade Pau de Leite. (BANAL, in: BANAL E FORTES, 2013). Já a cidade do Conde, localizada na região metropolitana de João Pessoa, microrregião do litoral da Paraíba, possui atualmente 3 quilombos reconhecidos pela FCP: o quilombo Mituaçu, que é composto por 225 famílias, tendo seu reconhecimento formalizado em 2005. (BANAL, in: BANAL; FORTES, 2013).

O quilombo de Gurugi possui 253 famílias que residem neste território, o quilombo foi reconhecido pela FCP em 2006. A comunidade mantém viva sua tradição de dança do Coco de roda e a Capoeira, além do tradicional Ofício de rezadeira<sup>11</sup>. O quilombo Ipiranga foi certificado durante o ano de 2006 e na época a comunidade possuía 50 famílias, a comunidade também preserva a cultura do Coco de roda<sup>12</sup>.

O município de Coremas localizado na microrregião de Piancó possui três quilombos: Barreiras, Mãe D'água e Santa Tereza. Todas as comunidades receberam sua certidão de reconhecimento e tomaram posse dos seus territórios no ano de 2006.

Em relação à quantidade de famílias que residem nestas comunidades, na comunidade Barreiras existem 54 famílias, na comunidade Mãe D'água são 50 e na comunidade de Santa Tereza são 20 famílias. Essas famílias sobrevivem da agricultura de sustentabilidade (MONTEIRO, 2013). No município de Diamante localizado na microrregião de Itaporanga existem dois quilombos, a comunidade Vaca Morta teve seu território regularizado em 2009, contando com 54 famílias, que residem na comunidade, e que sobrevivem da agricultura. A comunidade quilombola de Barra de Oitis foi reconhecida pela FCP em 2009 e possui 150 famílias neste território (BANAL, in: BANAL E FORTES, 2013).

Na microrregião do Curimataú Oriental, o município de Dana Inês que tem como polo a cidade Guarabira, o quilombo Cruz da Menina foi reconhecido pela FCP em 2008, e possui

<sup>11</sup> Dados do site: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-quilombola-de-gurugi>. Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>12</sup> Dados do site: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-quilombola-de-gurugi>. Acesso em 19 de março de 2021.

o número de 82 famílias que sobrevivem da agricultura de subsistência<sup>13</sup>. O município de Gurinhém, localizado na microrregião de Itabaiana, está o quilombo de Matão. Em 2004, foi expedida a certidão de reconhecimento pela FCP. A referida comunidade abriga aproximadamente 30 famílias que sobrevivem da atividade agrícola. A maioria são homens e prestam serviço na construção civil na capital João Pessoa<sup>14</sup>.

No município de Ingá, localizado na microrregião de Itabaiana, se localiza o quilombo Pedra D'água, que foi reconhecido pela FCP durante o ano de 2005 na época era constituído por 160 famílias, em sua maioria, sobrevivem das atividades agrícolas (BANAL, in: BANAL E FORTES, 2013).

A capital da Paraíba também possui um quilombo rural e apesar do crescimento da cidade está localizado nas imediações do bairro Valentina Figueiredo, sendo constituído por 600 famílias, Paratibe é o maior do quilombo da Paraíba. A comunidade sobrevive da coleta de frutos da floresta e da pesca, além da agricultura de sustentabilidade. A comunidade foi reconhecida em 2006 e busca preservar aspectos culturais como: Coco de roda, Folguedos e Festas religiosas e a Ciranda, além de realizar e manter vivas algumas religiões de matriz africana: candomblé e umbanda<sup>15</sup>.

No município de Livramento, localizado na microrregião do Cariri ocidental, possui três comunidades quilombolas: o quilombo Sussuarana, composto por aproximadamente 25 famílias e o seu reconhecimento foi expedido pela FCP no ano de 2008, e essas famílias sobrevivem da agricultura de sustentabilidade; o quilombo Areia de Verão também foi reconhecido durante o ano de 2008, possui um número estimado de 10 famílias, residindo no quilombo; a comunidade quilombola Vila Teimosa também foi reconhecida pela FCP em 2008 e possui aproximadamente 15 famílias<sup>16</sup>.

Manaíra, localizada na microrregião da serra do Teixeira, possui a comunidade quilombola Fonseca, que teve seu reconhecimento pela FCP no ano de 2009, e possuía 42 famílias<sup>17</sup>.

Picuí, localizada na microrregião do Seridó Oriental, possui a comunidade quilombola

<sup>13</sup><http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Nuevavastecnologias/Cartografiaautomatizada/06.pdf>. Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>14</sup>Dados do site: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364757698\\_ARQUIVO\\_memoriaehistoriaemmatao\\_vanessa](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364757698_ARQUIVO_memoriaehistoriaemmatao_vanessa). Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>15</sup><https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-quilombola-paratibe/>. Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>16</sup>[http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2013/03/informacoes-sobre-comunidade-quilombola\\_9532.html](http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2013/03/informacoes-sobre-comunidade-quilombola_9532.html). Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>17</sup><https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes/cdhm/noticias/presidencia-da-cdhm-pede-agilidade-para-regularizar-e-titular-terras-do-quilombofonseca-na-paraiba>. Acesso em 22 de março de 2021.

de Serra do Abreu, em seu território residem aproximadamente 12 famílias, seu reconhecimento pela FCP foi durante o ano de 2011(ALENCAR, 2017)

A cidade de Pombal está localizada na microrregião de Sousa, possui três comunidades remanescentes de quilombolas: Os Rufinos, o quilombo está situado na zona rural e possui 86 famílias dentro do seu território, a comunidade recebeu o reconhecimento pela FCP em 2011. Essa comunidade mantém viva suas memórias e algumas tradições a exemplo das apresentações de música e da dança e do artesanato do barro. A comunidade Os Daniel é um quilombo urbano e constitui o objeto da nossa pesquisa, conforme já foi mencionado. Possui aproximadamente 63 famílias e foi reconhecida pela FCP em 2011. O quilombo dos Barbosas localizado na zona urbana é constituído por 12 famílias, também foi reconhecida pela FCP em 2018 e faz parte deste mesmo contexto cultural<sup>18</sup>.

O município de Riachão do Bacamarte localizado na microrregião de Itabaiana é onde se encontra a comunidade do quilombola do Grilo, que possui aproximadamente 76 famílias presentes em seu território, a certidão de reconhecimento foi expedida em 2006 pela F.C.P. As suas tradições culturais se manifestam através da dança do Coco de roda, do artesanato do labirinto e da louça proveniente do barro<sup>19</sup>.

No município de Santa Luzia, localizado na microrregião do Seridó ocidental, se localiza dois quilombos: Talhado<sup>20</sup>, localizado na zona rural, o quilombo é constituído por 40 famílias, sendo reconhecido pela FCP em 2004 e sua cultura se manifesta através da manutenção dos seus costumes culturais, da cultura do barro e sustentabilidade agrícola, além de utilizarem alguns dialetos peculiares da comunidade. A comunidade ganhou fama após participar do documentário Aruanda em 1960, que contou com a direção de Linduarte Noronha, sendo considerada uma síntese do novo cinema.

O município de São Bento pertence à microrregião de Catolé do Rocha sertão do estado da Paraíba, neste espaço está a comunidade quilombola Contendas que possui 38 famílias assentadas. O reconhecimento desta comunidade foi emitido pela FCP em 2006. A comunidade possui a cultura da agricultura de sustentabilidade e fabricação de telhas de barro para comercialização<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Dados do site: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/2013/06/os-negros-dos-pontoes.html>. Data de acesso: 20 de março de 2021.

<sup>19</sup> Dados do site: <https://www.paraibacriativa.com.br/artista/comunidade-quilombola-do-grilo/> Data de acesso: 20 de março de 2021.

<sup>20</sup> A Serra do Talhado, comunidade quilombola urbana localizada no perímetro urbano da cidade de Santa Luzia, no bairro São José, possui 125 famílias que habitam neste território. A certidão de reconhecimento foi emitida pela FCP em 2005, a comunidade também desenvolve atividade de confecção de peças de barro.

<sup>21</sup> SANTOS, Noelma Cristina dos. Identidades dos remanescentes quilombolas da comunidade Contendas. Disponível em <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11321>. Acesso em 23 de março de 2021.



A cidade de São José de Princesa, localizada na microrregião da serra do Teixeira, possui a comunidade Livramento que teve seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente quilombola pela FCP em 2007. Essa comunidade carrega em suas memórias a atividade cultural do Coco de roda (ROBERTO, 2014).

No município de Serra Redonda, localizado na microrregião de Campina Grande, encontra-se o quilombo dos Matias, que possui 50 famílias assentadas, seu reconhecimento pela FCP foi expedido em 2006 (BANAL, in: BANAL E FORTES, 2013).

No município de Tavares, localizado na microrregião da serra do Teixeira, encontra-se a comunidade quilombola de Domingos Ferreira, que é constituída por 38 famílias, esse quilombo foi reconhecido pela FCP em 2008 e teve a posse das suas terras pelo INCRA em 2011<sup>22</sup>.

No município de Triunfo, localizada na microrregião de região de Cajazeiras, encontra-se a comunidade remanescente de quilombola dos Quarenta, que é constituída por 59 famílias. O processo de regularização é recente consta de 2020. Entre as tradições culturais desta comunidade podemos destacar a banda Cabaçal. Os Quarenta e um grupos de dança compostos por mulheres que se apresentam durante as festividades religiosas do padroeiro da cidade<sup>23</sup>.

No município de Várzea, localizado na microrregião do Seridó Ocidental, situa-se a comunidade quilombola Pitombeira, essa comunidade possui 52 famílias assentadas e receberam o reconhecimento pela FCP em 2005. As manifestações culturais da comunidade estão ligadas aos rituais católicos presentes no sincretismo religioso durante a festa de nossa senhora do Rosário que ocorrem na cidade de Santa Luzia<sup>24</sup>.

Mediante a todo esse contexto apresentado acerca dos quilombos da Paraíba, concluímos que do litoral ao sertão as marcas do processo de escravidão se fazem presentes, assim como do litoral ao sertão as marcas de resistência são encontradas em diversos pontos da extensão territorial do Estado, seja na zona rural ou urbana, por meio dos quilombos.

<sup>22</sup> MELO, José Anchieta Bezerra de. Narrativas de vida e morte: O quilombo de Domingos Ferreira e a Guerra de Princesa. Disponível em: [http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525135150\\_ARQUIVO\\_TEXTOJOSEANCHIE TA.pdf](http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525135150_ARQUIVO_TEXTOJOSEANCHIE TA.pdf). Acesso em 20 de março de 2021.

<sup>23</sup>Dados do site: <https://www.brasildefatopb.com.br/2020/12/18/comunidade-40-negros-de-triunfo-pb-recebe-certificacao-quilombola>. Acesso em 21 de março de 2021.

<sup>24</sup>SOUSA, Jordânia Araújo Souza. ETNOGRAFANDO A PITOMBEIRA (VÁRZEA/PB) – Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma] identidade quilombola. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/4102/1/JORD%20NIA%20DE%20ARA%20C3%9AJ%20O%20SOUZA%20DISSERTA%20C3%87%20C3%83O%2028PPGCS%29%202011.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

A reminiscência deste período deixou fragmentos que são revelados através das fontes históricas documentos, monumentos, objetos, manifestações culturais e na memória dos idosos que ajudam a reconstituir essa trajetória de luta e resistência destes povos que através do trabalho, suor e sangue ajudaram a construir cada espaço da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

Neste sentido, enquanto pesquisador, temos o dever social e o compromisso com as demandas das pessoas relegadas ao esquecimento, e através da nossa contribuição, procuramos oferecer uma visão sobre os povos remanescentes de quilombolas, a fim de contribuir para a conscientização, acerca dos direitos do povo negro. Corroboramos que as políticas públicas têm um papel muito importante para esses povos. Entretanto, ainda se tem muito a fazer. Um ponto para o qual chamamos atenção é a questão da sustentabilidade. Entendemos que é preciso criar também políticas de sustentabilidade local, pois apenas o autorreconhecimento não garante o pleno exercício da cidadania, previsto pela Constituição Federal. A seguir, apresentamos a trajetória do movimento negro no município de Pombal, lócus da nossa pesquisa.

### **23 O MOVIMENTO NEGRO EM POMBAL: LUTA E REPRESENTATIVIDADE DE MARGARIDA PEREIRA DA SILVA**

O movimento negro no sertão da Paraíba, especificamente em Pombal-PB, segundo dados levantados durante esta pesquisa, teve início durante a década de 1976, liderado por uma mulher negra que desenvolveu ações para buscar melhorar a qualidade de vida das famílias negras, sobretudo, aquelas carentes.

Compreender o movimento negro em Pombal passa, necessariamente, pelo conhecimento do trabalho da professora Margarida Pereira da Silva que, para além da sua atuação como professora, teve início com a criação da creche Pequeno Príncipe, cujo intuito era atender crianças de baixa renda, em sua maioria negra. Esse trabalho impactou na vida das pessoas mais pobres, promovendo conscientização e gerando dignidade para as crianças beneficiadas.



**Figura 3:** Professora Margarida Pereira da Silva

**Fonte:** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T3xiDMkQ22M>

Como mulher negra, Margarida conseguiu construir uma trajetória de sucesso através da educação, seu desejo era empoderar as pessoas para construir uma nova trajetória de vida, através da educação e da formação profissional.

Margarida estava à frente da sua época, sua bandeira de luta foi erguida pensando em proteger os direitos humanos e sociais dos grupos minoritários excluídos a exemplo das mulheres, pessoas negras, homossexuais as crianças e adolescentes, pessoas tidas como vulneráveis, muito semelhante aos desafios enfrentados pela sociedade atual. Foi uma militante dos grupos desprovidos dos seus direitos, suas reivindicações iam de encontro ao interesse de muitos grupos políticos, cujo objetivo era fazer com que essas pessoas continuassem submissas e vulneráveis a fim de perpetuarem o projeto da oligarquia política na cidade.

A jovem Margarida rompeu barreiras e desafiou o sistema de exclusão quando conseguiu cursar o ensino superior. À época, a uma mulher pobre e negra, geralmente, não era dada essa oportunidade. Nesse sentido, ela foi exceção, e com a conquista de seu lugar de fala conseguiu dar visibilidade e voz para os grupos excluídos na cidade de Pombal. O marco inicial dos trabalhos sociais desenvolvidos pela professora Margarida foi a criação de uma creche para atender crianças carentes. O próprio nome dessa creche carrega um sentido muito importante de luta pela dignidade das crianças em vulnerabilidade social. Assim, a Pequeno Príncipe procurava dar aos pequenos um valor e um “título”, talvez só cultuado nas famílias de maior poder aquisitivo: aquele de chamar meninos e meninas de príncipes e princesas.

Nesse sentido, aquelas crianças elevadas à dignidade também podiam alcançar conquistas importantes, que na sociedade local, era privilégio dos mais abastados.

A Creche Pequeno Príncipe, fundada em 1976, acolhia, durante o dia, crianças, filhos dos trabalhadores negros ou não. Essas crianças recebiam educação formal, proteção alimentar e cuidados de higiene. As famílias atendidas se encontravam à margem da sociedade e enfrentavam muitos problemas dentre eles a exclusão social que possui características como endereço, nome e cor, mesmo o Brasil sendo um país miscigenado, onde mais da metade da população é negra e enfrenta problemas de exclusão e discriminação.

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar (BENTO e BEGHIN 2005, p. 194).

Estes problemas estão relacionados ao modo como essas pessoas vivem, geralmente residindo em palafitas, distribuídas em sua maioria nas áreas periféricas das cidades e não possuem condições de higiene e saneamento básico. Essas populações sofrem com o desemprego, a violência policial e as principais vítimas são justamente os negros que em sua maioria não possuem um nível de escolaridade elevado, a maioria dessas pessoas não gozam de oportunidades.

Neste sentido, o surgimento da creche Pequeno Príncipe foi o modo de pensar nas crianças que estavam nas ruas e na feira-livre que até hoje acontece aos sábados na cidade que estavam coletando resto de alimentos para tentar sobreviver, essas crianças residiam em casas de taipa, filhos de pais e mães negros.



**Figura 4:** Crianças atendidas pela creche Pequeno Príncipe no início de sua fundação

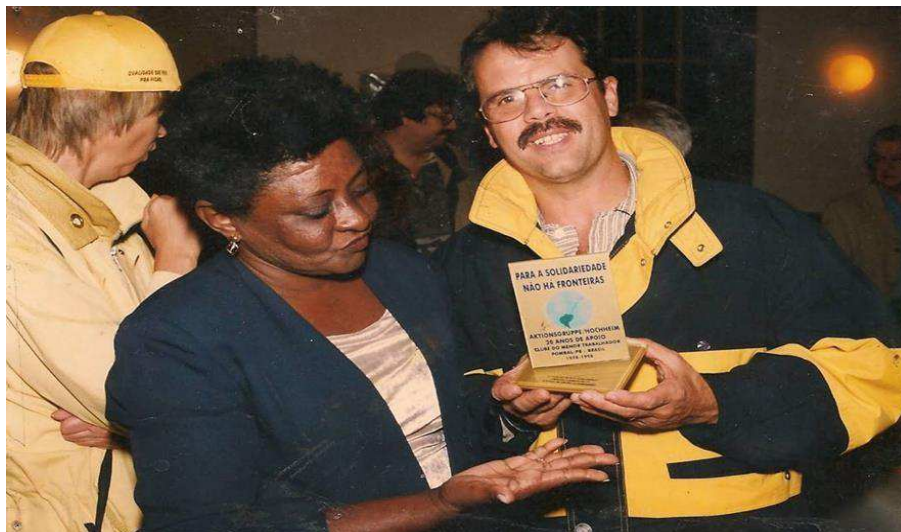
**Fonte:** Arquivo fotográfico do CEMAR

Durante o ano de 1986, Margarida percebeu que poderia realizar algo a mais por essas famílias, foi quando instituiu o Clube do Menor Trabalhador – CTB, escola profissionalizante que tinha por objetivo ensinar aos jovens uma profissão, dando subsídio para que as crianças e jovens pudessem se qualificar para o mercado de trabalho, sempre na perspectiva de crescimento e empoderamento para que assim pudessem conquistar espaço no mercado de trabalho e assim vislumbrar um novo horizonte. O terreno para a construção da nova sede localizada as margens da BR-230, sendo uma doação da Prefeitura Municipal de Pombal. É importante lembrar que O Clube do Menor Trabalhador foi instituído antes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2019).

Durante muito tempo e com um árduo trabalho visando sempre buscar abrir caminhos para famílias do sertão, sua determinação e perseverança lhe proporcionaram algumas homenagens e títulos tanto a nível nacional quanto internacional, um exemplo marcante foi a presença da Rede Globo de televisão, que esteve na cidade, no ano de 1990 para filmagem do quadro *Gente que faz*, uma iniciativa do Banco Bamerindus, cuja exibição ia ao ar aos sábados, antes do até hoje exibido, *Jornal Nacional*.

O referido quadro televisivo tinha o objetivo de homenagear pessoas que desenvolviam iniciativas de impacto na sociedade, de modo a diminuir as condições de pobreza no país. É pertinente ressaltar que a maior parte das famílias assistidas pelo trabalho da professora Margarida eram negras e desassistidas por ações sociais do poder público. Seu trabalho foi reconhecido internacionalmente. A comunidade internacional Aktiongruppe, da

Alemanha, comenda “Solidariedade não há fronteiras”.



**Figura 5:** Margarida é homenageada pela comunidade internacional Aktion gruppe  
**Fonte:** Arquivo fotográfico do CEMAR

A maior parte das pessoas assistidas por Margarida possuía a esperança de conseguir sobreviver sem ter que deixar sua terra natal, tendo em vista que as décadas de 70 e 80 foram marcadas por um intenso processo migratório da população do Nordeste para outras regiões do Brasil, em especial para as regiões Sudeste e Centro-Oeste. “As pessoas que conseguiram se desenvolver, crescer em sua profissão são fruto de um sonho que ela própria sonhou. É através dos sonhos que as grandes conquistas se realizam, sonhar e sonhar sempre.”<sup>25</sup> Em outubro de 2000, a professora Margarida foi vitimada por um acidente automobilístico, o que causou muita comoção na cidade e conseqüentemente afetou sensivelmente o movimento negro de então.

Reiteramos o que dissemos no início dessa seção: compreender o movimento negro em Pombal, passa pelo trabalho da professora Margarida. E por que fizemos questão de dar ênfase à sua profissão? O exercício de sua militância era imbuído da sua formação profissional. Na qualidade de professora de Língua inglesa, era uma das poucas pessoas que tinham proficiência nessa língua, na cidade, na época. Muitos dos seus movimentos nas buscas de melhorias para as entidades que presidia eram feitos por contatos internacionais, a exemplo das entidades alemãs, que investiam em projetos sociais no Brasil. A seguir discorreremos sobre o movimento negro Raízes de Pombal.

<sup>25</sup> Palavras de Margarida, extraídas de um vídeo que foi exibido na Rede Globo de televisão quando o banco Bamerindus selecionou pessoas que ajudavam a modificar a realidade das pessoas “Gente que Faz”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T3xiDMkQ22M>. Acesso em 21 de fevereiro de 2021.

## 24 MOVIMENTO NEGRO RAÍZES DE POMBAL E A SUA RESSIGNIFICAÇÃO

Durante o ano de 1993 surge o movimento negro Raízes de Pombal, que por sua vez já tinha ligação com os grupos folclóricos dos Congos, Pontões, Reisado e com a Irmandade do Rosário que são manifestações culturais de cunho histórico. Esse movimento se iniciou por meio de sessões realizadas na Rua Afro Bandeira, no centro da cidade de Pombal.

Durante as reuniões foi possível desenvolver estratégias de fortalecimento da luta negra pelos seus direitos. A pauta dessa reunião contemplou a participação na Marcha de Zumbi dos Palmares pela vida em 20 de novembro de 1995 em Brasília. Esse evento foi um marco na luta do povo negro, visto que foi a partir daí que o então presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu os manifestantes e “assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Inter-ministerial para a Valorização da População Negra”, conforme se pode conferir na página do Memorial da Democracia<sup>26</sup>. Vale lembrar que no dia 20 de novembro se faz memória à morte de Zumbi dos Palmares. Data historicamente marcada por manifestações e lutas do povo negro. Um dos frutos que essas lutas lograram foi a instituição da Lei nº 12.519 de 20 de novembro de 2011 que fixou o dia 20 de novembro como o dia nacional da Consciência negra.

Ao retornar da marcha Zumbi, o movimento negro Raízes de Pombal, se revigorou e desenvolveu estratégias de enfrentamento ao racismo e ao preconceito. Mesmo que inicialmente tímido, o grupo contava com nomes importantes, dentre eles o da professora Margarida Pereira da Silva, dentre outros que despontavam na luta como Valter dos Daniel, Seu Chico Daniel, José Ribeiro da Silva, Denis Januario, Geraldina irmã de Margarida, Dimas Januário e alguns integrantes do grupo de dança folclórica dos pontões. Sempre na perspectiva de fortalecer a luta na região, envolvidos pelo sentimento de identidade negra, o grupo desencadeou uma série de ações que levou à formação de um núcleo para jovens, envolvendo a temática: racismo e preconceito.

Dentre as ações desenvolvidas pelo grupo podemos destacar o fortalecimento da integração da população negra como oficinas de bonecas afro-brasileiras, pinturas que ajudam a afirmar a representação negra, além de atividades que enaltecem a luta, a exemplo do desfile cívico de 7 de setembro abordando a questão do racismo.

Em 1995 também foi instituído um espetáculo chamado “Lamento Negro”,

---

<sup>26</sup><http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia> Acesso em 28 de fevereiro de 2021.

protagonizado por jovens, cuja abordagem era o racismo no Brasil, o desemprego, o preconceito e genocídio da população negra, além do analfabetismo e da existência de um número significativo de crianças negras fora da escola. Essas ideias estavam sempre atreladas à noção de resistência.

Durante o ano de 1997 foi realizado o “1º Seminário “Educação Não Tem Cor”. O Sr. José Ribeiro também participou como membro do Conselho Estadual da Paraíba pela igualdade racial, assim como foi registrada a participação de jovens que compõem a entidade do CEMAR em diversos espaços públicos para discutir a temática do racismo, ocupando espaços midiáticos como rádios e jornais. Na oportunidade, foram elencadas uma série de medidas para combater a discriminação dos homens e mulheres negras no Estado da Paraíba.

Este evento influenciou a instituição do decreto de Lei municipal que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira na grade curricular do município de Pombal.

Essa vertente era uma proposta dos Parâmetros Curriculares Brasileiros que versam acerca da pluralidade cultural, tendo em vista a dificuldade de abordar essa temática nos espaços escolares. Segundo Brasil, 1997.

Historicamente, registra-se dificuldade para lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. O país evitou o tema por muito tempo, sendo marcado por mitos que veicularam uma imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, ou, em outra hipótese, promotor de uma suposta democracia racial (BRASIL, 1997, p. 20).

Como vemos o excerto acima nos reporta ao negacionismo com relação ao preconceito racial. Dessa forma, não tratando do tema se tinha a falsa sensação de que não havia discriminação. Conforto para “os brancos”, mas para o povo negro isso se traduziu em luta.

O movimento negro de Pombal foi desfalcado com o falecimento de Margarida, muito embora o exemplo da sua trajetória de vida tenha legado, mais adiante, o fortalecimento da luta de negros pombalenses. Em 2002 o CMT passou a se chamar CEMAR (Centro de Educação Integral “Margarida Pereira da Silva”), em homenagem à sua fundadora. Essa instituição se constitui como uma organização não governamental sem fins lucrativos, tendo como missão atuar na construção e promoção do protagonismo infanto-juvenil na cidade de Pombal, tendo como foco o atendimento a crianças, jovens e adolescentes fortalecendo os vínculos comunitários e familiares e tem sua atuação centrada na defesa da construção da cultura de paz, na promoção de igualdade étnico-racial e na militância pela cultura de paz.





**Figura 6:** *Centro de Educação Integral Margarida Pereira Silva CEMAR*

**Fonte:** Arquivo do autor

O Espaço edificado constitui-se de um ambiente amplo e arejado o que proporciona o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe que ali desenvolve cursos e oficinas profissionalizantes, ajudando a fortalecer o protagonismo dos jovens e adolescentes.

A história de luta não parou, em 2004 foi elaborado um projeto pelo grupo negro Raízes de Pombal com intuito de pesquisar e fundamentar a descendência escrava das comunidades quilombolas, fazendo com que as mesmas pudessem ser reconhecidas pela Fundação Cultural de Palmares. Nesse contexto, as três comunidades descendentes de quilombolas de Pombal são: a comunidade dos Rufinos, localizada na zona rural do município; os Daniel, objeto da nossa pesquisa; e os Barbosa, ambas localizadas na zona urbana. Atualmente, as três comunidades são reconhecidas e possuem associações que ajudam a manter viva a luta por seus direitos, que desde muito tempo lhes fora negado.

O grupo negro Raízes de Pombal sempre buscou ocupar os espaços sociais com intuito de sensibilizar a sociedade para as questões étnico-raciais e justiça planetária. Por meio do CEMAR, foi possível estabelecer uma rede de comunicação que proporcionou a participação e produção de eventos em espaços públicos, em que o enfoque de debate é a temática negra. Desta feita, as reuniões públicas, encontros municipais e estaduais, fórum de debate, acontecem sempre buscando combater o preconceito e a negação dos direitos, fundamentados no que rege a Constituição Federal de 1988. Ao destacar a promoção do bem de todos os cidadãos, em seu Art.3º, parágrafo VI, garante que esses direitos são extensivos a todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Na luta diária pela sensibilização da sociedade civil, é possível ocupar diversos espaços e assim combater o preconceito. Tomando a educação como princípio fundamental da

formação social, estrategicamente desenvolver ações nas escolas públicas municipais e estaduais a exemplo da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Arruda Câmara, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Vicente Freitas, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João da Mata. Todas essas abordagens de racismo estavam intercaladas com a questão cultural que também estava presente como a dança dos pontões mirim, grupo de dança afoxé e a banda areia fina, que buscou inspiração na banda Olodum de Salvador que durante esse período se destacava no cenário nacional tocando músicas ritmadas a exemplo do samba regue e afoxé.

Todas essas ações desenvolvidas culminaram em uma turnê do grupo de jovens protagonistas do CEMAR. Jovens esses que foram realizar apresentações internacionais, chegando a realizar uns shows na Alemanha e Itália durante o ano 2003. Essa experiência serviu de estímulo para que esses jovens pudessem alcançar novas perspectivas de vida. Sem dúvidas, houve uma melhora significativa nas condições socioeconômicas da nossa região, devido às contribuições do CEMAR, junto às comunidades periféricas de Pombal e cidades circunvizinhas.

A foto abaixo registra momento de apresentação da Banda Areia Fina, um grupo formado por adolescentes, apresentando-se na Alemanha.



**Figura 7:** Apresentação da Banda Areia Fina na Alemanha  
**Fonte:** Arquivo fotográfico do CEMAR

Durante esse curto espaço foi possível organizar o espetáculo Lamento Negro a se apresentar em Belo Horizonte, durante uma mostra de teatro. Durante esse período estive à frente como diretor do espetáculo o Sr. José Ribeiro da Silva, buscou durante o espetáculo trazer à tona a questão do racismo e do preconceito, pautando o enredo teatral na perspectiva da resistência negra e sensibilização do público para compreender que essa luta é pelo fim do

racismo.

Diante de toda essa trajetória de resistência e luta que teve início a partir da Creche Pequeno Príncipe, tempos depois, Clube do Menor trabalhador, e na atual conjuntura, CEMAR, seguindo-se o reconhecimento dessas comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, percebemos que a história da luta negra em Pombal tem características muito peculiares. Todo esse trabalho realizado no alto sertão da Paraíba foi articulado em vista da conscientização e da politização das pessoas que compõem as comunidades negras locais para que assim possam alcançar o empoderamento.

## **25 COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS DANIEL: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA NA CIDADE DE POMBAL-PB**

A primeira denominação de Quilombo foi registrada oficialmente nos documentos portugueses ainda em 1559, tendo sido atribuído o significado apenas em 1740, pelas autoridades portuguesas da época. Sendo definida como: “Toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes desprovidas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele”. (NASCIMENTO, 1982, p.281) Essa descrição perdurou durante muito tempo mantendo-se cristalizada, principalmente durante o período em que vigorou a escravidão no Brasil, essa caracterização pejorativa produzia uma visão reduzida que contribuía para a invisibilidade dos afrodescendentes perante a história oficial.

Para tanto podemos afirmar que o processo de reconhecimento e autoidentificação das comunidades remanescentes de quilombolas é um processo recente que ocorreu no final do século XX, quando se propôs o debate das políticas públicas voltadas para atender as comunidades remanescentes quilombolas. Os conceitos quilombolas e remanescentes quilombolas despertaram para uma reivindicação antiga. Diante das fragilidades passadas, as comunidades quilombolas tiveram que se adequar à nova proposta política, tomando como referência a Constituição Federal de 1988. Desta maneira, as comunidades se organizaram e passaram a colaborar para a formação das identidades étnicas através do processo de emancipação das comunidades.

Tendo em vista que com o passar do tempo a cultura pode se articular de acordo com o contexto histórico promovendo assim uma expansão, é importante atentar que existem várias maneiras de identificar essas ressemantizações do termo quilombo até se estabelecer o conceito presente conforme o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) presente na Constituição Federal de 1988. Segundo Arruti (2008).

As ressemantizações às quais o documento faz referência não decorrem apenas de uma compreensão mais objetiva do termo, mas de sucessivos agenciamentos simbólicos do quilombo, capazes de explicitar a base sobre a qual o artigo constitucional foi pensado e que justifica sua formulação vaga e desinformada (ARRUTI, 2008, p. 3).

Nesse sentido o autor explica que existiram várias definições para o termo quilombo, prova disso é que o conceito foi sendo reconstituído e ressignificado, rompendo com as ideias que foram estabelecidas no passado, ou seja, frigidificadas (cristalizadas) que não atendem às transformações socioculturais das comunidades quilombolas diante da realidade atual. É necessário compreender que quilombos contemporâneos foram sendo constituídos ao longo de suas trajetórias.

A construção da sua identidade é representada pela resistência e que associada com a relação que a comunidade exerce com o lugar. Assim, foi sendo construído historicamente, o sentido ser quilombola, que é ir além da raça, é construir-se socialmente ao longo dos séculos, fortalecendo a relação que o grupo étnico possui com o espaço ocupado dentro do território. Embasada nesta perspectiva Beatriz Nascimento (1982) define quilombo como sendo:

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (NASCIMENTO, 1982, p. 41).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os quilombos são parte de um processo identitário que resistiu ao tempo, enfrentando grandes dificuldades para se autoafirmar historicamente. Graças à luta organizada e ao levante popular negro foi possível conseguir apoio para construção de políticas públicas sociais para fortalecer a história do povo negro.

O território é o lugar onde se definem as condições necessárias para que se possa identificar qual é o(s) grupo(s) negro(s), onde se localiza e por qual motivo ocupam aquele lugar. É através do lugar que se estabelece a realidade física e material que se constitui a memória comum, cada quilombo possui características únicas que são diferenciadas de outros territórios e grupos. De acordo com Anjos (2009), geógrafo e pesquisador das comunidades quilombolas do Brasil, o território é um espaço importante para conservação da cultura. Nessa acepção afirma:

O território é uma condição essencial, porque define o grupo humano que ocupa, onde estão localizados e por que estão naquele espaço (historicidade). A terra – o terreiro – não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, que todos têm registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente. Num quilombo, a terra não é pensada e nem praticada como uma propriedade individual, mas como uma instância de uso comum-coletivo, que é elemento principal da consolidação do território étnico, da manutenção da identidade cultural e da coesão social (ANJOS, 2009, p.108).

Neste sentido, as palavras do autor afirmam que o quilombo é um território que possui herança cultural ancestral que é compartilhada entre os seus habitantes por meio da memória coletiva da comunidade, para tanto, as práticas culturais reproduzidas representam um ato de manifestação cultural que ocorre dentro do território mantendo viva sua identidade. Diante da complexidade que envolve o conceito “território” faz-se necessário entendermos que pode se tratar de um grande ou pequeno espaço de terra, onde se detém o poder administrativo de um grupo de pessoas, que exercem soberania sobre esse espaço geográfico. Esta definição da Geografia também possui relação com a Sociologia e com outras ciências humanas, pois é através das relações sociais que os seres humanos se constroem dentro do território, estabelecendo a posse e manifestando a cultura, o seu modo de viver, a sua crença. Trata-se de tradições e de outros saberes que ajudam a compor a identidade local.

Segundo Albagli, (2004, p.26)

O território não se reduz então a sua dimensão material ou concreta; ele é também, „um conjunto de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta.

É com base na delimitação do território que se estabelece o poder, dentro do espaço que envolve os interesses da sociedade. A construção da identidade cultural está condicionada ao espaço de vivência onde atua o grupo social, que foi organizado historicamente através das relações de poder estabelecidas de acordo com a unidade de espaço estabelecido.

Após discutirmos os conceitos de quilombos e território adentraremos nas características e localização da comunidade remanescente quilombola dos Daniel que está localizada no município de Pombal, distante aproximadamente 360 km da capital da Paraíba, João Pessoa.

O principal acesso ao município se dá pela rodovia federal BR 230, conhecida como transamazônica, que divide a cidade ao meio e a BR 427, que interliga a Paraíba com o vizinho estado do Rio Grande do Norte. Ainda conta com duas rodovias estaduais a PB 325 que interliga a cidade de Catolé do Rocha e a PB 338, que dá acesso à cidade de São Domingos de Pombal.



**Figura 8:** *Vista aérea do município de Pombal-PB*  
**Fonte:** Prefeitura municipal

Dados citados por Araújo (2011, 2014, p. 5), situa Pombal na zona fisiográfica do baixo sertão de Piranhas na faixa ocidental do Estado da Paraíba, integrando a Microrregião nº 95 depressões do alto piranhas. Sua área territorial é de 889 Km, o município é o segundo maior, representando um território de 1,58 da superfície total do estado que é de 56.400 Km. Está a 185 metros acima do nível do mar. A base econômica do município de Pombal descrita por (SOUSA, 2009), que realça as atividades econômicas da cidade e a origem da renda de seu povo.

Sua principal produção econômica é de origem agrária, com poucas indústrias de pequeno e médio porte – doces, manteiga, queijos e velas, artigos plásticos, detergentes, marcenarias, confecções, bolsas e outros para o consumo regional. O comércio do centro urbano da cidade, no entanto, é alimentado com produtos vendidos através das franquias de marcas famosas de vestuários, calçados, acessórios e outros ligado a moda disseminada pela mídia, especialmente a televisiva. A renda que alimenta as atividades comerciais de Pombal é proveniente dos produtores rurais, que variam entre agricultores grandes e pequenos criadores de gado bovino, caprino e ovinos, muitos dos quais utilizam técnicas de fertilização modernas. Há também funcionários públicos municipais, estaduais e federais, bancários, comerciantes, co-merciários e pequenos empresários industriais (SOUSA, 2009, p. 49).



A sede da Associação, local onde costumeiramente ocorrem reuniões, se configura também como local de encontro para debater alguns assuntos importantes de interesse da comunidade. É um imóvel alugado, mantido com recursos da prefeitura.

A rua do quilombo pode ser caracterizada como íngreme, próxima à sede da companhia de tratamento de água (CAGEPA) que estrategicamente foi construído no ponto mais alto da cidade, tendo em vista que sistema de distribuição utiliza a força gravitacional para abastecer as residências da cidade.

A acessibilidade ao quilombo é fácil, devido estar localizado na zona urbana e o bairro Nova Vida possuir fronteira com o centro da cidade, no entanto, as ruas são estreitas e apresentam declives acentuados, constituindo uma ladeira íngreme. A rua calçada facilita o acesso ao local.

As residências apresentam algumas características únicas: são pequenas e próximas umas das outras e em alguns casos as paredes são conjugadas. São casas simples, de alvenaria e possuem poucos cômodos, constituindo-se basicamente em sala, quartos, cozinha e um quintal, onde as famílias geralmente se acomodam compartilhando esses pequenos espaços. De forma geral, essas residências não oferecem muito conforto devido ao pequeno espaço para circulação do ar entre as residências.



**Figura 10:** *As residências e o seu colorido*

**Fonte:** Arquivo do autor

Percebemos que as casas se diferem pelo colorido que cada morador impõe para colorir sua fachada. Algumas casas utilizam plantas para decorar tanto a parte externa quanto interna dos lares.





**Figura 11:** *Residência do Quilombo dos Daniel*  
**Fonte:** Arquivo do autor

Dentro da cultura popular, o cultivo de plantas na entrada das casas pode estar associado às crendices, pois, segundo a crença popular, algumas plantas servem para afastar maus olhares ou até mesmo para proporcionarem boas vibrações para as pessoas que se aproximarem da residência. Na imagem, é possível perceber a presença de uma espécie vegetal africana. De acordo com (RIBEIRO, 2010 e DGGARD, 1999, apud VIEIRA, 2015, p. 17):

As zamioculcas (*Zamioculcas zamiifolia* Engl.) é uma planta ornamental originária da África, sendo pertencente à família Araceae, e pode ser usada na decoração de interiores (Ribeiro, 2010). Esta planta foi descoberta em terreno rochoso protegido, na metade da selva, nem ambas as florestas de terras baixas e submontanha em habitats na Tanzânia.

As zamioculcas são conhecidas segundo a crença popular por proteger e purificar o ambiente, muito embora algumas pessoas utilizem pelo seu potencial paisagístico, ou seja, para embelezar o ambiente. Pelo que pudemos observar na casa fotografada, a diversidade de plantas usadas na entrada, parecem ser usadas para embelezar o ambiente e por preferência da proprietária.

Entre os elementos de decoração das casas, os objetos sagrados da religiosidade católica se fazem presentes através das imagens de santos, fato que configura a absorção de elementos da fé católica, fator que é muito forte na comunidade. A religiosidade se configura como um dos elementos identitários e culturais dos povos. É muito comum nas residências do quilombo dos Daniel encontrar imagens de santos católicos, neste sentido, percebe-se traços

da história do processo de colonização do sertão, que foi marcada pelo catolicismo e pelo sincretismo religioso presente nas manifestações da igreja católica através dos grupos folclóricos de matriz africana: Congos, Pontões, Reisado.



**Figura 12:** Espaço destinado a orações na residência de Dona Cícera Maria  
Foto: Arquivo do autor

A imagem acima é da sala da residência, em frente à porta é comum encontrar tanto imagens em gesso e em resina, como quadros de santos nas casas do quilombo. Vemos que nos ornamentos sagrados do altar fotografado, aparecem santos da devoção católica como Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Coração de Jesus, Menino Jesus na manjedoura. Não encontramos outras imagens que pudessem revelar práticas sincréticas no altar fotografado. Os Daniel têm a característica de pessoas muito devotas, que praticam a religião católica, são pessoas que participam das missas com frequência e em suas falas deixam transparecer a primazia da fé católica realçadas pelo culto à devoção mariana.

## **2.5.2 DA ORGANIZAÇÃO POPULAR AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DOS DANIEL**

Conforme mencionamos neste capítulo, os movimentos em torno da afirmação das

comunidades quilombolas de Pombal tiveram base na luta da professora Margarida que encampou tal luta pela resistência e reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas de Pombal, visando assegurar melhorias na qualidade de vida dessas populações. Nesse sentido, reiteramos que o processo de autorreconhecimento não é algo conquistado facilmente, muito embora seja válido o retorno que as comunidades reconhecidas possam desfrutar, a exemplo dos benefícios implementados pelas políticas públicas governamentais.

O primeiro passo para oficializar o reconhecimento de uma comunidade é formalizar o registro da associação quilombola. Nessa linha, a Associação Comunidade Negra dos Pontões Daniel (ACNPD), teve sua primeira reunião ordinária em 12 abril de 2008, nas dependências do Centro de Evangelização Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Comunidade Católica Remidos no Senhor, localizado na Rua Joaquim de Sousa Filho, Bairro da Nova vida Pombal-PB. Estiveram presentes na reunião vinte pessoas da comunidade, além de outros (as) representantes da sociedade civil organizada, como o presidente do Centro de Educação Margarina Pereira da Silva (CEMAR), o Sr. José Ribeiro da Silva, o qual coordenou a pauta da reunião juntamente com a comunidade da Associação Comunidade Negra dos Pontões Daniel.

Durante a solenidade de abertura foi feita uma fala acerca do resgate da História dos escravos no Brasil e também em Pombal, enfatizando as contribuições que a família negra dos Daniel proporcionou a cidade de Pombal, tanto no que diz respeito a economia quanto na cultura. A exemplo da participação de membros da família no grupo de dança dos pontões, patrimônio cultural do Município de Pombal-PB. Essa fala foi proferida de acordo com o registro da ata de reunião a comunidade sofre discriminação étnico-racial.

Pontualmente foi feita uma reflexão dos desafios que a comunidade dos Daniel tem enfrentado na conquista de espaços sociais, econômicos e educacionais, resultado do preconceito étnico-racial oriundos da sociedade em geral, o que dificulta o exercício de sua cidadania (Ata de reunião da ACNPD, 2008, p. 2).

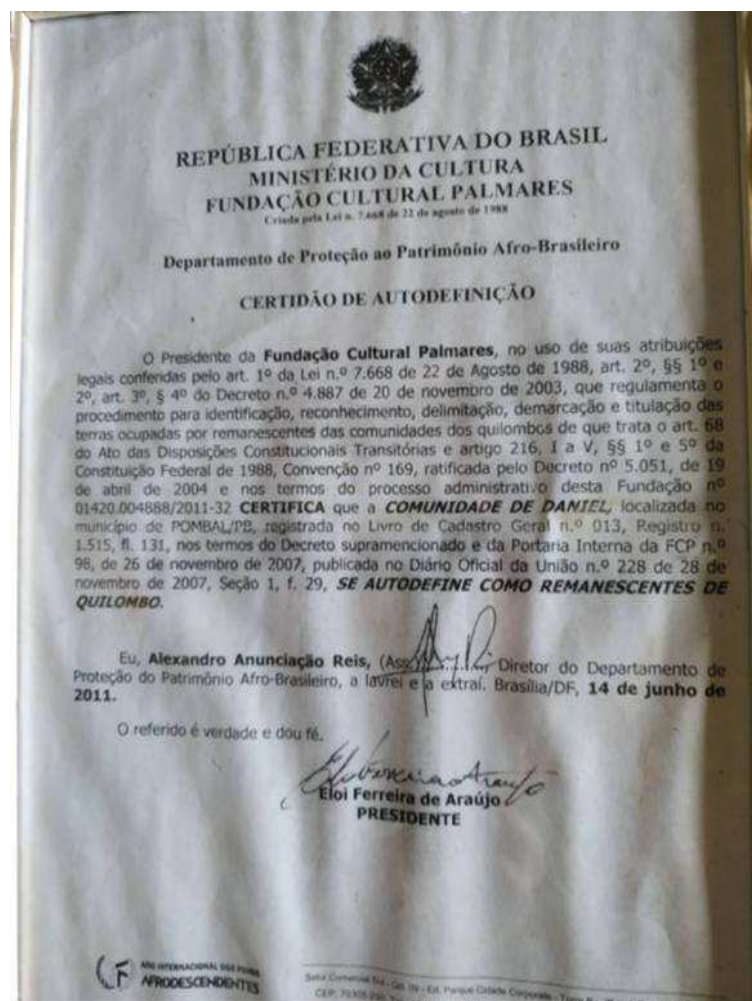
Esses gestos de discriminações afetam tanto o fator econômico quanto o social, causando prejuízos também ao psicológico. O Brasil é um país de misturas étnico-raciais, o que se justifica a presença dessa população em nossa formação populacional. Durante a reunião também foi enfatizada a importância do reconhecimento dessa comunidade por órgãos oficiais como sendo remanescentes de quilombolas.

Ao concluir as falas dos presentes, deu-se início ao processo de indicação e aprovação dos nomes que compuseram a primeira diretoria da “Associação Comunidade Negra dos

Daniel” formalizando a seguinte composição: Presidenta: Maria de Fatima Daniel da Silva Santos; Tesoureira: Rita de Cássia de Sousa; Secretário: José Ribeiro da Silva.

Após a indicação e aprovação da diretoria acima mencionada foi criada a Associação Comunidade Negra dos Pontões Daniel e aprovada por todos os participantes da reunião. A partir de então, a ata foi lavrada e protocolada em cartório e emitida para Fundação Cultural Palmares, conforme as orientações estabelecidas por meio de decreto da citada fundação, dando início ao processo de autorreconhecimento da comunidade remanescente de quilombola os Daniel.

Após três anos de muita expectativa, e luta foi possível o receber reconhecimento da comunidade. A certificação de reconhecimento foi emitida em 14 de junho de 2011 pelo diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro (DPPA) o Sr. Alexandro Anuniação Reis e pelo presidente da fundação Cultural Palmares Elói Ferreira de Araújo. Conforme podemos observar na Certidão de Autodefinição:



**Figura 13:** Documento de Reconhecimento da Comunidade Quilombola “Daniel”  
**Fonte:** Quilombo dos Daniel

O prédio da Associação é locado pela prefeitura. Trata-se de uma casa pequena com apenas 5 ambientes, uma sala que é integrada a outro que dá acesso à cozinha, um quarto onde são guardados alguns materiais como cadeiras, dentre outros objetos e um quintal, área aberta sem cobertura.



**Figura 14:** *Sede da Associação da Comunidade Quilombola dos Daniel*  
**Fonte:** Arquivo do autor

A sede da associação é o local onde acontecem reuniões e ações que beneficiam a comunidade, que em sua composição conta com um número de 63 associados. Apenas 19% são do sexo masculino e outros 44% do sexo feminino. A maioria dos associados são mulheres mães, com filhos na faixa etária entre 4 e 6 anos. A maioria dessas mulheres trabalha prestando serviços domésticos em casa de famílias no centro da cidade. Historicamente o trabalho da mulher negra no Brasil pouco tem evoluído principalmente no segmento educacional que serve de base para ajudar no processo de transformação da realidade socioeconômica das classes menos favorecidas. A superação dos desafios rumo à ascensão social passa pela elevação do grau de escolaridade.

Na atual conjuntura, além das dificuldades inerentes à comunidade, a Pandemia de COVID 19 alterou a vida dos membros do quilombo, como ocorreu com todos os brasileiros. Os altos custos dos alimentos e a segurança sanitária foram fatores observados. No terceiro e último capítulo, aprofundaremos as discussões sobre o quilombo em questão, utilizando a metodologia das narrativas das histórias de vida iremos buscar dar escuta e visibilidade à história dessa comunidade, que durante muito tempo se encontrou silenciada, neste contexto abrimos espaço para um dos líderes da comunidade quilombola dos Daniel ressignificar a luta e a resistência deste espaço urbano da cidade de Pombal.

### **CAPITULO III - MEMÓRIA E IDENTIDADE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS DANIEL DA CIDADE DE POMBAL-PB**

Para que nos situemos na proposição deste capítulo, algumas indagações podem nortear o caminho que queremos percorrer em busca da identidade e memória do quilombo dos Daniel: Quem são essas pessoas? O que narram a família sobre a história do quilombo? Porém, antes de discutirmos sobre as narrativas dos moradores do supracitado quilombo e de alguns sujeitos que nos auxiliaram na investigação de memórias da família Daniel na cidade de Pombal, é importante pontuar que esses sujeitos trouxeram conhecimentos sobre a cultura ancestral negra, que é representada pelo grupo folclórico dos Pontões durante a solenidade religiosa da Festa do Rosário dos Negros, realizada em Pombal-PB. Por isso, é importante, inicialmente, conhecer, valorizar e compreender quem são os sujeitos responsáveis por compartilhar suas memórias neste trabalho.

Através dos relatos que esses sujeitos fizeram de suas memórias, foi possível elaborarmos esse trabalho, caso não existisse essa colaboração dos envolvidos nada disso teria sido possível, uma vez que sua história de vida se encontra guardada na memória individual, que ao estabelecer conexão com a memória coletiva de um grupo, tornam-se um patrimônio da comunidade. Dessa forma, a memória coletiva geralmente está vinculada a um acontecimento preciso que é marcado pela sua relevância. A parte da memória que é considerada importante está predestinada a cair em esquecimento, caso não passe frequentemente por uma atualização.

É nessa perspectiva que os membros do quilombo dos Daniel constroem-se como guardiões da memória.

#### **3.1 OS GUARDIÕES DA MEMÓRIA E A ARTE DE NARRAR HISTÓRIA**

Os fatos considerados importantes são resguardados pelo sujeito no local onde se encontra o subconsciente, chamado de lugar de memória. O conceito de memória coletiva surgiu em meados do século XX, teve à frente o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 13) o autor explica que o lugar de memória pode ser compreendido a partir das características: material que compreende arquivos físicos a exemplo de arquivos, museus, monumentos, jornais, associações etc. Funcional por garantir a evidencia de hipóteses, ou seja, a cristalização das lembranças e sua transmissão que se dá por meio simbólico, um acontecimento que pode ter sido vivido por um grupo de pessoas dentre as quais algumas

podem estar falecidas, assim é possível demonstrar uma representação para um grupo de pessoas que não participaram de um acontecimento.

O passado encontra-se vivo através da memória que pode ser utilizada como estratégia para reviver o passado no momento em que o sujeito permite compartilhar suas experiências de vida, esse exercício contribui para que sua memória fique ativa. Essa memória pode ser entendida como um fenômeno coletivo. Conforme (HALBWACHS, 1990):

Nossas lembranças permanecem coletivas, e nos são lembradas por outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que somente nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: por que temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, p. 26).

Partindo da premissa de que as lembranças são construídas através das experiências vividas individualmente, tais lembranças são configuradas como dispositivos imprescindíveis ao meio social. Tanto que um indivíduo isolado não teria capacidade de adquirir experiências escritas do passado. Nesse sentido, compreendemos que a memória individual e coletiva são indissociáveis, ou seja, interligadas, uma vez que indivíduo e sociedade se constroem concomitantemente, a sequência de lembranças pessoais, continuamente é explicada através das mudanças provocadas pelas nossas relações que são desenvolvidas nos ambientes comunitários.

Apesar de a memória ser coletiva, apenas o indivíduo possui a capacidade de recordar. Halbwachs (1990) complementa que o ato de memória, se configura como sendo uma espécie de “intuição sensível” que possui um significado durante a participação individual para a formação das suas lembranças. Para tanto, o sujeito nada mais é que um instrumento que rememora as lembranças do grupo.

É através do relato que o indivíduo consegue dar voz às suas recordações. Nesse sentido, “aquilo que não era transmitido oralmente estava irremediavelmente perdido” (CANDU, 2005, p.66). Sendo assim, as histórias que foram sendo narradas pelas pessoas idosas complementaram às falas umas das outras, algo que pode ser comparado a uma escrita que se “raspa para escrever novamente” como um palimpsesto de história que vai buscando localizar e dar sentido para os lugares onde a memória resguarda lembranças. Esse fato nos leva a refletir acerca dos compartilhamentos de memórias expostos pelos idosos, suas colocações nos remetem à discussão da presença ou não da “memória coletiva”. Logo, a memória não se constitui exclusivamente na individualidade, mas sofre intervenção dos

contextos sociais, conforme pensamento de alguns teóricos, a exemplo de como Halbwachs (1990). Esse autor enfatiza a contribuição da teoria dos “quadrados de memórias” que são interpretados por grupos sociais onde os indivíduos fazem parte da trajetória de vida individual e comunitária, a exemplo da igreja, família, classe social e língua.

Podemos destacar que Halbwachs (1990) buscou estimular a cognição da memória, para assim compreender a interpretação das lembranças e dos conhecimentos adquiridos através da relação estabelecida entre o sujeito consigo mesmo e também com seu grupo social. Desta feita, o grupo social com o qual determinado indivíduo se relaciona corrobora para formar sentimentos, pensamentos e reflexões. O funcionamento dos quadros sociais estabelece o caminho por onde a memória coletiva possa a reconstituir os acontecimentos do passado, esses acordos são estabelecidos pelos valores atribuídos pela sociedade contemporânea.

As sociedades são consideradas plurais, nessa perspectiva, os quadros sociais estão presentes nos objetos, podendo servir como transmissores de significados, ativando a memória dos sujeitos, a exemplo do lugar onde foram estabelecidas as primeiras casas de taipa do quilombo dos Daniel, tomando como referência as narrativas das histórias de vida, quando os parentes remetem-se ao antigo cruzeiro para referenciar a localização das suas residências e dão destaque à Festa do Rosário e ao vínculo que alguns indivíduos possuem com a Irmandade do Rosário, além da participação de alguns membros da família Daniel nos grupos folclóricos, assunto que iremos abordar aqui, que trata das narrativas das pessoas da comunidade. As testemunhas em suas narrativas nos colocaram em contato com diversos quadros sociais de memória, como a localização, a religiosidade e a parte profana da festa do Rosário.

Ao ouvir as histórias de vida, buscamos fazer com que os idosos rememorassem partes importantes que marcaram sua história de vida, esse recurso socio transmissor tem o intuito de evocar as memórias dos narradores. Desta maneira, as histórias foram fluindo e se revelando semelhante a uma teia de significados. Conforme Ferreira (2008) afirma “[...] são, portanto, as narrativas pessoais que dão aos objetos dilacerados pelo tempo” (FERREIRA 2008, p. 37). a exemplo do fole de oito baixos. Desta feita os objetos que utilizamos no dia a dia vão se tornando com o passar do tempo fontes históricas obsoletas. Os objetos do cotidiano vão sendo modificados e transformados em bens culturais, colaborando para ativar os neurotransmissores, quando evocados a recordar o período vivido (CANDAU, 2011). Através da pesquisa foi possível perceber que alguns objetos serviram para rememorar lugares utilizados socialmente para identificar o território.



Os humanos são dotados de neurotransmissores, partindo dessa concepção, Candau (2005) utiliza a analogia para denominar os socio transmissores, constituindo uma rede social que possibilita transmitir a memória dos lugares e objetos. Essa conexão pode envolver memórias individuais que estão envolvidas com a de outras pessoas ativando os socio transmissores, despertando um sentimento de “memória comum a todos”, colaborando assim para uma identidade coletiva. Diante do exposto, podemos afirmar que a construção da memória possui uma relação direta com a identidade, sendo fundamental reconhecer e resguardar essas infor- mações que ficaram no passado da memória individual e coletiva.

Para Le Goff (1997 apud PELEGRINI, 2006, p. 177), a “identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva”, cabendo à sociedade preservar e valorizar a nossa cultura. A necessidade de assegurar a comunicação linguística entre as gerações seguintes acaba por transmitir aos jovens o saber dos velhos, isto é, todo um conjunto cultural e de sua cidadania (PELEGRINI, 2006: p. 116-117). Assim, Pelegrini (2006, p. 3), continua afirmando “que o patrimônio é historicamente construído conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos”, nesse sentido, o senti- mento ajuda garantir a identidade cultural.

As narrativas das Histórias de vida ganham destaque pela existência anterior à nossa ação, e nos auxilia na construção de mapeamento dos patrimônios por meio da escuta, ou seja, ouvir o que os indivíduos narradores relatam a respeito da sua comunidade. São verdadeiros contos, histórias e músicas que nos auxiliam a entender a identidade do quilombo. Esses idosos, através de sua memória, sistematizam a organização das suas memórias nos relatando histórias e indicando os lugares que são parte de um coletivo comum entre a comunidade.

De acordo com Izquierdo (2002, p.9), “O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos, o tesouro que nos permite traçar linhas e, a partir dele, atravessando o efêmero presente em que vivemos, rumo ao futuro”. Desta maneira, é possível identificar a identidade individual e coletiva se nos apropriarmos do passado. Para tanto, conhecer os patrimônios afetivos se faz necessário para entendermos a visão das pessoas idosas relacionada à cidade, uma vez que eles viveram o passado e estão vivendo o presente, este tempo vivido possibilita compreender quem somos e a qual lugar pertencemos. Compreendemos então que as narrativas ganham sentido e significado afetivo, assim, não irá cair no esquecimento, podendo ser transmitido para a nossa geração e para outras futuras gerações, dessa maneira a identida- de das cidades se tornam mais viva.

Durante a terceira idade, com o despertar do corpo para o envelhecimento, independentemente da situação em que o idoso se encontre socialmente e culturalmente

podem surgir preconceitos estigmatizados de desvalorização entre os seus familiares ou grupo social com o qual ele possui ligação. A exclusão do idoso de um grupo após seu período produtivo pode levá-lo a enfrentar problemas de cunho social, psíquico e físico.

“A velhice silenciada e sem visibilidade social tem sido contestada de forma incisiva e insistente pelos discursos da Gerontologia, da Medicina Social e da Psicologia” (SILVA, 2008, p. 57). A autora Keila Queiroz e Silva em sua obra “Famílias avoternais e outras faces do envelhecer” trata das histórias de vida dos corpos enrugados que moram em comunidades populares urbanas paraibanas, indo de encontro à invisibilidade e ao silenciamento dos idosos cuidadores e provedores de netos. O encontro com os antigos moradores de bairros populares demonstrou que as pessoas mais velhas, não só, devem ser valorizadas como cidadãos, mas também como um patrimônio vivo que investe na preservação da memória e da história local dessas comunidades.

De acordo com Tedesco (2004, p.21), estudar memórias de pessoas idosas possibilita “torná-los agentes e sujeitos do vivido, permitindo que pudessem se presentificar pelo passado por intenções transtemporais”. Ao analisarmos o tratamento proferido da sociedade em geral para com os idosos, constata-se que a maioria são abandonados e em algumas circunstâncias esquecidos pelo fato de ficarem buscando, em todo momento, repetir recordações do passado. Os contadores de história, os chamados griôs nas comunidades tradicionais são os tecelões do tempo pretérito no presente, impedindo que a sociedade presentista e apologética à juventude e ao novo, afunde no abismo do esquecimento, do desenraizamento e do desper-tencimento.

A arte de contar histórias é uma propensão natural do indivíduo, muito embora tenha se perdido ao longo do tempo. Os povos primitivos já se preocupavam em registrar a história dos seus hábitos e costumes, podemos acrescentar que é o conhecimento formulado para compreender as diferentes épocas. Nesse sentido, os pesquisadores tiveram que recorrer à história relatada por pessoas idosas justificando que elas se nutrem do passado e através da memória, recordam épocas, ativam suas lembranças, propagam seus valores e crenças do tempo vivido. Bosi (1994) questiona e responde:

Por que decaiu a arte de contar histórias? Talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências. A experiência que passa de boca em boca e que o mundo da Técnica desorienta. A guerra, a Burocracia, as tecnologias desmentem cada dia o bom senso do cidadão; ele se espanta [...] mas cala-se porque lhe é difícil explicar um todo irracional (BENJAMIN, *apud* BOSI, 1994, p. 84).

Recorrendo ao texto magistral de Walter Benjamin sobre a morte do narrador, a autora

dá ênfase às recordações que são ricas em informações, tornando-as uma das funções sociais que podem ser desenvolvidas pelas pessoas idosas, possibilitando assim a reconstrução do passado tendo o olhar no presente, essa ação se configura em recordar a própria vida, e se auto-reconhecer. De acordo com Bosi (1994, p. 82), “Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos”. Através desta pesquisa cogitamos escutar os cidadãos mais velhos, reconhecendo e honrando a notoriedade desse mundo social.

É Bosi (1994, p. 53) quem afirma que “a lembrança é a reedificação do passado”. Passado esse que é protegido “no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagem lembrança”. As lembranças adormecidas vão sendo despertadas através de estímulos proporcionados pelo diálogo proferido que se configura através das lembranças, uma verdadeira cartografia que nos leva a reviver os sabores, odores e paisagens.

É por meio da memória que identificamos sensações já vivenciadas, são experiências do passado resgatadas para o presente, cheia de prazeres e também de desprazeres que são capazes de levar o sujeito a se emocionar, entretanto essas lembranças são passíveis de modificações. Bosi (1994, p. 55), refletindo acerca do pensamento de Halbwachs, considera que, na maioria dos casos, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado [...] a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição”.

As memórias da comunidade quilombola dos Daniel estão interligando suas vidas ao espaço da cidade muito embora sua descendência tenha origem na zona rural, seguindo o mesmo percurso que o Brasil passou até a metade do século XX. Entretanto essas memórias se complementam e contribuem para o processo de escrita da história do município de Pombal-PB. Sendo assim, as memórias auxiliam a cidade a ganhar vida, sem a presença delas teríamos uma cidade vazia, desprovida de espíritos.

Com base nas afirmações até aqui expostas, recuperamos as indagações que fizemos na abertura deste capítulo: Quem são essas pessoas? O que narram a família sobre a história do quilombo? Conhecer quem são essas pessoas é mais que conhecer nomes bem populares no Brasil: Francisco, Maria, Sebastião. São eles e outros os guardiões da memória, que compartilharam suas histórias de vida, contribuindo para a execução da nossa pesquisa.

### **3.1.1 FACE A FACE COM OS MORADORES VELHOS DO QUILOMBO DOS DANIEL**

Francisco Daniel Ribeiro tem 80 anos. É o membro mais velho do quilombo dos Daniel, nascido no Sítio Santo Antônio zona rural do município de Pombal-PB, devoto de Nossa Senhora do Rosário afirma que sempre prestigiou a Festa do Rosário tanto a parte profana quanto religiosa. “Seu Chaguinha” como gosta de ser chamado. Oficialmente teve dois casamentos: o primeiro com a Sr<sup>a</sup>. Maria Monte Ribeiro (*in memoriam*) com quem teve 12 filhos. No segundo casamento, com Maria Ana Ribeiro teve mais 13 filhos, entretanto “Seu Chaguinha” ainda se relacionou com mais sete mulheres que tiveram mais 21 filhos, ao todo foram 46 filhos. Atualmente “Seu Chaguinha” atualmente é viúvo e vive em sua casa, rodeado de parentes e amigos.



**Figura 15:** *Francisco Daniel Ribeiro*  
**Fonte:** Autoria própria

Maria do Socorro Monte Ribeiro, 60 anos, tem uma história de superação. Desde criança, ajudou sua mãe nos trabalhos da roça e em casa, entretanto buscou mudar sua realidade através dos estudos até se formar em Pedagogia e conseguir emprego público como professora do estado da Paraíba, suas lembranças se remetem à infância simples e feliz na zona rural até vir residir na zona urbana, onde ela recorda objetos antigos e sua vida de lavadeira. Atualmente, devido à pandemia do COVID 19, rememora com saudade a Festa do Rosário, momentos de confraternizações vividos com os parentes que costumam vir da zona rural e cidades circunvizinhas para prestigiar esse momento junto aos seus. É casada com o Sr. Francisco Ribeiro Neto com quem tem 4 filhos.



**Figura 16:** *Maria do Socorro Monte Ribeiro*  
**Fonte:** Autoria própria

Sebastião da Silva Ribeiro, 60 anos filho do Sr. Elias Francisco Ribeiro patriarca do quilombo dos Daniel, é tocador de triângulo da banda Cabaçal dos pontões, atuando durante as apresentações culturais do grupo. É devoto de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e acompanha todos anos a tradição do Rosário. É casado com a Sr<sup>a</sup> Raimunda Rosa Ribeiro, com quem tem 4 filhos, dois homens e duas mulheres.



**Figura 17:** *Sebastião da Silva Ribeiro*  
**Fonte:** Autoria própria

Francisco Ribeiro Neto, 73 anos, nasceu no sítio Mundo Novo, zona rural do município de Pombal. Trabalhou na agricultura e depois que mudou para a cidade, trabalhou durante muito tempo como guarda do então Colégio Josué Bezerra, uma tradicional escola da cidade, que formou muitos professores com o curso Pedagógico. Em sua trajetória de vida aprendeu a tocar fole de oito baixos com o Sr. Elias Francisco Ribeiro (in memoria), atualmente o Senhor Chico é tocador de fole de oito baixos dando continuidade ao grupo musical dos pontões que é composta em sua maioria pela família dos Daniel.



**Figura 18:** *Francisco Ribeiro Neto*

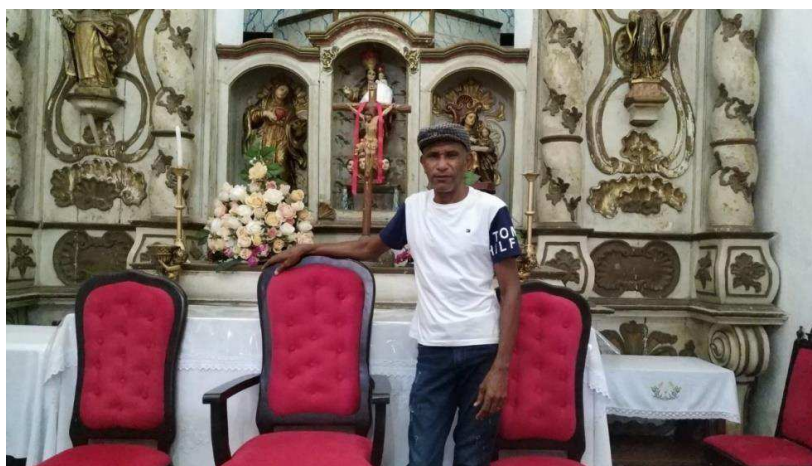
**Fonte:** <https://www.liberdadepb.com.br/solenidade-de-abertura-das-portas-da-igreja-e-feita-pelo-grupo-folclorico-pontoes-e-irmandade-do-rosario/>

Maria de Fátima Daniel (61 anos) é uma das sócias fundadoras da Associação Comunidade Negra dos Daniel e ajudou a fundar o Movimento negro em Pombal-PB. É casada com Sr. Raimundo da Costa Santos, com quem tem quatro filhos. Trabalhou na roça ajudando seus pais e depois que mudou para a cidade passou a prestar serviço doméstico em casa de famílias no centro da cidade.



**Figura 19:** *Maria de Fátima Daniel*  
Fonte: Autoria Própria

Edmilson Evaristo Neri, 59 anos, é vigilante aposentado, poeta, escritor, cantor, radialista, produtor cultural, animador de quadrilha junina. É um exímio conhecedor e defensor da cultura popular pombalense, devoto fervoroso de Nossa Senhora do Rosário e sempre participa da organização dos festejos e nas tomadas de decisões junto à irmandade do Rosário. É casado com a Sr<sup>a</sup> Severina Alves de Queiroz com quem teve 3 filhos. O Sr. Edmilson como ele mesmo afirma em sua fala, que veremos mais adiante, não faz parte do quilombo. Todavia tem uma relação muito forte com as experiências culturais da cidade de Pombal, sobretudo quando se trata da festa do Rosário. Nesse contexto, tem relação direta com a comunidade dos Daniel, visto que muitos membros dessa comunidade são atores de grupos folclóricos da cidade.



**Figura 20:** *Edmilson Evaristo Neri*  
Fonte: Autoria própria

José Ribeiro da Silva tem 45 anos, é graduado em Serviço Social e atua na área. Sendo defensor dos direitos humanos do povo negro e menos favorecidos socialmente, ajudou no processo de formação do Movimento Negro de Pombal. Durante sua trajetória de vida acompanhou de perto o trabalho da professora Margarida e atualmente é diretor do Centro de Educação Margarida Pereira da Silva. É casado com a Sr<sup>a</sup> Sandra Maria Formiga de Sousa Ribeiro, com quem tem uma filha. Embora não more no quilombo dos Daniel, José Ribeiro da Silva é um militante de peso em todas as causas que envolvem o povo negro. Sua participação no reconhecimento do quilombo e em todo o percurso atinente à valorização, e autoafirmação da identidade do quilombo dos Daniel são ações que reverberam seu trabalho e seu destaque nesta pesquisa. Nessa perspectiva, sua presença como guardião da memória se justifica.



**Figura 21:** José Ribeiro da Silva  
**Fonte:** Arquivo pessoal de José Ribeiro

A origem da comunidade dos Daniel remete à imagem de um ancestral comum: Francisco Daniel Ribeiro. Foi o primeiro a chegar ao território da cidade de Pombal-PB para trabalhar nas lavouras de algodão e auxiliar na criação de gado e assim constituir família. Com o tempo, seus filhos deram origem a outras famílias constituindo assim a família Daniel. Na atualidade, parte da família Daniel vive na comunidade, são os descendentes do Senhor Francisco Daniel até a quinta geração.

Nossas narrativas têm início com o depoimento do membro mais antigo da família dos Daniel, o senhor Francisco Daniel Ribeiro. Durante a realização da pesquisa, o senhor consta



com a idade de 81 anos, atualmente o mesmo está residindo no bairro dos Pereiros no município de Pombal suas lembranças remetem a fundação do quilombo dos Daniel<sup>28</sup>. De acordo com o Sr. Francisco Daniel Ribeiro<sup>29</sup>:

Meu pai falava Francisco Daniel, meu pai, falava que a descendência da gente, vieram é Pernambuco? Ou onde é? onde se fazia ou faz a cachaça? Na época Pernambuco. Papai fala que a descendência dele partiu de lá, pois é, vieram aqui pra Pombal e moramos nesses sítios Santo Antônio.

Apesar de as primeiras estadias terem origem no campo, o quilombo se constitui atualmente como urbano. Um dos fatores que contribuiu para essa transição, conforme afirmou o Senhor Francisco em conversa com este pesquisador, foi a falta de trabalho no campo e as difíceis condições de sobrevivência, ocasionada pela seca que castiga o sertão há séculos.

A família migrou para residir em uma localidade próxima à cidade, onde vive atualmente, devido ao processo de crescimento e expansão dos seus entornos, o lugar mencionado constitui-se como zona urbana. Outra depoente, a senhora Maria do Socorro Monte Ribeiro<sup>30</sup> relatou também em sua história de vida a origem de descendência dos Daniel. Maria do Socorro Monte Ribeiro corrobora o que disse Francisco Daniel Ribeiro a respeito das origens pernambucanas:

Nossa família é descendente de africanos né, assim, meu avô paterno ele veio pra aqui pra Pombal, ele do Pernambuco ele disse que vinham de cavalos e de lá prá cá de jumento com comboios fazia feira em Campina Grande eles vinham com cana de açúcar, também com farinha era na casa de farinha que eles trabalhavam, veio prá cá. Agora minha vó na minha vó, não tenho lembrança da minha vó, eu sei que a família da minha vó, por parte da mãe de pai, eu sei que minha tataravó era caboca braba foi pega na mata, mas vi- nham, vieram em comboio não tinha carro, não tinha nada ou a pé ou a cavalos desse mundo trabalhava no canavial ou na casa de farinha (RIBEIRO: 2020).

As narrativas nos ajudam a revelar o lugar comum de referência onde a família residiu quando chegaram ao Brasil, o vizinho Estado do Pernambuco, que durante o período de colonização o porto serviu como ponto de desembarque para os escravos recém-chegados da África ao Brasil para serem comercializados. No trecho de fala da Senhora Socorro Monte

<sup>28</sup> Com a devida autorização dos depoentes, optamos por usar nomes e fotos dos entrevistados como forma de dar representatividade vez e voz àqueles que durante muito tempo estiveram silenciados.

<sup>29</sup> Entrevista concedida ao autor por Francisco Daniel Ribeiro no dia 13 de março de 2020.

<sup>30</sup> Entrevista concedida ao autor por Maria do Socorro Monte Ribeiro em 15 de março de 2020.

Ribeiro, constata-se que a depoente diz que sua avó era *caboca braba*, ao que se deduz que, provavelmente, fora uma nativa indígena da região do Sertão. A ideia que o termo *caboca braba* encerra também nos leva a inferir que o processo de colonização foi marcado pelo genocídio de muitos nativos durante a conquista do território.

A atividade de comercialização de escravos já era uma prática antiga adotada desde o período colonial, conforme Almeida, 2018.

A praça comercial da capitania de Pernambuco já era traquejada no comércio de escravos, pois desde 1549 o primeiro donatário instou à Coroa que fossem trazidos a Pernambuco as primeiras peças. No entanto, embora seja longeva a experiência de mercancia na costa da África, pouco se sabe sobre suas conexões com Pernambuco (ALMEIDA, 2018, p. 4)

Os escravos foram trazidos da África para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar da zona da mata pernambucana favorecendo a expansão da cultura dos engenhos à medida que a plantação de canaviais se expandia tanto ao norte quanto ao sul da província favorecendo o desenvolvimento de outras províncias a exemplo da Paraíba. Conforme já mencionamos no primeiro capítulo, o crescimento e a expansão do território rumo à região mais continental, denominada de Sertão, local escolhido estrategicamente para criação do gado.

A chegada dos europeus ao território brasileiro deu início à mistura de etnias, contribuindo para a composição da base da formação populacional brasileira, que é composta por brancos europeus colonizadores, o índio nativo do nosso território e os escravos africanos trazidos para trabalhar nas plantações de cana de açúcar, em princípio.

Todo esse processo só foi possível graças às bandeiras<sup>31</sup>, que foram responsáveis pela formação das primeiras fazendas, tempos depois cedeu espaço para os pequenos núcleos denominados de vilas que ajudaram a assegurar a expansão das províncias principalmente nas regiões onde existiam cursos d'água e eram utilizados como rota para que os desbravadores pudessem adentrar em terras até então desconhecidas e assim, posteriormente formar núcleos habitacionais denominados cidades.

Neste sentido, o sertão foi estrategicamente pensado como núcleo para a criação de gado onde foram sendo constituídas as fazendas para que as famílias tradicionais ligadas à corte pudessem administrar esses espaços até então pouco povoados. Com a chegada dessas famílias, vieram os escravos para trabalhar nas fazendas que possuíam grandes lavouras de algodão e criação do gado.

---

<sup>31</sup> As Bandeiras ou entradas foram expedições organizadas pelos colonizadores portugueses com o intuito de capturar os índios e escraviza-los, além de explorar riquezas no interior do continente e assegurar a posse de terra até então pouco conhecida.

Mesmo enfrentando muitas dificuldades durante o período da escravidão quanto após a escravidão, muitos escravos permaneceram nas fazendas por não terem outra alternativa para sobreviver, essa realidade em algumas fazendas se confirma até os dias atuais quando famílias quilombolas lutam pela posse de terra.

Até meados da década de 1960, a população brasileira era predominantemente rural, entretanto após a implementação de maquinários no campo e com a forte escassez de água provocada pelas secas, teve início o processo de migração do homem, do campo para cidade. Insere-se nesse contexto a família dos Daniel. Segundo o depoimento do Sr. Francisco das Chagas o seu falecido pai Francisco Daniel migrou para uma propriedade arrendada próxima à zona urbana da cidade de Pombal.

Na época de 60 foi que nois viemos pra rua foi quando papai levantou uma casa de taipa lá no cruzeiro, entendeu? No alto vizinho a Cagepa, que tem um cruzeiro lá que deram o nome de cruzeiro, aí daquele cruzeiro pra trás um pouquinho umas vinte braças, vamos dizer assim, aí papai afurou um pedaço de chão lá aí agente cortou a madeira lá no Santo Antônio mesmo e vi-nhemos trazendo como é em animal e coisa até que levantemos uma casa de taipa e nem foi nem uma como foi duas uma de papai e uma pra minhas tias aí tudo pertim (sic) (CHAGAS:2020).

Devido à falta de trabalho no campo, boa parte da população rural migrou para à zona urbana em busca de emprego na cidade, esse período foi marcado pela modernização do campo que passou a substituir a mão de obra pelas máquinas (tratores). Esses relatos retratam a simplicidade e as condições precárias sob as quais viviam as pessoas negras da época, a exemplo da construção das casas de taipa construídas em terras arrendadas. Em relação ao antigo cruzeiro citado no depoimento, nos remete à tradição religiosa católica trazida pelos colonizadores portugueses para catequizar os índios e os negros. Abaixo, podemos observar uma foto de (2009) do supracitado cruzeiro:



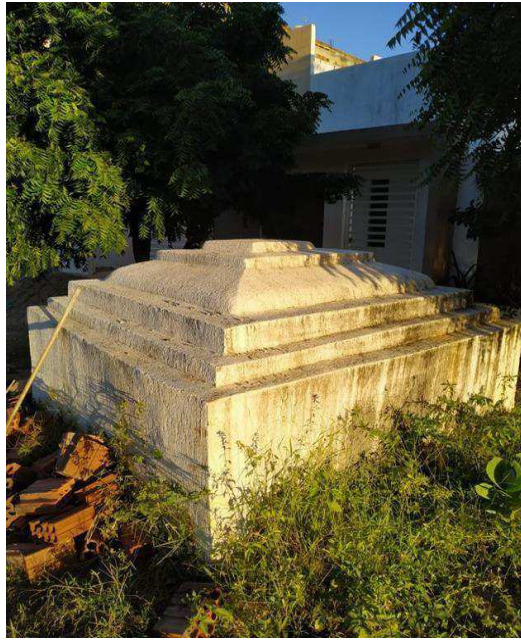
**Figura 22:** *O antigo cruzeiro*

**Fonte:** Arquivo pessoal do Sr. Junior Telmo

A imagem apresentada acima foi registrada em 2009, devido à ação do tempo e às exposições das intempéries do sol, chuva e o vento, o cruzeiro entrou em estado de decomposição chegando a se desintegrar. É pertinente ressaltar que a tradição de construir cruzeiros na cidade de Pombal é antiga. Segundo Seixas (1962, p. 68), “Cruzeiro em frente da igreja de N. Senhora do Rosário, construído em base de cantaria, o qual nos faz lembrar o alvorecer dos séculos XVIII e XIX. Existe também ao nascente da cidade no serrote capim verde, outro cruzeiro, simbolizando a passagem do século XX”.

Os cruzeiros são registros que marcam as passagens dos séculos na cidade de Pombal-PB. O mais antigo dos cruzeiros está localizado em frente à igreja de Nossa Senhora do Rosário. Sua edificação ocorreu após a construção da igreja, esse marco simboliza a passagem do século XVIII para o século XIX e esse da imagem do cruzeiro acima remete à passagem do século XIX para o século XX.

Quanto ao antigo cruzeiro, marco da comunidade dos Daniel, encontramos apenas a base que foi edificada em alvenaria, conforme a imagem abaixo, em que podemos ver as marcas do esquecimento, com matos ao seu entorno e restos de construções.



**Figura 23:** atual base do cruzeiro

**Fonte:** Autoria própria

Durante a pesquisa, entrei em contato com dirigentes da prefeitura especificamente do setor de cultura e também da irmandade do Rosário para a reposição de um cruzeiro semelhante, tendo em vista o valor de memória que ela representa para a comunidade quilombola dos Daniel, mas até o presente momento não obtive resposta da solicitação tanto por parte da Secretaria de Cultura quanto da irmandade do Rosário.

Retomando à fala da senhora Socorro Montinha, como assim gosta de ser chamada, ressaltamos que ela também apontou o cruzeiro como ponto de referência onde foram construídas as duas casas de taipas que abrigou a família Daniel, quando chegou para residir próximo à zona urbana de Pombal na época, hoje zona urbana distante apenas duas quadras do quilom- bo urbano dos Daniel. “Morei em casas de taipa muito boa quando residi na rua do Cruzeiro que hoje não é mais cruzeiro é bairro Petrópole na casa do meu avô e das minhas tias”. Como constatamos a referência ao cruzeiro por muito tempo foi algo que marcou a comunidade e está inscrita nas suas histórias de vida. Por isso consideramos de suma importância a revitalização desse marco.

É importante frisar que um país que não preserva seu patrimônio está fadado ao descaso da memória coletiva e perda da sua identidade. A sociedade organizada ciente do valor patrimonial deve “preservar e divulgar seus bens culturais” dispendo-se a colaborar com a “construção do ethos cultural e de sua cidadania” (PELEGRINI, 2006, p. 116-117). Nesse sentido afirmamos que o cruzeiro é um símbolo material da comunidade quilombola dos Da-

niel que precisa ser restaurado e cuidado tendo em vista seu valor histórico e cultural.

A arquitetura do espaço das cidades mudou muito com tempo assim como as residências, as ruas. Um exemplo foi a mudança do nome da rua que dona Socorro mencionou como sendo Rua do cruzeiro. Constatamos no documento de casamento do Sr. Geraldo Daniel Ribeiro (in memoria) que o mesmo chegou a residir na Rua do Cruzeiro durante o ano 1973, na atualidade a rua é registrada como Coronel José Avelino, bairro Petrópolis, constam atualmente existem residências planejadas e de grande porte.

Em relação às casas de taipas, mencionadas nos depoimentos, é importante mencionar que antigamente era costume construir casas de taipa principalmente na região Nordeste, residências simples em que se utilizava materiais encontrados na natureza, não dependendo de grandes custos, como podemos ver no excerto abaixo:

Os negros trazidos ao Brasil também conheciam processos construtivos que utilizavam a terra, algumas tribos também empregavam estruturas preenchidas com barro que apresentavam similaridades com técnicas de algumas tribos brasileiras (PISANI, 2004, p. 9).

As técnicas de construções de casas denominadas “taipas”<sup>32</sup> eram muito comuns no Brasil, a região Nordeste adotou esse modelo de construção tomando por base os baixos custos e os materiais disponíveis que se encontram à disposição na natureza, entretanto é perceptível a habilidade que os descendentes africanos possuíam para construir suas residências utilizando a matéria-prima barro cru que era sobrepostas em camadas, sustentadas por pedaços de galhos de árvores entrelaçados.

Atualmente não encontramos mais esse tipo de construção na cidade de Pombal, tendo em vista que essas construções contribuíam para proliferação de insetos que provocam doenças a exemplo do barbeiro que provoca a doença de Chagas. Conforme já apresentamos a caracterização no capítulo II, as casas do quilombo atualmente apesar de pequenas são edificadas com tijolos e telhas e se situam próximo a um bairro nobre bem próximo ao centro.

A história da cidade de Pombal é perpassada pela sua tradição cultural. Nesse sentido, a família dos Daniel faz parte desse enredo histórico, antes mesmo de serem escravos livres, prova disso são os laços identitários culturais que são difundidos por meio das manifestações culturais religiosas, que foram repassadas por seus ancestrais e permanecem vivas até os dias atuais, através da irmandade do Rosário e seus grupos folclóricos que possuem matriz

---

<sup>32</sup> Segundo Pisani, 2004, p. 9 “O termo taipa, genericamente empregado, significa a utilização de solo, argila ou terra como matéria-prima básica de construção. A origem, provavelmente árabe do vocábulo, entrou para a língua portuguesa por influência mourisca”.

africana: Pontões, Congos e Reisado. Pinsky (2005) define cultura como sendo “o patrimônio que a humanidade acumula a cada geração”<sup>33</sup>.

Nessa percepção, afirmamos que a relação da família Daniel com os grupos folclóricos se revela principalmente com a participação dos integrantes no grupo dos Pontões, apesar de existir relações de consanguinidade com os demais grupos: congos e reisado que juntos constituem uma tradição cultural centenária na cidade de Pombal.

Dentre os depoentes que contribuíram para esta pesquisa, destacamos a fala do Sr. Sebastião da Silva Ribeiro<sup>34</sup> que compartilhou um pouco de sua história de vida. O mesmo se assume quilombola e participa da Associação Negro dos Pontões Daniel. Ressaltamos sua disposição para relatar suas lembranças, através de uma memória ativa. Durante sua apresentação declarou:

Sou filho do senhor já falecido Elias Francisco Ribeiro, que por mais de cinquenta anos foi tocador dos Pontões do fole de oito baixo um homem que tem uma trajetória muito grande nesse, nessa cultura, que já dizia ele que o pai dele também tinha sido tocador dos Pontões e tocador e dançador, isso, depois dos, de, 1977 ele mim convida a fazer parte dos Pontões e eu fui e até hoje faço parte desse grupo folclore chamado Pontões.

Através das palavras de Sebastião F. Ribeiro percebemos que a cultura é um conhecimento passado de pai para filho, tanto na devoção religiosa quanto na perspectiva cultural na participação do grupo folclórico dos Pontões. Apesar de o Sr. Sebastião não tocar fole de oito baixos, o mesmo integra a banda Cabaçal<sup>35</sup> tocando um instrumento musical conhecido como triângulo. Em seu depoimento, mencionou que seu pai além de tocador também chegou a ser dançador do grupo folclórico dos pontões. Com base nesta tradição fomos buscar respostas na Antropologia, onde os estudos culturais mantêm assento. De acordo com Fanco (2006 p. 16 apud TAYLOR, 1871) “cultura é um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, legislação, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Assim, podemos dizer que as histórias aqui narradas estão ins- critas no arcabouço cultural da comunidade dos Daniel.

No ano de 2011, o presidente da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes (AACADE) esteve presente no quilombo dos Daniel. Na

<sup>33</sup> In “Cultura um direito de todos, folha de São Paulo, 8 de nov. 2005.

<sup>34</sup> Entrevista concedida ao autor por Sebastião da Silva Ribeiro em 13 de outubro de 2020.

<sup>35</sup> A banda cabaçal, também conhecida por zabumba ou banda de pífanos, é um conjunto musical composto por sopro e percussão. Apesar de cada grupo apresentar certas idiossincrasias, a formação mínima é composta por um par de pífanos, uma zabumba e uma caixa e estão presentes nas manifestações populares e eventos sociais de todo o Nordeste brasileiro e em parte dos estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. (JUNIOR 2015, p. 46)

solenidade, foi feita a entrega do termo de reconhecimento da comunidade quilombola, termo concedido pela Fundação Cultural Palmares. Esse dia ocorreu uma breve assembleia e logo em seguida um momento festivo, celebrado pelos membros do quilombo e seus visitantes. Na ocasião, o grupo folclórico Negros dos Pontões se apresentou para toda a comunidade. O senhor Elias Daniel (*in memoriam*) chegou a recepcionar a equipe da AACADE e dialogou com ela. De acordo com (AACADE, 2013).

No dia seguinte, bem cedinho conseguimos encontrar e falar com seu Daniel, o patriarca da família dos Daniel. A memória e a lucidez o tempo castigou um pouco, mas a intensidade do olhar e uma dose de ironia falam o suficiente sobre um passado de sofrimentos e lutas pela sobrevivência. (AACADE, CECNEQ, 2013).<sup>36</sup>

Embora expressasse aspectos de sofrimento ocasionados pelas dificuldades enfrentadas ao longo da sua trajetória de vida, mesmo assim o mesmo se fez presente ao evento demonstrando resistência em prol da cultura negra que se reverbera na preservação dos costumes, ritos religiosos e folclóricos a exemplo dos Pontões.

Para compreendermos como se deu esse processo de sofrimento temos que ter ciência de que desde a chegada do povo negro no território brasileiro, sua trajetória foi marcada pelo trabalho e pela discriminação. Entretanto é pertinente destacar que esses trabalhadores escravos trouxeram consigo elementos culturais simbólicos riquíssimos, fruto da experiência adquirida pelos seus antepassados que foram sendo adquirida ao longo da vida. Nesse sentido, é importante enfatizar que as pessoas idosas (especialmente dos quilombos) têm muito a contribuir para a construção da visibilidade histórica do povo negro. Isso foi perceptível nesta pesquisa, na qual tivemos expressivo acolhimento e disposição para oferecer informações. A partilha dessas informações nos permitiu contar parte da história dos Daniel e de seus ancestrais para tanto foi necessário mergulhar na pedagogia do Griô conforme (PACHECO, 2006).

É importante entender que diversos assuntos contidos no universo da tradição oral, assim como no universo da tradição escrita, estão repletos de valores contra a diversidade da vida e dos povos, mas o foco dialógico da Pedagogia Griô não é simplesmente para assuntos. As perguntas e respostas giram em torno de saberes, processos e linguagens de elaboração do conhecimento da tradição oral, no diálogo com a tradição escrita, tendo como inter subjetividade do diálogo a cultura a favor da diversidade da vida e dos povos (PACHECO, 2006. p. 44).

<sup>36</sup> Os negros dos Pontões. Quilombos da Paraíba, Pombal 19 de junho de 2013. Disponível em: <http://quilombosdapaiba.blogspot.com/2013/06/os-negros-dos-pontoes.html> Data de Acesso: 26 de maio de 2021.



A palavra Griô é de origem africana sendo utilizada como principal meio comunicação entre os mestres (detentores do conhecimento) os mesmos repassavam seus saberes e cultura, utilizando a história oral como metodologia, durante a minha pesquisa fiz uso da pedagogia do Griô quando utilizei a história oral como método para compreender o passado das pessoas mais velhas do quilombo, buscando compreender a suas tradições e a sua cultura. A imagem abaixo demonstra com precisão a descrição das palavras mencionada pela AACADE: o olhar de um homem cansado, abatido pelo tempo, mas que soube representar com maestria a cultura e os costumes da família Daniel.



**Figura 24:** *Elias Francisco Ribeiro (Seu Daniel)*

**Fonte:** <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/aacade.html>

O Sr. Elias Francisco Ribeiro (Seu Daniel) passou a fazer parte do grupo Negros dos Pontões aos 25 anos de idade por influência do seu pai Francisco Daniel Ribeiro que também era tocador de fole de oito baixos e também dançador, conforme já mencionamos anteriormente. Tocar e dançar são tradições que a família costuma preservar.

De posse destas informações buscamos levantar dados do atual tocador de fole de oito baixos, Sr. Francisco Ribeiro Neto<sup>37</sup>, conhecido por seu Chico, que é sobrinho do Sr. Elias Daniel (*in memorian*). Um pouco tímido, porém muito prestativo, fez uma fala profundamente significativa. Antes do relato de vida, buscamos levantar algumas informações através de um diálogo informal. O depoente iniciou sua fala se apresentando:

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao autor por Francisco Ribeiro Neto em 17 de junho de 2020.

Meu nome é Francisco Ribeiro Neto, conhecido como seu Chico aí então quando eu comecei a ajudar a tio Elias nos anos de 90 mais ou menos, então quando foi em 2011 quando ele faleceu então eu dei continuidade até hoje estou tocando com a turma, há dois anos que não houve praticamente não houve a festa do Rosário esse ano passado e parece que esse ano não vai haver novamente né? Mas logo que termine esse problema e continue nós tamos lá de novo se Deus quiser, botar a negrada pra pular ai, taí eu tenho 73 anos completo, 73 anos aí o que eu posso informar é isso aí que ajudava a ele e com a morte dele estou dando continuidade. Nasci no sítio mundo novo e me criei aqui na cidade mesmo (RIBEIRO, 2020)

A fala do Senhor Chico revela o compromisso com os saberes da comunidade e a ligação afetiva entre os familiares, presente no enunciado: “eu dei continuidade, até hoje estou tocando com a turma”. Percebe-se que há o sentimento de pertença ao grupo, o que contribui para que conserve os costumes, que por sua vez, são perpetuados porque existe a dimensão da própria identidade. Ele está “tocando com a turma” que é dele, da qual ele faz parte e fortalece a sua existência e de seus pares. Trata-se de uma dimensão do “Eu” para o “Nós”. Vemos que a festa do Rosário se traduz como uma manifestação da identidade e da memória dos Daniel. É o que podemos depreender da fala do Sr. Chico.

Com o intuito de melhor explicar e também revelar aspectos peculiares dos grupos folclóricos de descendência afro-brasileira, apresentamos as características desses grupos. Os pontões são compostos por homens remanescentes de quilombolas, cujas famílias tradicionais possuem laços consanguíneos: os Daniel do quilombo urbano e Rufinos que habitam a zona rural do município de Pombal-PB.

A formação dos grupos folclóricos: Negros dos Pontões, Congos e Reisado tiveram início com a instituição da Irmandade do Rosário, que por sua vez teria que ser submetida à análise das autoridades eclesiais, acontecimento que se caracterizava como um processo complexo. De acordo com Araújo (2014):

A igreja não permitia que os negros cultuassem as suas religiosidades nativas. Quando não era própria o “estado”, era o seu elo de repressão, e, durante os primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, o catolicismo exerceu total e completo poder de coerção sobre qualquer outra prática religiosa ou expressão cultural, não admitindo que negros escravizados viessem a exercer as suas crenças religiosas sem que houvesse a estrita fiscalização da igreja e do Estado (ARAÚJO, 2014, p. 19).

As autoridades católicas constituídas eram conhecedoras da capacidade inteligível que os negros possuíam ao camuflarem suas manifestações religiosas, ocultando crenças africanas durante a realização do culto católico. Com o intuito de controlar essas manifestações secretas

junto à Igreja Católica se fazia necessária uma autorização do clero para a criação da Irmandade do Rosário, que era regida através de um Estatuto que condicionava à administração financeira que ficava sob a supervisão de um homem branco indicado pela Igreja.

Outro depoente que muito contribuiu para esta pesquisa foi o Sr. Edmilson Evaristo Neri<sup>38</sup>. Nos seus relatos de história de vida, podemos compreender um pouco sobre o enredo histórico da Irmandade do Rosário:

Sou filho de agricultor, o nome do meu pai: Luiz Vicente de Oliveira, minha mãe era cozinheira Maria de Lourdes Neri. Meus pais nunca foram integrantes de grupo Quilombola e nunca foram integrantes de nenhum grupo folclórico da cidade de Pombal. Eu desde criança, acompanho o folclore de Pombal, acompanho a Festa do Rosário de Pombal. A minha mãe trazia-me a Festa do Rosário, trouxe-me a Festa do Rosário antes de completar um 1 ano de idade nos braços e a partir de então eu passei a amar a Festa do Rosário da cidade de Pombal e conseqüentemente aproximei-me da Irmandade do Rosário não querendo ser um integrante e sim ter conhecimento da irmandade do rosário e mais ainda dos grupos folclóricos a exemplo do reisado quando este é, realizavam seus ensaio é, lá no bairro Jardim Rogério na, parte anterior ao cacete armado(sic) conforme assim é chamado, e numa escola que hoje essa escola foi demolida, era a escola conhecida por, ginásio diocesano de Pombal, hoje se encontra o, ou a Escola Monsenhor Vicente Freitas, conhecida por Polivalente e observando os trabalhos do Reisado e posteriormente muita gente falando da história de Pombal, e eu querendo saber da história de Pombal passei a buscar resposta no Velho Arraial de Piranhas (NERI: 2020).

Conforme percebemos em seu relato de vida, o Sr. Edmilson Neri desde criança tem relação religiosa com as manifestações culturais atreladas à Festa do Rosário. A tradição foi passada a ele pelos seus familiares, pois o depoente não tem vínculos parentais com as famílias quilombolas. Podemos considerar o Sr. Edmilson Neri é um escritor, leitor curioso da história de Pombal ao consultar biografias que relatam a historiografia da cidade. Por meio dos seus relatos percebemos sua devoção à Virgem do Rosário, nome com que se aclama a co-padroeira de Pombal, Nossa Senhora do Rosário, venerada com a Festa do Rosário, de cuja organização o depoente faz parte.

### **3.2 DO QUILOMBO AO CENTRO DA CIDADE, FESTA DO ROSÁRIO: IRMANDADE, TEMPLO E SINCRETISMO**

Na Festa do Rosário os cultos católicos convivem com manifestações artístico-

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida ao autor por Edmilson Evaristo Neri em 20 de novembro 2020.

culturais do povo negro, que revelam as matrizes de cultos africanos. Todavia, não foi sempre assim. De acordo com Araújo (2014):

A igreja não permitia que os negros cultuassem as suas religiosidades nativas. Quando não era própria o “estado”, era o seu elo de repressão, e, durante os primeiros séculos de formação da sociedade brasileira, o catolicismo exerceu total e completo poder de coerção sobre qualquer outra prática religiosa ou expressão cultural, não admitindo que negros escravizados viessem a exercer as suas crenças religiosas sem que houvesse a estrita fiscalização da igreja e do Estado (ARAÚJO, 2014, p. 19).

As autoridades católicas constituídas eram conhecedoras da capacidade inteligível que os negros tinham ao camuflarem suas manifestações religiosas, ocultando crenças africanas durante a realização do culto católico. Com intuito de controlar essas manifestações secretas junto à igreja católica se fazia necessária uma autorização do clero para a criação da Irmandade do Rosário que era regida através de um Estatuto que condicionava a administração financeira que ficava sob a supervisão de um homem branco indicado pela Igreja.

O relato abaixo, feito pelo Sr. Edmilson, traz informações sobre o processo de formação da Irmandade do Rosário que foi instituída com autorização da igreja católica com o intuito de fazer com que os descendentes de escravos deixassem de realizar seus cultos africanos e passassem a cultuar o catolicismo que foi trazido pelos colonizadores portugueses.

a Irmandade tava inserida, a, a autorizada a inserir os seus trabalhos na Igreja Matriz, hoje Igreja do Rosário, até sobre o auspício da mesma, ela construiu-se uma nova igreja, quando a sociedade pombalense se reuniu e construiu a Igreja nova, então isso aconteceu que a Igreja Católica nos acolheu através do bispo de Olinda Dom é, é, Dom João Esberard no dia 18 de julho de 1895 e logo nos entregou um compromisso, o ESTATUTO, o ESTATUTO este que foi discutido mais tarde com algumas discordância, porém a Igreja Católica nos acolheu nesta data, e agente passou a inserir nossos trabalhos na Igreja Matriz, hoje Igreja do Rosário pra, com intuito de realizar a Festa do Rosário, ou seja, uma dia de perdura a encíclica Virgem do Rosário, entanto, entanto que na Lei, na Lei 858 tem no, no artigo 17º que diz o seguinte: que a Irmandade do Rosário se reuni no 2º Domingo de agosto pra, é tratar dos assuntos, é da Festa da Senhora do Rosário, e que festa é essa? E quem é essa Senhora? Nossa Senhora do Rosário, quando alguns estudiosos e alguns historiadores dizem que a Festa não é a Festa de Nossa Senhora do Rosário e sim a Festa do Rosário, quando também temos outro artigo que é o artigo 2º da referida Lei, da Lei 858 que diz: é, é, o 2º artigo diz o seguinte: a Irmandade aprovado o compromisso da referida Irmandade, quando justifica no 2º artigo que é de Nossa Senhora do Rosário e confirma mais ainda no 17º artigo.

No início de seu relato o Sr. Edimilson Neri aponta a construção do novo templo: a

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso tendo em vista, que já se tornava pequeno o espaço para acomodar a população local.

Neste sentido, o processo histórico de formação do núcleo colonial denominado Arraial de Piranhas, atualmente cidade de Pombal foi alvo constante de um grupo significativo de índios denominados: Panatis e Pegas<sup>39</sup>, que habitavam essas terras antes da chegada dos colonizadores. Durante um desses ataques, em ato de desespero, um religioso fez um voto à Nossa Senhora do Bom Sucesso de construir uma Igreja caso conseguisse obter vitória, diante daquela difícil situação com a qual travava batalha, chamada de guerra dos Bárbaros, a qual teve como vencedores os colonizadores, saindo os índios derrotados em meio à disputa pela terra.

Na continuidade de sua fala, o Sr. Edmilson acrescenta:

Então, a Irmandade do Rosário, uma vez aceita pela Igreja Católica, ela precisou de grupos folclóricos, pra poder organizar festa e buscamos esse apoio, éé... já a partir de Manoel Cachoeira que diz que foi o seu fundador né, éé..., nos grupos Pontões, né, os Grupos Pon., Pontões que nos deixou, nos dar a, uma, uma alegria imensa, não só por sua coreografia em suas vestes, em seus maracás diferentes dos grupos de outras cidade, mais eles estão presentes cultural muito grande que é a feliz junção de dois grupos éé... Rufinos e Danieis, grupos esse que alguns anos atrás era foram transformados em Quilombos, são Quilombolas graças a Deus são reconhecidos, então essa feliz junção dos Quilombolas, Rufinos e Danieis resultou nos Pontões, pouco a seguinte veio os grupos, Grupo Congos que de acordo com oralidade, os Congos foi fundado em 1899 por conseguinte através da oralidade também descobrir que o Reisado chegou a Pombal com a ideia trazida de São Luiz do Maranhão por dois Pombalenses, de apelido de Chico Grande e China, não sei o nome destes cidadãos, em 1935, e que a Igreja Católica acolheu o Reisado em 1959, voltando aos Pontões, Pontões ele vem de espontões, espon- tões é uma arma da idade média, que era usada pelo Exército de, de infantaria e o seu oficial principal, o seu capitão, o chefe do Exército usava essa lança, né, a frente do, do Exército, é uma lança que tinha uma vara com mais de 2 metros de comprimento e sua extremidade uma lança metálica e essa lança era chamada de espontões, por conseguinte essa lança foi compactada a vara, foi reduzida pela metade, a menos de 2 metros e, e também com no- me espontões foi levada a dança folclórica, e que passou a ser chamada de espontões.

Quando fala sobre os grupos folclóricos, o depoente enaltece os Rufinos e os Daniel, tanto na perspectiva de serem reconhecidos como quilombolas quanto na questão da formação do grupo Pontões ao que o depoente chama de feliz junção. Nessa direção, afirmar a

---

<sup>39</sup> O território era habitado pelos: “Os índios Panatis inteiramente a atual cidade de Pombal, ao passo que os Pegas se derramavam no baixo Piranhas e por todo o Piranhas e Sabugi.” SEIXAS, Wilson Nóbrega. O Velho Arraial de Piranhas-Pombal. Gráfica: A Imprensa.1962. João Pessoa - PB.

importância do povo quilombola na cultura da cidade expressa pela afirmação de sua identidade também marcada pela união dos componentes do grupo.

Ainda nos remetendo à fala anterior do depoente, é importante dizer que antes de ser edificada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o que existia era uma simples casa de oração, uma construção simples feita de pau a pique, e aperfeiçoada para uma capela que teve como padroeira Nossa Senhora do Bom Sucesso, padroeira da cidade. Tempos depois, teve início a sua construção e conclusão da Matriz de Nossa Senhora do Rosário. É pertinente ressaltar que o nosso trabalho destaca a Igreja de Nossa Senhora do Rosário por ter uma ligação direta com os quilombos rurais e urbanos do município de Pombal-PB, objeto de nossa pesquisa. A respeito da construção da igreja, Seixas (2004) afirma:

O local escolhido para a construção não foi o mesmo onde se edificou a Matriz do Bom Sucesso, hoje Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Não foi criada a Irmandade do Rosário para aquele fim, mas a de Nossa Senhora do Bom Sucesso, cujo presidente, José Diniz Maciel, contratou a obra com o pedreiro Simão Barbosa Moreira [...] (SEIXAS, 2004, p. 205-206).

A igreja de Nossa Senhora do Rosário foi edificada em 1721, esse ano a mesma completa 300 anos de construção conforme Seixas mencionou, José Diniz Maciel contratou o pedreiro Simão Barbosa Moreira para construir a igreja, denominada de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Com o objetivo de angariar recursos para construção da mesma fora criada a Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Foi erguida a referida Igreja pelos confrades da irmandade de N. Senhora do Bom Sucesso, à frente da qual se achavam o velho cura Antônio Rodrigues Frasão e o capitão-mor José Diniz Maciel (SEIXAS, 2004, p.205).



**Figura 25:** *Igreja de Nossa Senhora do Rosário*  
**Fonte:** Arquivo pessoal do pesquisador

A arquitetura da igreja é estilo barroco-romano, possuindo grande proporção para a época. Em sua parte interna, observam-se esculturas de madeira banhadas em ouro o que provoca esplendor a quem observa. No altar-mor, está centrada a imagem de Nossa Senhora do Rosário, ao lado direito a imagem de Nossa Senhora das Dores e ao lado esquerdo Nossa Senhora de Santana em seus nichos laterais.



**Figura 26:** *Altar principal da igreja de Nossa Senhora do Rosário*  
**Fonte:** autoria própria

Existem ainda dois lugares que antecedem o altar-mor, numa espécie de pequenos altares. No da direita se encontra a imagem de São Miguel e da esquerda, a imagem de São Bento. Na parte externa, suas linhas arquitetônicas mantidas com originalidade é um registro singular frontal.

A atual igreja do Rosário, que até 1897 era Matriz do Bom Sucesso, é monumento histórico do maior valor artístico e cultural, construído em estilo barroco-romano. O altar-mor da velha Matriz, são painéis de fina talha e revestidos em grande parte de uma camada de ouro. Foi erguida pelos confrades da irmandade de N. Senhora do Bom Sucesso, à frente da qual se achavam o velho cura Antônio Rodrigues Frazão e o capitão-mor José Diniz Maciel (SEIXAS, 2004, p. 212).

Com a construção da Igreja matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, os negros começaram a cultuar Nossa Senhora do Rosário dos negros na antiga capela que passou a ser chamada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário, santa da sua devoção. É pertinente ressaltar que a devoção à Nossa Senhora do Rosário é antiga “Muitos homens escravizados chegavam ao Brasil acreditando que Nossa Senhora do Rosário era africana, e recitavam o rosário em língua nativa” (ARAÚJO 2014, p.16).

A antiga igreja passa a ser denominada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário com a autorização do bispo de Olinda para a fundação da Irmandade do Rosário e seus grupos folclóricos, dentre eles podemos destacar os pontões, que são compostos por homens de remanência de quilombola, cujas famílias tradicionais possuem laços consanguíneos: os Daniel do quilombo urbano e Rufinos que habitam a zona rural do município de Pombal-PB.

A formação dos grupos folclóricos: Negros dos Pontões, Congos e Reisado tiveram início com a instituição da Irmandade do Rosário, que por sua vez, teria que ser submetida à análise das autoridades eclesiais, acontecimento que se caracterizava como um processo complexo.

Com a construção da Igreja matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, os negros começaram a cultuar Nossa Senhora do Rosário dos negros na antiga capela que passou a ser chamada de Igreja de Nossa Senhora do Rosário santa da sua devoção. É pertinente ressaltar que a devoção à Nossa Senhora do Rosário é antiga “Muitos homens escravizados chegavam ao Brasil acreditando que Nossa Senhora do Rosário era africana, e recitavam o rosário em língua nativa”. (ARAÚJO 2014, p.16)

Porém a virgem do Rosário (Como se costumam invocá-la seus fiéis) começou a ganhar seguidores na cidade de Pombal-PB, depois que um homem negro conhecido por nome de Manuel Cachoeira se deslocou até a cidade Olinda-PE e formalizou seu pedido ao



bispo da época para oficializar a festa de Nossa Senhora do Rosário como sendo uma manifestação da cultura do povo negro descendente de escravos.



**Figura 27:** *Manuel Cachueira durante a solenidade da Festa do Rosário*  
**Fonte:** Arquivo pessoal do fotografo Leônidas Henrique Formiga

Na fotografia acima, podemos visualizar Manuel Cachueira ao lado da Rainha do Rosário mulher essa ainda não identificada, segundo dados do historiador Werneck Abrantes provavelmente esse registro são dos anos de 1930 ou 1940, antes mesmo da permissão. De acordo com Seixas (1962):

Ainda hoje, nos arquivos velhos da paróquia de Pombal, os documentos de compromisso da irmandade do Rosário, segundo os quais se depreende o despacho conferido pelo Bispo de Olinda, D. João Fernandes Thiago Esberardi, ao preto e confrade Manuel Antônio de Maria Cahueira, que saíra a pé de Pombal até aquela cidade com fim de receber do prelado olindense o documento de ereção cenônica para a criação da referida irmandade (SEIXAS, 1962, p. 232).

Entretanto, existem algumas contradições ao analisarmos os fatos históricos levantados pelo pesquisador da história de Pombal Jerdivan Nóbrega Araújo em seu livro “A irmandade dos negros do Rosário de Pombal” a referida obra aponta que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário já existia antes de Manuel Cachoeira ter nascido e complementa que o mesmo foi o primeiro juiz oficial, depois de aprovado o compromisso em 1888. Em meio à fé professada a Nossa Senhora do Rosário existe o sincretismo religioso que Segundo (CARDOSO 2012, p. 01) envolve a fusão de três culturas:

Três culturas se fundem no ensejo da adoração ao Rosário. Inúmeras tribos

islamizadas foram trazidas da África para o Brasil, permanecendo traços culturais destas em razão da presença do Tecebá, o Rosário islâmico, entre os dedos da imagem de Nossa Senhora. Notar que o culto se destina mais precisamente ao Rosário, símbolo da resistência dos descendentes dos filhos de Alá.

Sobre o sincretismo religioso da festa profana do Roberto Benjamin (1977) enfatiza:

O trecho dramático em si, onde sempre se exaltam as virtudes do cristianismo e se horam santos da Igreja, guarda uma aparência de catequese, em meio a elementos das culturas africanas na música, na dança e nos adereços. É preciso ressaltar porém que em diversas regiões as festas profanas do Rosário serviram para ocultar festejos de religiões africanas não cristãs, cujos rituais estavam proscritos pelas autoridades religiosas e policiais (p. 04).

Com base nos fatos históricos levantados, acreditamos se tratar de uma manifestação religiosa imposta pelos colonizadores aos escravos, que sofreram em meio ao cativeiro a que foram obrigados a professar o catolicismo. Assim, em meio à cultura pagã temos a devoção, a fé em Nossa Senhora e a louvação que evoca a influência da cultura negra considerada pagã pela igreja católica.

Para Alencar (2016) em seu texto “Cultura e identidade nos sertões do Brasil: representações da música popular”, a imagem do sertão vai muito além dos estereótipos e características físicas e possui uma fundamentação histórica.

A categoria sertão está profundamente arraigada na cultura brasileira, seja no senso comum, seja no pensamento social ou ainda no imaginário do povo. “Referência espacial e mítica, o sertão tem se constituído em categoria essencialmente para se pensar a nação brasileira. A etimologia da palavra ainda não é bem definida”. [...] No Brasil, desde o período colonial, a palavra sertão tem sido empregada para fazer referência a áreas mais diversas, pois seu enunciado depende do lócus de onde fala o enunciante. Assim, sertão se refere a áreas tão distantes e imprecisas como o interior de São Paulo (também identificada como área caipira) e da Bahia, toda a região amazônica, os estados de Minas Gerais e Mato Grosso, além do sertão nordestino, onde quase se identifica com a região. Marcado pela baixa densidade populacional, e em alguns lugares, assinala a fronteira entre dois mundos, o atrasado e o civilizado. (ALENCAR, 2016, p. 01).

É nesse contexto que a Irmandade do Rosário de Pombal-PB, tem desenvolvido suas atividades interligadas às questões religiosas da Igreja Católica e o sincretismo afrodescendente, da cidade de Pombal, Estado da Paraíba, Região Nordeste do Brasil.

Segundo Seixas (1962, p.232) “Era a festa dos Negros em cuja data os escravos obtinham dos seus senhores relativa liberdade para tributar um culto especial de hiperdulía à

íclita Senhora do Rosário”. Complementando essas palavras (ARAÚJO, 2014, p, 99) acrescenta “A festa do Rosário é mais do que uma manifestação cultural, é um momento de extravasar a alegria, transgressão e a afirmação dos valores culturais e religiosos do nosso povo.” Durante os nove dias de novenas a cidade se transforma ficando mais movimentada e o comércio tem suas vendas aquecidas.



**Figura 28:** Abertura da *Festa do Rosário 2019*

**Fonte:** <https://www.liberdadepb.com.br/com-fe-e-lagrimas-de-emocao-pombalenses-e-visitantes-se-despedem-da-festa-do-rosario-2019/>

### 3.2.1 A FESTA DO ROSÁRIO COMO IDENTIDADE E MEMÓRIA DE UM POVO

Nos relatos de memórias da Sr<sup>a</sup>. Socorro Montinha a mesma descreve essa tradição:

na Festa do Rosário ah meu Deus! enchia as casas da gente, quando vinha as famílias que vinha do sítio, da zona rural, era os sítios, antigamente agente chamava sítios porque zona rural foi se modificando, era zona rural mais antigamente não falava zona rural, vinha dos sítios tinha uma tia minha que vinha de Sousa, ainda hoje ela não veio esse ano porque devido a pandemia como só teve o Rosário, mais meus primos ainda vieram as casas da gente enchia.

Durante a festa do Rosário, a cidade costuma receber um número significativo de pessoas vindas da zona rural e das cidades circunvizinhas, os filhos ausentes da cidade costumam retornar e se confraternizarem. Essas pessoas se hospedam em casas de parentes e há grande expressão de júbilo com essas visitas. Receber os parentes no período da Festa do Rosário é uma prática tradicional na cidade. É também um momento de partilhar frutos da

terra e de se abater animais para serem consumidos nesse período. Assim, é costume das pessoas que residem nos sítios trazerem galinhas, perus, feijão da terra para que se faça um bom almoço no domingo do Rosário, dia em que acontece o ápice da festa com a grande procissão do Rosário. O uso da interjeição Ah meu Deus! Pela depoente expressa alegria e saudade. Alegria porque a Festa do Rosário faz parte da identidade do povo pombalense e saudade porque há dois anos, por causa da pandemia, não se realiza a festa do Rosário com aglomeração. A aglomeração é marca dessa festa, quanto mais gente junta, mais o povo diz que a festa foi animada. De fato, enquanto pesquisador e filho desta terra, asseguro que a cidade costuma receber muitas pessoas tanto da zona rural quanto de outras cidades para participar da Festa do Rosário.

Devido a pandemia da Covid-19, em 2020 durante a nossa pesquisa não ocorreram celebrações religiosas grandiosas, durante os novenários, as celebrações foram restritas apenas a um pequeno número de fiéis evitando assim a aglomeração. Diferente dos anos passados quando a festa profana contava com a presença de turistas, barracas e parques de diversões tudo foi cancelado.



**Figura 29:** *Cerimônia de Abertura da Festa do Rosário 2019*

**Fonte:** Arquivo pessoal do pesquisador.

Durante o ano de 2020 podemos perceber na imagem acima que diante do aumento dos casos de Covid-19, quase não houve público e as celebrações foram restritas apenas para um pequeno número de pessoas, não acontecendo a festa profana com a presença de shows, barracas, quermesses e parques de diversões. Mesmo assim, tivemos a presença da irmandade do Rosário e dos Pontões que seguiram as normas recomendadas pela Organização Mundial

da Saúde (OMS) uso de máscaras e álcool gel.

Conforme o depoimento Do Sr. Edmilson Neri a irmandade do Rosário foi instituída para realizar a cerimônia da festa, tendo Manuel Cachoeira oficializado a formação da Irmandade do Rosário. O “lendário” Manuel Antônio de Maria Cachoeira foi o fundador da festa que teve data marcada para acontecer no primeiro domingo de outubro que concilia como sendo o dia dedicado à Nossa Senhora do Rosário. Podendo ocorrer na segunda semana de outubro, fato que começou a acontecer a partir de 1985, quando foi instituído o direito da participação do voto popular. Antes de ocorrer essa mudança de data devido à realização das eleições, houve uma consulta aos membros da irmandade do Rosário para definir se a festa ocorreria uma semana antes ou após as eleições. Ficando definido que nos anos de eleições a festa se realizará na segunda quinzena de outubro após as eleições, segundo informações da irmandade do Rosário.

A organização da festa, conforme o Estatuto<sup>40</sup> da Irmandade do Rosário deve reunir sua comissão até 30 dias antes do início dos festejos para o planejamento do evento. Como de costume, a celebração de abertura tem início com o cortejo do Rosário sendo conduzido pelo Rei e a Rainha do Rosário em referência aos seus antepassados africanos. As vestimentas do rei e da rainha do rosário lembram as vestes reais, nas quais se pode ver o uso de acessórios dourados e coroa, cujos ornamentos distinguem-nos das pessoas comuns. O cortejo é acompanhado pelo grupo folclórico dos Pontões e sua banda cabaçal, conduzindo o Rosário pelas principais ruas da cidade até o largo da igreja onde o repicar do sino frenético anuncia a abertura solene da festividade.

O hasteamento da bandeira oficializa o início de mais um ano de celebração da fé, diversão e tradição. São 11 dias de celebração com novenários que evoca ao Rosário e a Santa de devoção dos pretos à Nossa Senhora do Rosário.

A festa constitui um encontro que reúne gerações tendo o centro da cidade como principal espaço para celebração, que congrega os filhos presentes e ausentes que voltam à sua terra natal para comungar do sentimento de pertencimento e fortalecimento da cultura local centenária. Dessa forma, torna-se uma mistura de relações e reminiscências do tempo passado “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 30).

---

<sup>40</sup> O estatuto da irmandade do Rosário encontrado na Igreja de Nossa Senhora está no anexo deste trabalho na íntegra.

Podemos referenciar que a parte profana da festa, sempre é incrementada pela presença dos parques de diversões com sua evolução ao longo do tempo possibilitada pela tecnologia que cada vez mais tem sido aperfeiçoada nos aparelhos eletrônicos, tornando-se um atrativo que contribui para a presença marcante de jovens e crianças em busca de diversão, após a celebração do novenário. Há também a tradicional barraca do Padre, ponto de degustação e arrecadação de dinheiro comercializados. A cada noite apresenta uma novidade por meio da realização de bingo, show de calouro, apresentação musical religiosa, dança e sorteios.

Shows de bandas regionais além de apresentações culturais contribuem para o crescente público presente a cada ano que vai sendo aprimorado por eventos como: *O encontro dos filhos de Pombal* entre outras famílias que estão se confraternizando durante essa época evidenciando o profano e a fé que se manifesta por meio das músicas, danças e ingestão de bebidas.

O centro da cidade é tomado por barracas que comercializam desde artigos religiosos como santos, terços, fotografias, chaveiro, uma infinidade de artigos artesanais, além de brinquedos e bijuterias. O sabor da infância está presente até os dias atuais quando recorremos à memória enquanto criança através das sorveteiras, pipoqueira, algodão doce, maçã do amor.

A festa em si também é lugar de histórias de amor, visto que durante a realização desses festejos que muitos casais iniciaram sua trajetória romântica por meio da troca de olhares, o primeiro beijo, a primeira namorada, há casos até enlace de matrimonial de muitos casais que compõem a história e perpetuam a vida e a tradição. Todos os dias da festa contam com a participação maciça do povo pombalense.

Porém, o sábado, último dia da novena e ápice da festa profana, é um dia muito esperado por todos os fiéis e frequentadores. Logo pela manhã debaixo de um sol escaldante o povo se movimenta no centro da cidade, antecipando o que vai acontecer à noite.

Durante o ano de 2019 tivemos a apresentação da vigésima quinta roda do Rosário de Capoeira, como forma de divulgar a os valores indenitários da cultura negra. Logo após, os grupos folclóricos saem em meio à feira livre pedindo doações para a manutenção da igreja do Rosário e sua irmandade. Dançando e balançando seus maracás, distribuem as bênçãos a quem com generosidade oferta sua contribuição. É neste momento que a fé se mistura a parte social, pois os mesmos tomam cachaça, dançam e se divertem junto aos turistas e populares da cidade, que fazem reverência à virgem do Rosário.

A parte da tarde é marcada pelo encontro dos Filhos de Pombal, que é um momento marcante para reencontrar os amigos e conterrâneos que residem outras regiões. À noite como

de costume dá-se início à novena é um momento que muitos usam as melhores roupas para participar da celebração seguida dos festejos após a missa.

O domingo do Rosário: Ponto alto da manifestação de fé o raiar do sol é marcado pela presença de muitas pessoas na praça a se divertir ao som de músicas, banda e parques de diversão colorem o cenário do amanhecer do domingo. Ao soar do sino, as pessoas começam a se aglomerarem na frente e nas laterais da igreja, visto que o espaço dentro do templo não comporta a multidão. É chegado o momento tão esperado: ir buscar o Rosário. Como de costume, a casa do Rosário existente na Rua Rosário é local de encontro dos fiéis juntamente com toda a comitiva paroquial e a irmandade do rosário.

O cortejo se forma tendo à frente aos pontões, abrindo alas para o Rei e a Rainha que conduzem o Rosário pelas ruas da cidade acompanhados pelas autoridades eclesiais, além dos grupos de congos e reisados. Em meio à multidão é perceptível a quantidade significativa de pessoas a pagarem promessas, coroas de espinhos sobre a cabeça assim como pedras e vestimentas que se remetem a dos padres franciscanos e santos. Alguns se vestem de branco outros de pés descalços, sobre o calor do sol causticante com que convive o sertanejo, caminham rumo à Igreja do Rosário onde ocorre a missa campal. Ao término da celebração, há apresentações dos grupos folclóricos. Dessa forma, “As festas do Rosário, mais do que uma manifestação cultural, é um momento de extravasar a alegria, a transgressão e a afirmação dos valores culturais e religiosos do nosso povo” (ARAÚJO, 2014, p. 99).

### **3.2.2 PONTÕES, CONGO E REISADO: FOLCLORE E REVERBERAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Antes de nos debruçarmos na apresentação dos grupos folclóricos que permanecem vivos em todas as edições das festividades alusivas ao Rosário, devemos esclarecer que eles são compostos por descendentes de comunidades quilombolas e alguns componentes fazem parte da Irmandade do Rosário. Assim, Pontões, Congos e Reisado são as mais fortes manifestações folclóricas de Pombal.

Quanto aos Pontões, grupo de descendência afro-braseira, é composto por homens, cujos ascendentes são de quilombos. Suas famílias tradicionais habitam a zona urbana e rural do município de Pombal-PB. Durante suas apresentações costumeiramente reverenciam o rosário, durante a procissão que é realizada conforme a tradição no primeiro domingo de outubro, sendo um dos maiores acontecimentos tradicionais folclóricos e religiosos do Estado da Paraíba.

Os Pontões se apresentam com trajes divididos em dois cordões: divergentes um encarnado e outro azul. Essa divisão de cores se dava em decorrência de uma disputa de arrecadação de doações, ganhava o cordão que conseguisse angariar mais recursos e assim simbolicamente o cordão vencedor iria coroar a Nossa Senhora do Rosário.



**Figura 30:** Grupo dos Pontões durante o cortejo do domingo Rosário  
**Fonte:** Arquivo do Sr. Junior Telmo

A composição dos trajes segue os seguintes requisitos estabelecidos pelo grupo durante sua formação sendo divididos por ala. Na ala da direita seus componentes vestem camisa azul com um lenço encarnado preso ao pescoço. Já na ala da esquerda, eles vestem camisa encarnada e também possuem lenço de cor azul preso ao pescoço. Todos usam calça branca e um chapéu de palha envolto por uma fita da cor do cordão ao qual está inserido. Como acessório eles conduzem lanças em formato de maracás que produzem um som bem característico. O nome Pontões deriva-se da lança pontiaguda adornada por fitas multicoloridas que auxiliam a passagem do Rosário durante o cortejo esse mesmo instrumento é utilizado para abençoar os fiéis durante o recolhimento de oferendas. Durante a manhã do primeiro sábado de outubro, esse grupo sai pela feira arrecadando doações para auxiliar na manutenção da capela do Rosário, como um gesto de agradecimento. A lança junto com suas fitas é passada sobre o ombro ou cabeça dos fiéis em forma de bênção do Rosário.

O grupo dos Pontões não utiliza músicas cantadas apenas o som dos instrumentos da banda cabaçal, que os motivam a dançar e tomar cachaça bebida típica produzida pelo engenho, local bem característico de trabalho dos escravos. Existem algumas atribuições ao grupo de dança dos congos dentre eles podemos citar: nome de um rio que banha a África equatorial sendo o segundo maior rio do continente africano. Outra hipótese diz respeito aos



escravos embarcados na região denominada de Congo. No Brasil, uma das primeiras pesquisas acerca desse tema Congo(s), Congado(s), Congada(s) possui uma abordagem muito extensa de estudos cuja abordagem é bastante variada em relação aos grupos existentes em várias partes da nossa nação. É pertinente ressaltar que um dos primeiros registros acerca dos Congos em espaço acadêmico foi documentado pelo escritor e pesquisador Mario de Andrade (1982) define:

Os *congós* são uma dança-dramática de origem africana, rememorando costumes e fatos da vida tribal. Na sua manifestação mais primitiva e generalizada, não passam dum simples cortejo real, desfilando com danças cantadas. Ainda hoje certos *congados* primários ou muito decadentes do centro do Brasil, nada mais são do que isso. E no Nordeste onde os congós se desenvolveram muito e adquiriram entredo dramático, os Maracatus atuais parecem representar o que foram lá os congós primitivos. Porém mesmo na manifestação mais primária de um simples cortejo dum rei negro, os textos das danças e, em parte mais vaga as coreografias, sempre aludem a práticas religiosas, trabalhos, guerras e festas da coletividade[...]. A origem dos congós é bem africana, derivando o bailado de antigos costumes de celebrar a entronização do rei novo. O coroamento festivo do rei novo é prática universal, é o que a gente pode chamar de “*Elementargedank*” idéia espontânea. A própria natureza da exemplos veementes, contundentes disso, com os aspectos festivos da arraiada ao nascer do sol, e da vegetação ao ressurgir da nova primavera após o inverno. E parece mesmo após os estudos de Frazer, que num grupo numeroso de civilizações tanto naturais quanto da Antiguidade, a entronização e celebração do novo rei está ligada intimamente às concepções mágicas dos mitos vegetais (ANDRADE, 1982, p. 17).

Neste sentido, a festa do Rosário é uma celebração onde ocorre apresentações dos entredos dramáticos conforme Mario de Andrade menciona acima, conta com a presença do rei dos congós e seus súditos que bailam seguindo as ordens do rei, os congós acompanham a procissão realizando apresentações em culto ao Rosário dentre outras cerimônias religiosas e culturais. O grupo, quando convidado, realiza visitas e apresentações em casas de famílias no centro da cidade.



**Figura 31:** *Os congos de Pombal durante a celebração da missa da Festa do Rosário 2019*  
**Fonte:** arquivo pessoal do pesquisador.

Assim como os Pontões e os Congos também estão divididos por alas, usando calça branca e uma saia de renda, camisas encarnadas e uma faixa azul transversal, outra característica é o detalhe do chapéu em formato de cone com detalhe de espelhados além de fitas. Seus objetos são pequenos maracás enfeitados também por fitas coloridas.

Durante o cortejo do Rosário os congos não cantam ou dançam, dificilmente, rufam os seus maracás. Durante a realização das festividades costumam visitar algumas residências para realizar apresentação de dança no terraço ou sala. O dono da residência geralmente oferece uma cadeira ao rei e de acordo com o comando do mesmo inicia-se a apresentação. Algumas palavras do dialeto angolano são proferidas durante a apresentação pelo rei. Suas músicas são bem alegres e convidativas ao bailado. Após a apresentação da dança em forma de agradecimento o dono da casa costuma oferecer bebidas ou oferenda em dinheiro para a Irmandade do Rosário.



**Figura 32:** *Grupo “Os Congos” em frente à igreja Nossa Senhora do Rosário*  
**Fonte:** Mércia Maria da Silva Figueredo Apud. Cristiane Nepomuceno

A seguir, trazemos uma sequência de letras de músicas cantadas durante a apresentação dos congos. Consideramos importante mostrar o conteúdo dessas letras.

Santaná de louvor Rosário de Maria Enche o céu de Glória E a terra de alegria (bis)

II

Dizei-me / Dizei-me Hoje nesse dia Vamos ver o Rosário Vamos ver Maria

III

Quibamba virou Mandou me chamar (bis)  
Eu mandei dizer que não ia lá Qui ´stava rufando Com eu`maracá...

IV

Olha lá os pretos...  
Qui vem da Bahia... (bis) Dançando tudo com gosto Qui hoje é nosso dia

V

Meus pretinhos do congo Donde vem nossa hora (bis) D`embarc` Aruanda e Vamos pra Angola  
Quando os brancos ficam olhando Com seus zoios de muçambé Dança, dança meus pretinhos Sem  
medo de machucar

Dizei-me, dizei-me Hoje nesse dia Vamos ver o rosário Vamos ver Maria

Letra de música retirada do livro: BENJAMIM, Roberto. Congos da Paraíba. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional do Folclore, 1977, p, 10.

A letra dessa canção traz claramente uma veneração à Maria, mãe de Jesus. Há um traço marcante de louvor ao Rosário, que compreende meditações sobre a história de Jesus e de Maria. Na primeira estrofe há uma menção à Santana, que na tradição católica, é a avó de Jesus. O Rosário de Maria pode ser entendido como a ligação entre a terra e o céu, já que “enche o céu de glória e a terra de alegria”.

Observa-se na terceira estrofe a expressão Quimbamba, provavelmente uma variação de escrita do registro oral da palavra Quimbanda, que também pode se referir a sacerdotes de cultos afro-brasileiros. Percebe-se que a brincadeira, o rufar do maracá é mais importante para o eu lírico da canção do que obedecer a esse sacerdote que chama. Em todo o texto, é possível ver um trânsito do culto católico para o culto afro.

A comunidade dos Daniel reverbera o sincretismo presente na letra dessa canção à medida que seus membros muito devotos do Rosário de Maria, também perpetuam a tradição do povo negro através dos grupos de Pontões, Congos e Reisado.

No que diz respeito ao grupo folclórico do reisado, pode-se afirmar que a tradição dos folguedos populares teve influência dos colonizadores portugueses, o reisado está ligado aos festejos natalinos e reis que se comemora entre o dia 24 de dezembro a 06 de janeiro. Os

grupos folclóricos estão atrelados à questão religiosa e durante sua apresentação toca louvações, que se remetem ao nascimento de Jesus Cristo.

O grupo folclórico do reisado de Pombal-PB é uma adaptação dos festejos de reis para celebrar o Rosário, sendo organizado pela irmandade que cultua o mesmo. Ao se apresentarem em forma de cortejo é perceptível o lado humorístico nos versos declamados e improvi- sados pelos personagens que formam o elenco.

O grupo é composto por 16 membros e o ritmo de sua dança é marcado ao som de um violão, pandeiro e um apito. Utiliza-se o sapateado e o canto ritmado pelo conjunto que envolve alguns personagens como o rei, o secretário, o general, o Mateus, a burrinha, além dos folgazões. Além dos cantos proferidos, existe também a apresentação da parte dramática do festejo, com embaixada de guerra. O reisado consiste na luta entre a corte do rei e seus súditos comandada pelo secretário. Há a formação de duas alas sendo uma calça branca e camisa encarnada e outra calça branca e camisa azul. Em ambas as alas é usado chapéu estilo marinheiro e como acessório é uma espada ou facão de madeira coberta por areia brilhosa prateada conduzida geralmente na mão direita dependendo da ala, que o personagem pertença. A figura do rei é representada por um saiote, coroa e capa rebordada, já o secretário também usa uma coroa, uma capa e saiote. O Mateus é a figura espalhafatosa da brincadeira com roupa preta, capa e máscara, chapéu e um chicote na mão. Há a figura do general personagem que traja roupa branca com distintivo de galão e geralmente dois músicos. O Mateus é sempre consultado acerca da duração da guerra e fica a verificar as horas em um relógio sem ponteiro. A sequência da apresentação é concluída com uma exaltação cívica à Bandeira Brasileira.



**Figura 33:** Grupo Folclórico do Reisado de Pombal-PB  
**Fonte:** Acevo fotográfico pessoal de Possiano Pereira Santana

Durante a apresentação do Reisado é cantada e acompanhada por instrumentos musicais essa música:

Música:

Entremos, entremos (Domínio público- Reisado de Pombal-PB) Entremos, entremos  
Jardim de alegria Sebastião santo Da virgem Maria.

Entremos, entremos Em jardim de flor Sebastião santo  
É nosso defensor.

Seu dono da casa Mande nós entrar Nós dê uma cadeira Pro rei se sentar.

Senhor contramestre Quem foi que falou Foi dois contra guia Que que aqui chegou.

Senhor contra mestre

Não me engane não Que eu estou te cortando  
Com este facão.

Abre esta porta Se quiseres saber  
Nós somos de longe Queremos te ver.

A canção ratifica a devoção mariana e traz um novo elemento da fé católica que é a devoção a São Sebastião como defensor. Percebe-se a menção ao contramestre, que na dança, é a pessoa que ajuda ao mestre a guiar o grupo no decorrer da apresentação. As duas primeiras estrofes retratam uma introdução, uma espécie de preparação entre os membros para adentrar ao lugar pretendido. Nesse contexto, desenrola-se o apelo ao dono da casa para que deixe o rei entrar e disponha de uma cadeira para que ele sente. Nota-se que há um apelo para que o dono da casa conheça esse rei, conheça esse povo que veio de longe. Podemos inferir da canção que se trata de demonstração de quem é o povo negro, de onde ele veio, e acima de tudo de que esse povo em suas terras, eram reis e não escravos.

Os ritmos decantados pelas músicas produzem a alegria dos participantes dos grupos folclóricos. Em Pombal, vemos isso muito latente na época da festa do Rosário, tempo em que podemos observar a maciça participação do grupo. Assim sendo, corrobora-se o sincretismo religioso e a busca pela autoafirmação da tradição do povo negro.

Mediante todo o contexto apresentado acerca da tradicional Festa do Rosário de Pombal-PB e seus grupos folclóricos: Congos, Pontões e Reisado de matriz africana fica explícita a luta e a resistência desses grupos em torno da sua territorialidade e identidade. Quando em ato de resistência mesmo enfrentando todas as adversidades conseguem há mais

de dois séculos manter viva sua tradição que envolve o sincretismo religioso e cultural.

Mesmo tendo passado o período aterrorizante da escravidão, tem início a luta do povo negro e sua inclusão no meio social objetivando igualdade de direitos. Tendo em vista sua liberdade que desde muito tempo foi negada, o negro não encontrou espaço para trabalhar nem tampouco condições apropriadas, essa situação fazia com que os negros se sujeitassem a desenvolver atividades menos qualificadas e sofridas, essas atividades eram remuneradas com preços irrisórios ficando muito abaixo do preço merecido diante do esforço empreendido no trabalho.

Mesmo diante de todos esses obstáculos, as investidas do governo conforme mencionamos no primeiro capítulo era por uma campanha de branqueamento da população brasileira na perspectiva de eliminar o negro da sociedade, seguindo a tendência da sociedade europeia presente no Brasil.

### **3.3 JOSÉ RIBEIRO: UMA REPRESENTAÇÃO DA RESISTÊNCIA NEGRA EM POMBAL**

Assim como nas demais regiões do Brasil, na cidade de Pombal a luta pela resistência negra se faz presente através das histórias de vidas e do auto declaração da identidade negra, neste sentido acompanhemos a narrativa de José Ribeiro da Silva<sup>41</sup> a seguir:

Eu me chamo JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, é..., sou da região do Catolezinho, eu sou afro descendente, tenho histórias e raízes forte com o povo negro da minha cidade, principalmente os Daniel e os Rufino que tem ligações fortíssimas a partir da nossa família e, e... o fato também de ter tido uma mistura nessa relação, sou acompanhado aqui, pela Entidade CEMAR desde 77, 78, quando iniciou o primeiro trabalho, o embrião, com a saudosa professora Margarida Pereira da Silva (RIBEIRO, 2020).

O depoimento acompanha a tendência das narrativas anteriores, essas pessoas que tiveram origem na zona rural, com o passar do tempo migraram para a zona urbana a exemplo da família Daniel que possui laços consanguíneos com a família dos Ribeiros. Sua descendência africana é legitimada pelas manifestações culturais e estudos antropológicos desenvolvidos pela Fundação Cultural Palmares. Essa organização social quilombola foi promovida através da luta da professora Margarida Pereira, assunto que abordamos no segundo capítulo desta pesquisa, quando discorreremos sobre a atuação da supracitada professora, que articulou forças para assegurar os direitos fundamentais básicos utilizando a educação e formação técnica para formar as pessoas mais vulneráveis vítimas, sobretudo de

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida ao autor por José Ribeiro da Silva em 25 de novembro 2020.

um passado de injustiças e exclusão.

A luta do povo negro atravessa séculos. A Lei Áurea não trouxe a solução do problema, pelo contrário se iniciou outra batalha. Com o fim do trabalho escravo, muitos “ex-escravizados” permaneceram nas fazendas trabalhando apenas pelo sustento, entretanto a elite brasileira passou a discriminar o convívio social com os recém-libertos, já que tal liberdade não se configurou em dignidade. O povo negro lutou e continua a enfrentar as desigualdades sociais, o preconceito e a discriminação que desde muito tempo tem prejudicado a comunidade até os dias atuais.

As chibatadas foram substituídas pelo tratamento discriminatório, indiferente levando o negro a ser escravo do sistema que utiliza a exclusão social.

De acordo com Jaime e Pinsky e Carla B. Pinsky (2012):

O escravo vira negro. Como? Não mais havendo a distinção jurídica entre trabalhadores, a marca étnica – e histórica – da população negra é reinventada como fato social. A sociedade brasileira, mais do que permanecer desigual em termos econômicos, sociais e fundamentalmente raciais a partir de 1888 (portanto, temos que considerar as experiências desde a colonização), reproduz e aumenta tais desigualdades, marcando homens e mulheres etnicamente. A questão não foi somente a falta de políticas públicas com relação aos ex-escravos e seus descendentes no pós-abolição. Houve mesmo políticas públicas no período republicano reforçando a intolerância contra a população negra: concentração fundiária nas áreas rurais, marginalização e repressão nas áreas urbanas (p. 462).

Apesar de enfrentar grandes desafios como a desigualdade social que perdura desde a abolição, o povo negro nunca desistiu da sua luta e ao longo de sua trajetória tem buscado conquistar seu espaço junto da sociedade. Em muitos casos, a discriminação tem início ainda criança, durante o seu período de formação e se estende ao longo de toda sua vida, sendo fundamental desenvolver mecanismo de defesa contra o preconceito. No relato de vida do Sr. José Ribeiro expõe um pouco dos desafios que enfrentou durante sua trajetória estudantil:

ao entrar no ensino fundamental, sofri por várias vezes preconceito, só que eu já combatia o preconceito, e iniciei um trabalho na escola, né, de conscientização, dia do regue, o dia da consciência negra, fiz simbologia de zumbi dos palmares mais isso tudo, mediante o trabalho que Margarida já vinha fazendo relacionado a questão do preconceito, a questão da, da, a questão ético racial.

A escola é considerada a nossa segunda casa, entretanto não é de se estranhar que no passado muitos estudantes negros enquanto criança abandonaram a escola devido atitudes

preconceituosas e de exclusão. Sendo importante ressaltar que ao alcançarem a maior idade e possuindo pouca formação essas pessoas foram submetidas a trabalhos subalternos e mal remunerados, chegando em algumas situações a desenvolverem trabalho análogo a escravidão.

Devemos preparar as crianças para desenvolver ações a exemplo do que o Sr. José Ribeiro realizou ao combater o preconceito e desenvolver eventos que levem a sociedade à reflexão, combatendo o preconceito através do conhecimento, utilizando os fundamentos da disciplina de História com o intuito de proporcionar a esses educandos uma formação para a cidadania, valorizando as questões étnico-raciais. A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 ao estabelecer as diretrizes e bases ao incluir no currículo da rede oficial de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Já a Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989 (Lei Caó), em homenagem a Carlos Alberto de Oliveira, define como sendo crime atitude de preconceito de cor, raça, etnia, procedência nacional ou religião. Nesse sentido, a Constituição Federal também regulamentou ato inflacionário, inafiançável crime de racismo.

Mesmo enfrentando tantos desafios, o negro conseguiu manter algumas das suas tradições culturais fruto da resistência desde sua chegada ao Brasil, ainda durante o período da colonização. Essas contribuições culturais ajudaram a população negra a formar esse caldeirão cultural que se faz presente nas cinco regiões brasileiras. Conforme Mattos (2012, p. 156) aponta:

Os africanos, quando chegaram ao Brasil, passaram a conviver com diversos grupos sociais – portugueses, crioulos, indígenas e africanos originários de diferentes partes da África. Nesse caldeirão social tentaram garantir a sobrevivência, estabelecendo relações com seus companheiros de cor e de origem, construindo espaços para a prática de solidariedade e recriando sua cultura e suas visões de mundo. Dessa maneira, integraram as irmandades católicas, praticaram o islamismo e o candomblé e reuniram-se em batuques e capoeiras. Com isso, os africanos influenciaram profundamente a sociedade e deixaram contribuições importantes para o que chamamos hoje de cultura afro-brasileira.

Nesta perspectiva, afirmamos que foram muitos séculos de contribuições que a cultura negra nos logrou mesmo a preço de suor, sangue e dor. Durante todo esse tempo diversas manifestações culturais e costumes do continente africano foram sendo adaptados ao contexto brasileiro, a exemplo dos congos e pontões, a capoeira, o maracatu entre outras danças que também estão entre as manifestações da cultura popular.

Mesmo quando a república foi instaurada no Brasil a palavra quilombo não foi



abolida, entretanto o termo passou por transformações ou ressemantizações. Arruti (2008) define o termo como uma reapropriação das tradições que sobreviveu a diversas influências temporais e para isso foi necessário ressignificar, reinventar, os costumes tradicionais dos grupos étnico que resistiram. Nesse contexto, o quilombo dos Daniel, durante a Festa do Rosário dos pretos, momento em que os pontões se apresentam estão realizando seu ritual repleto de experiências ressemantizadas. Ainda com relação ao processo de ressemantização, o autor acrescenta que existem três formas de compreender os quilombos:

A primeira delas fala do quilombo como “resistência cultural”, tendo como tema central a persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil. O tema está em pauta desde 1905, quando Nina Rodrigues, pela primeira vez, caracterizou Palmares como uma forma de persistência da África no Brasil. [...] O segundo plano de ressemantização do quilombo passaria pela sua vinculação à resistência política, servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre classes populares e ordem dominante. Neles a referência à África é substituída pela referência ao Estado ou às estruturas de dominação de classe e o quilombo (em especial Palmares) serve para pensar as formas potencialmente revolucionárias de resistência popular. [...] O terceiro plano de ressemantização do quilombo é operado pelo movimento negro que, somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da “resistência negra”. Apesar de ser possível identificar tal apropriação desde a década de 1950, com o jornal negro O Quilombo, de iniciativa de Abdias do Nascimento, ela só se tornaria sistemática ao longo dos anos de 1970, com a redescoberta de Palmares (ARRUTI, 2008, p. 318-320).

A partir das discursões mencionadas acima é possível aprimorar o debate acerca das relações étnico-raciais no Brasil, que tiveram forte influência do Movimento Negro, o qual passou a crescer e ganhar força, tanto simbólica quanto política, até se difundir através do movimento que ficou conhecido como “Quilombismo”, que foi pensado pelo sociólogo brasileiro Abdias do Nascimento (1980) que teve o intuito de refletir a produção de uma estética negra e a estética como um lugar político importante para a identidade negra e a sua organização política.

Entretanto esse enredo histórico não é constituído apenas de luta e sofrimento, grandes conquistas foram possíveis inclusive tramitando entre o meio judiciário, dentre essas conquistas podemos elencar as Leis implantadas para garantir a inserção plena do povo negro ao meio social, dentre as quais está contida na Constituição Federal do Brasil em seu artigo 68 nos Atos das Disposições Transitórias estabelecendo que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Apesar do tempo, a referida Constituição na contemporaneidade tem se mostrado muito atual ao assegurar a garantia ao direito a posse de terra as comunidades quilombolas descendentes de escravos, conforme debatemos no

segundo capítulo.

Podemos inferir que todas essas conquistas foram sendo alcançadas lentamente por meio da resistência negra travadas com a intenção de defender a igualdade e a continuação dos seus costumes para fortalecer a identidade cultural e social das comunidades negras.

Entretanto, o desejo do líder da comunidade quilombola dos Daniel vai além e busca ressignificar através da cultura, do trabalho o passado de dificuldades mesmo enfrentando o obscurantismo do tempo presente se mantém resistente, voltando seu olhar para projetos futuros na perspectiva de construir um mundo melhor para toda essa gente, conforme podemos constatar no depoimento da Sr. José Ribeiro:

um olhar diferenciado com os Pontos, com Congos, com os negros, com Irmandade do Rosário, com a arte em barro que é dos Rufinos, com os Pontões que é do bairro Nova Vida, construção de sede, perspectiva de projetos, além de Pombal mais a nível de Sertão, projeto esse que a gente está elaborando na área de geração, emprego e renda pra dar oportunidade a essa população e a gente ter isso como um referencial, né, não é uma caridade, não é uma re. é uma reparação mais é uma questão de justiça social, de justiça social, é tratar o ser humana como estar lá previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Direito Humano é direito a pessoa humana, né, é um direito assegurado a ele então era isso, eu agradeço, tô a dis- posição (RIBEIRO, 2020).

Ao solicitar um olhar diferenciado o Sr. José Ribeiro, chama a atenção dos políticos da região para atuar diretamente com projetos para beneficiar os grupos folclóricos de Pombal, a Irmandade do Rosário e por conseguintes os moradores dos quilombos da cidade de Pombal, cuja finalidade é possibilitar melhores condições de vida.

Concordamos com o Sr. José Ribeiro ao utilizar a Declaração Universal dos Direitos Humanos e cobrar das autoridades constituídas o direito à justiça social. Nesse sentido, estrito a ação o Estado social e democrático de direito é a mola-mestra responsável pela redistribuição de riquezas. Conforme o jurista Novais (2015), o princípio da igualdade é observado em um Estado Direito:

Ou seja, um Estado de Direito fundado na dignidade da pessoa humana, para além de obrigado a garantir a todas as pessoas as condições mínimas de bem-estar e de desenvolvimento da personalidade e de possibilidade de exercício efetivo dos direitos fundamentais, observa necessariamente o princípio da igualdade, na medida em que está juridicamente vinculado a tratar todas as pessoas com igual consideração e respeito (Novais, 2015, p. 181).

Nesse sentido, o Estado ao realizar a destinação interna corrobora com o conceito de

justiça, ao levar em consideração a redistribuição e o reconhecimento do direito a todos os cidadãos constituídos em seu território. Não restam dúvidas que existe forte ligação entre justiça social e Direito. Segundo o artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1º de dezembro de 1948) pressupõe:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

De modo específico está escrito na Constituição Federal de 1988 que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu art. 3º, inciso III, responsabiliza-se a “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Sendo importante destacar que a erradicação da pobreza é um pacto estabelecido com o Estado, e não uma agenda de governo.

Desta feita podemos concluir que é obrigação dos chefes de Estados prezar pelo bem estar da população realizando uma gestão que tenha como propósito assegurar os direitos econômicos, sociais e culturais da nação, diferente das ações implementadas pelo atual presidente do Brasil que têm cortado benefícios que poderia estar sendo utilizados para favorecer as comunidades quilombolas do Brasil. Assim como também utilizou de pessoas mal-intencionadas que desarticulam o trabalho que a Fundação Cultural Palmares vinha desenvolvendo junto às comunidades quilombolas que ajudava a desenvolver a economia sustentável local, resgatando e ressignificando antigos costumes e assim fortalecendo sua identidade cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo se propôs a utilizar a História Oral, revisões bibliográficas e depoimentos envolvendo as histórias de vida dos moradores da comunidade quilombola dos Daniel de Pombal–PB, além de outros personagens marcantes do movimento negro e da cultura afro-descendente no município supracitado. A articulação entre as histórias de vida possibilitou compreender a identidade quilombola presente dentro do território da cidade. A identidade é instituída através da luta e resistência desses povos ao celebrar o sincretismo religioso mantendo sua cultura identitária africana, presente entre as celebrações católicas dos colonizados portugueses. Todas essas lutas foram possíveis graças à organização do movimento negro no Brasil, sempre buscando mecanismos legais para assegurar a dignidade ao povo negro em especial, as comunidades quilombolas, assegurando os direitos presentes na Constituição Federal de 1988.

Todas as ações asseguradas por lei contribuíram para que as comunidades quilombolas pudessem afirmar sua matriz étnica, tomando como ponto de partida a CF de 1988, que sinaliza o despontar e o fortalecimento da resistência negra quilombola, lutando pelo direito de igualdade em todo o território brasileiro, fazendo valer a urgência das diversas comunidades quilombolas que estão distribuídas nas diferentes regiões brasileiras. Cada comunidade possui suas especificidades e história, entretanto, todas possuem um sonho em comum, possuir o território que seus ancestrais ocuparam enquanto negros fugidos das fazendas e que criaram ou foram abrigados pelos quilombolas espalhados pelo país durante o processo de luta dos negros contra a escravidão.

A historiografia da escravidão negra na Paraíba durante o século XIX, não possui relatos significativos sobre os Quilombos da região, nem mesmo entre os escritores que durante esse período vivenciaram esse cotidiano de trabalho escravo. Poucos se interessaram em escrever sobre essa temática, entre os que ainda redigiram algumas informações sobre esse eixo de análise deixaram lacunas na trajetória de suas escritas. Essa fragilidade na produção historiográfica foi adquirindo outro contorno partir do século XX, quando as universidades públicas passaram a desenvolver pesquisas relacionadas à temática escravidão na Paraíba, com destaque aos cursos de pós-graduação o que proporcionou certa notoriedade a essas comunidades étnicas do estado.

Segundo dados de pesquisa da dissertação de mestrado de Moraes (2009) UFCG, entre outros escritores que escreveram sobre a colonização do sertão e a cidade de Pombal a

exemplo de Araújo (2020), Joffily (1927), Seixas (1962) foi constatado que aqui existiam grandes fazendas que serviram para a colonização da região, as quais se ocupavam com a criação do gado e eram mantidos pelo trabalho escravo durante o século XVII. A força do trabalho escravo não recebeu muito destaque dos escritores da época.

A investigação e documental da história do movimento negro na cidade de Pombal teve como protagonista Margarida Pereira da Silva, mulher negra que conseguiu através da educação melhorar as condições de vida das pessoas negras da região inclusive de alguns membros das três comunidades quilombolas existentes no município, (Daniel, Barbosa e Rufinos). A emergência étnica da comunidade dos Daniel foi construída e fortalecida por ela e legitimada através dos estudos antropológicos da Fundação Cultural Palmares (FPC) ao emitir a certidão de comunidade quilombola.

Toda a trajetória de luta dessa mulher passou pela ressignificação em buscar assegurar os direitos dessas comunidades, através da organização das associações quilombolas símbolo da resistência negra no sertão da Paraíba. A exemplo da comunidade pesquisada neste trabalho “Quilombo dos Daniel” que durante muito tempo se manteve silenciada, mas que devido à articulação do movimento negro, têm ganhado espaço assegurado pela legislação brasileira.

Quando apresentamos os personagens mais antigos do quilombo e alguns colaboradores da cultura negra e coletamos a história oral deles, conseguimos resgatar a história da comunidade Daniel e revelar suas tradições, costumes, a luta e a resistência da comunidade bem como os festejos ligados à religiosidade do grupo, que são manifestados anualmente durante as celebrações da Festa do Rosário. Sem contar com a trajetória de silenciamento e opressão e discriminação que essas pessoas passaram, não só durante o período da escravidão, mas também no pós-abolição até aos dias atuais. Nesse sentido, reverbera-se a contribuição da presente pesquisa, a exemplo também de outras da mesma natureza.

Como mencionado no desenvolvimento do trabalho, a luta pela equidade das comunidades negras ganhou visibilidade na nossa sociedade, influenciada, sobretudo pelo movimento negro que ao longo do tempo conseguiu alcançar algumas mudanças sociais amparadas por lei a exemplo do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Um dos objetivos do trabalho era analisar a identidade urbana quilombola dos Daniel (Pombal-PB), por meio de sua memória individual e coletiva, as suas práticas culturais e sua relação com a territorialidade da cidade. Através dos dados coletados foi possível perceber as

ressementizações dos discursos coletados, isto é, as interpretações frigorificadas (Congeladas) que ficaram no passado e não acompanharam as transformações sociais da atualidade. Entretanto as manifestações culturais que afirmam sua identidade permanecem vivas dentro do território da cidade. Mesmo enfrentando discriminação, a comunidade tem buscado se organizar através das associações quilombolas. A luta pela resistência tem obtido resultados positivos a exemplo de assegurar seus direitos fortalecendo a cidadania.

As políticas públicas voltadas para as populações quilombolas do Brasil têm contribuído para dar visibilidade às comunidades negras urbanas e rurais que durante muito tempo estiveram na invisibilidade, mesmo após o período pós-abolição.

A visibilidade que o Estado proporcionou à luta negra e quilombola no Brasil, teve início com a constituição de 1988, originária das ações sistêmicas do movimento negro que conseguiram resistir às tentativas de invisibilidade que historicamente foram sendo implantadas pelo modelo escravista, mesmo assim os negros resistiram. As ações positivas até o momento alcançadas no Brasil são conquistas da comunidade negra que buscou implementar a inclusão de públicas e efetivar suas conquistas.

A questão étnica dos Daniel emergiu em três momentos o primeiro iniciado pela Professora Margarida que batalhou para melhorar as condições de vida das comunidades quilombolas de Pombal, a segunda com a participação do líder do movimento Negro em Pombal José Ribeiro frente à formalização da Associação Negra dos Pontões Daniel (ANPD) e o terceiro momento pelo reconhecimento de comunidade remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP), formalizada a entrega do documento de reconhecimento de descendente quilombola pela Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes (AACAD).

A construção do trabalho através deu-se relatos da história de vida dos residentes do quilombo e de pessoas próximas à comunidade, possibilitando o resgate e da identidade e a delimitação da comunidade, que se dispôs a participar ativamente da coleta de dados. Isso auxiliou não só na realização da pesquisa, mas de todo o processo de redescoberta da sua própria história, isto é, o resgate dos valores da comunidade enquanto formação familiar, tendo em vista que o autoreconhecimento contribui para o fortalecimento da identidade de grupos que muitas vezes são ágrafos e/ou não têm sua história reconhecida e nem registrada. O desenvolvimento da pesquisa contribuiu para fortalecer a identidade dos quilombolas no seu espaço-tempo, tomando como referência um lugar que constitui o seu território, onde há mais de 200 anos é ocupado para a manifestação da sua cultura. Essa construção e ou reconstrução da história da comunidade, revela que por meio da força e resistência, foi

possível para eles garantir a sua identidade e o seu território.

Como podemos perceber a Comunidade dos Daniel afirma sua identidade tomando por base a relação histórica que possui vínculo com sua terra ancestral. Dessa maneira a cada depoimento de história de vida e pesquisas de campo que realizamos, foi possível identificar o ser quilombola que está além das determinações jurídicas, mas que está associada à cultura do lugar do qual eles fazem parte e com o qual construíram seus vínculos. Essa cultura toma como referencia a manifestação das danças dramáticas presentes nos rituais religiosos da igreja católica, manifestados por meio do sincretismo religioso a exemplo do grupo folclórico dos negros dos pontões que afirmam sua identidade ancestral africana com maior ênfase durante os festejos da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

## REFERÊNCIAS:

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V. et al (Org.) **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro. Relume Dumará/Brasília: SEBRAE, 2004.

ALENCAR, Itália Clarice Zago de. **Uma Dezigner na Serra do Abreu: A identidade quilombola na produção artesanal**. Pós-graduação em gestão ambiental, IFPB Campus de Picuí, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/966/2/TCC%20%20Uma%20desiner%20na%20serra%20do%20abreu\\_compressed.pdf](https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/966/2/TCC%20%20Uma%20desiner%20na%20serra%20do%20abreu_compressed.pdf) Acesso em 19 de março de 2021.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União.1980.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Suely Cordeiro de. Rotas Atlânticas: O comércio de escravos entre Pernambuco e a Costa da Mina (c.1724–c.1752). **Revista de História**, v.37, 2018.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. **Quilombos – Geografia Africana, Cartografia, Étnica, Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.

ARAÚJO, Ana Graziela; BEZERRA, Alian Maria Ferreira. **Memorial fotográfico da cidade de Pombal-PB**, Pombal, 2014. Disponível em: <https://www.redem.org/wp-content/uploads/2014/06/memorial-escrito-1Cociencao1.pdf>. Acesso em 19 de março de 2021.

ARAÚJO, Jerdivan Nóbrega de. **Escravidados e escravizadores da Vila de Pombal da Parahyba do Norte: Batistérios, Óbitos, Inventários e Alforrias**. Itabuna, BA: Mondrongo, 2020.

ARRUTI, José Maurício Andion. Quilombos. In: ARAÚJO, Osmundo (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia/EDUFBA: 2008.

BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Org.). **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell, 2013.

BENJAMIN. Roberto. **Festa do Rosário de Pombal**. João Pessoa. Ed. Universitária, 1976.

BENTO, Maria Aparecida Silva, BEGHIN, Nathalie. **Juventude negra e exclusão radical**. IPEA, políticas sociais - acompanhamento e análise, 2005. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4583/1/bps\\_n.11\\_juventudeENSAIO4\\_Maria11.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4583/1/bps_n.11_juventudeENSAIO4_Maria11.pdf) Data de acesso: 28 de mar.2021

BOM MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.



BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988: atualizada até a emenda Constitucional nº91/2016, de 18/02/2016. Brasília: Senado, 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Data de cesso: 28 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): da Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, I. E. **A ressignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe: uma análise a partir dos processos de resistência**. 176f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9550?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9550?locale=pt_BR) Data de acesso: 19 de nov. de 2020.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIUZA NETO, José. **A vitória de Mandela**. Revista História Viva, ano IV, número 76, fev. 2010, p. 48-55.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50. ed. Global Editora. 2005.

FIGUEREDO, Mércia Maria da Silva. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário: Pombal – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) Universidade Estadual da Paraíba, 2014, Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8110/1/PDF%20-%20M%C3%A9rcia%20Maria%20da%20Silva%20Figueredo.pdf> Data de acesso: 29 de Dez.2020.

FORTES, Maria Ester. **Comunidades quilombolas na Paraíba**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 4, n.1, out.2015. Disponível em: [file:///C:/Users/CLAUD/Downloads/27579-Texto%20do%20artigo-59941-1-10-20160217%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/CLAUD/Downloads/27579-Texto%20do%20artigo-59941-1-10-20160217%20(2).pdf) Data de acesso: 05 de nov. de 2020.

FORTES e LUCCHESI, IN: BANAL e FORTES (ORG.). **Quilombos da Paraíba**: a realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. 312 p.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: Possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas e Imprensa Oficial, 2002. 143p.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Antropologia social. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1973.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1927.

JUNIOR, Francisco Sidney da Silva Monteiro. **Tradição na modernidade**: A performance da Banda Cabaçal Padre Cícero de Juazeiro do Norte-CE, Dissertação de Mestrado da UFPB, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8437> Data de acesso: 20 de Maio de 2021.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 4 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

MAIA, Kenia Soares. ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.2, p. 265 – 286, 2018.

MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes. **Território e Memória**: A construção da territorialidade étnica da comunidade quilombola Grilo, Paraíba. Dissertação do PPGG da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2142> Data de acesso: 01 de Jan. 2021.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: União, 1994 (Biblioteca Paraibana).

MELLO, Humberto. **Datas e notas da história do negro na Paraíba**. RIHGP, n.25, dez., p. 113-122, 1981.

MIRANDA JUNIOR, Robson F. de. **A história como “logos do outro”**: Michel de Certeau e a operação historiográfica. In: Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 29, v. 11, n. 2 (Jan./Abr. 2019). Disponível em: <file:///C:/Users/CLAUD/Downloads/12680-Texto%20do%20artigo-34334-1-10-20190606.pdf>. Data de acesso: 19 de dez. 2020.

MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba**: Terra, Trabalho e Território, Dissertação de Mestrado, UFPB, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5834/1/arquivototal.pdf> Data de acesso: 19 de

mar. de 2021.

MORAES, Ana Paula Cruz Pereira de. **Em busca da Liberdade**: Os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, 2009. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2538> Data de acesso: 29 de dez. 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. **Comunidade Talhado Um Grupo Étnico de Remanes-cência Quilombola**: Uma comunidade construída de fora? Dissertação de Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba, 2007, Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2142> Data de acesso: 01 de jan. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC- SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

NOVAIS, Jorge Reis. **A dignidade da pessoa humana**: dignidade e direitos fundamentais. Volume I. Coimbra: Almedina, 2021.

PACHECO, Lílian. **Pedagogia Griô – A reinvenção da roda da vida**. 2ª edição, Grãos de Luz e Griô, Lençóis (BA), 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Autêntica, 2013.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 75).

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. 6ª. ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

PISANI, Maria Augusta Justi. **Taipa**: Arquiteturas de Terra. Revista Sinergia, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-15, 2004. Disponível em: [https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/cefetarquiteturas\\_de\\_terra\\_no\\_brasil.pdf](https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/cefetarquiteturas_de_terra_no_brasil.pdf) Data de acesso: 19 de Maio de 2021.

PORTO, Waldice. **Paraíba em preto e branco**. João Pessoa: A União, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983.

ROBERTO, Maria do Bom Conselho Maximiano. **O quilombo do livramento**: Conhecendo e ressignificando sua história. Pós-graduação em Práticas pedagógica interdisciplinares, UEPB, 2014. Disponível em:

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5361/1/MARIA%20DO%20BOM%20CONSELHO%20MAXIMIANO%20ROBERTO.pdf> Data de acesso: 25 de mar.2021.

ROCHA, Solange Ferreira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O Velho Arraial de Piranhas (Pombal) no centenário da sua elevação a cidade**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, 1962.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUSA, Sônia Maria Batista de. **Jovens, cultura popular e consumo massificado: Um estudo sobre a Festa do Rosário de Pombal**. Dissertação em ciências da educação, LISBOA, 2009.

SILVA, Keila Queiroz e. **Famílias avoternais e outras faces do envelhecer**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

VIDAL, Ademar. **Três séculos de escravidão na Pahayba**. Estudos Afro-brasileiros. Recife: Massangana, p. 105-152, 1988. Edição fac-similar, 1934.

VIEIRA, Adriely Fernandes. **Enraizamento de diferentes posições do folíolo de *Zamioculca zamiifolia* Engl. sob o efeito de ácido indolbutírico**. Monografia da UFC- Fortaleza, 2015. Disponível em:  
[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36606/1/2015\\_tcc\\_afvieira.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36606/1/2015_tcc_afvieira.pdf) Data de acesso: 28 de mar.2021.

WANDERLEY, Helmara Giccelli Formiga. **Cotidiano, cultura e lazer em Pombal: Contradições do progresso (1927 – 1959)**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande - PB: 2009.

## APÊNDICES

### ***DEPOIMENTO DE FRANCISCO DANIEL RIBEIRO***

Hoje, dia 06 de novembro de 2019 precisamente dezessete e quarenta e seis, eu estou aqui com nosso amigo Chaguinha e ele vai falar um pouco sobre a sua vida e sobre o quilombo dos Danieis, primeiramente seu Chaguinha eu gostaria que o senhor se apresentasse, falasse o nome do senhor e a sua idade, tá, pronto FRANCISCO DANIEL RIBEIRO, nascido no dia 07 de fevereiro de 40 ai vou completar 80 anos em fevereiro, certo, certo, né assim, é isso mesmo, o senhor nasceu aqui em Pombal mesmo, eu nasci ali do outro lado do rio, é, vou dizer, vamos dizer assim o local, é Santo Antônio, Santo Antônio, ali estremando entre o Rio do Peixe e o Rio, o Rio do Peixe é o de lá, né, é, é o de lá e esse rio aqui que não, não, não tô (Piranhas) lembrando o nome né, é, é, esse rio aqui é, entre um e outro foi aonde eu nasci, né assim, isso, é, certeza, Pois bem. Então, no entendimento do Senhor o que são Quilombos? É, no meu entendimento, o Quilobitu era é aquele pessoal que existia vamos dizer assim né, naquele, naqueles setores que não existia, vamos dizer muita cobertura pra eles né assim, é, é o que eu posso, como é, como é, informar, como é assim, isso, é, certeza. E, o seguinte eu, o meu pai falava FRANCISCO DANIEL é era o meu pai, falava que a descendência da gente vieram, é Pernambuco, ou, ou, ou, como é, onde faz a cachaça, fazia ou faz, né, sim, a cachaça faz em Areias, não, mais aí na época não era Areias, não tinha, era, era, era Pernambuco, né, certo, isso, verdade. Aí papai fala que a indescendência dele partiu de lá, né, pois é, aí nós, eles vieram aqui pra Pombal e morando nesse Sítio Santo Antônio, Santo Antônio. Bonita a história, Badin, boa noite, boa noite, eu vou entrando, bonita a história, pois bem, ei de licença aí que eu tô conversando aqui com rapaz, viu, pronto. Aí, Seu Chaguinha, senhor, ei Geraldo fique aí pra você falar alguma coisa, eu não tenho o que falar não. Boa noite, boa noite desculpe alguma coisa. O Senhor, sabe o motivo do quilombo chamado dos Danieis a família do senhor. Se eu sei, se eu sei falar, sobre porque chamaram, chamaram o senhor dos Danieis, a família. A rapaz, eu, eu, só um minuto, eu não tô bem lembrado de onde começou a família dos Daniel, entendeu, não sei se foi, vamos dizer assim, pelos meus avôs, ou se foi pelo meu pai, eu não tô bem por dentro, né, né, certeza, mais se o senhor sube, já tive sabendo me forme ai pra mim. O senhor sabe a quanto tempo sabe mais o menos, precisar quando foi, que vocês, se nasceram aqui, viveram sempre aqui por Pombal mesmos, é vivemos sempre aqui a redor de Pombal, né, certo, é, moremos, vamos dizer no, no, nos sítios, né, depois que vieram pra rua, é depois foi que viemos pra rua, mais o menos na época de 60, foi que nós viemos pra rua, foi quando papai, de novo, dá licença, levantou uma casa de taipa lá no cruzeiro, entendeu, o cruzeiro é lá na Nova Vida? É, é, é quase Nova Vida, né porque, sim, é vamos dizer, é, é, naquele alto, pronto, vizinha a CAGEPA, a CAGEPA, vizinha a CAGEPA, porque tem um cruzeiro lá, né aí deram o nome de cruzeiro, aí daquele cruzeiro pra traz um pouquinho unas vinte braças, vamos dizer assim, ai papai, é, aforou um pedaço de chão lá, aí a gente cortou a madeira lá no Santo Antônio mesmo, e viemos trazendo, como é, em animal e coisa até que levantemos uma casa de taipa, e não foi nenhuma como foi duas, uma de papai e outra pra minhas tias, no sabe, sei, tudo pertinho, é, pois é, aí foi que a gente viemos, viemos aqui pra dentro da rua. E assim sobre minha vida, eu já trabalhei demais em tudo, entendeu, até na agricultura, eu trabalhei até o ano passado, de vigia pela Prefeitura trabalhei trinta e dois anos, entendeu, é, entendi, é, é, a pois é, e, e a vida da gente é assim mesmo, né, isso, até, até esse ano passado, eu, vamos dizer assim, em cinquenta e um eu, eu tomei conta de um pedacinho de terra, ali do outro lado do rio, e era de Joaquim Cândido, era dos Filemon, vamos dizer, era não, é, é dos Filemon, e trabalhei até esse ano passado lá, cheguei criar umas trintas reis mais o terreno era pequeno, aí minha mule, a segunda, a terceira, né, adoeceu, aí tem, tinha duas filhas em Campina, e, e, em São Paulo, aí, aí as daqui que ela tinha seis filhas, né, mais pera aí, a primeira foi aquela, depois, depois dela a finada Maria, depois da finada

Maria, é Dona Graça que foi essa que faleceu em São Paulo, sabe, daí mais, na época eu tinha esse gadinho, vendi era uma doença que no incurável, pode dizer, porque, né CA, é uma doença que é incurável, né assim, sim, é, ainda bem que um moi de gado, fiz empréstimo, mandando pra lá que tem duas filhas mora lá, lá em São Paulo, e as outras daqui avisaram pra lá, era pra ela ir pra João Pessoa, Veríssimo botou, mais tava cheio, tava esperando uma vaga, aí as duas filhas de lá, não nós vamos buscar mãe pra qui, tal e tal levaram pra pra São Paulo ainda mandei uns vinte mil reais e terminou falecendo que eu não pude nem ver mais, né assim, é, pois é, e a vida da gente é assim, né meu irmão, é isso daí, com certeza, pois bem, pois bem, eu gradeço muito as palavras que a gente teve.

### ***DEPOIMENTO DE MARIA DO SOCORRO MONTE RIBEIRO***

Pronto, eu sou MARIA DO SOCORRO MONTE RIBEIRO, nossa família é descendente de africanos, né assim, meu avô paterno, ele veio, pra qui pra Pombal, ele veio de Pernambuco, eu sei que eles falaram que vinham de cavalos, e, de lá pra cá vinha de jumenta, jumento com, comboios nera, que eles vinham comboios, venham de jumentos, venham de Pernambuco pra Pombal, vinham pra feiras livres, por Campina Grande, eles fazia as feiras de Campina Grande, eles vinham com cana-de-açúcar, também trazia farinha, fazia farinha também era casa de farinha eles trabalhavam, aí meu avô veio pra cá, eu sei que minha vó, agora da minha vó não tenho lembrança, mais não tenho lembrança da minha vó que foi aqui mesmo, eu sei que a família do meu vô que era da mãe de pai, do Catolé daquelas banda ali, e, mais meu avô veio de lá, eu sei que minha bisa tataravó era cabocla braba foi pega na mata. Mais lá no Pernam- buco eles trabalhavam, vieram em comboios, não tinha carro, não tinha nada ou a pé ou a ca- valos, eles viam, né, trabalhar no canavial, na casa de farinha. E minha infância, foi muito boa, assim, como criança, trabalhei, ajudei meu pai trabalhar, acaso a apanhar feijão, ia pra roça, lembro que uma vez eu comi farinha quente adormeci e desmaiei no meio da carroça e, aí comecei a estudar, trabalhando nas casas, morei em casa de taipa, comecei trabalhar nas casas de família, a primeira casa que vim trabalhar aqui em Pombal foi na casa de Dona Osa Rodrigues tia de Dr. Jandirson, aí ela era minha professora no São Vicente aí foi trabalhar na casa dela, terminei o ensino fundamental no São Vicente de Paula o antigo São Vicente de Paula, aí conclui o ensino médio, no Josué Bezerra fiz o pedagógico, fiz até o quarto os estudos adicionais, é, minha área de Comunicação e Expressão, trabalhei nas casas fico muito orgulhosa, trabalhei, mim orgulho da minha vida, tem gente que trabalha nas casas não porque, meu irmão, trabalhei, graças Deus, era muito bem recebida nas casas, trabalhei nas casas, nas casas de família, terminei meus estudos trabalhando, e fiz pedagógico, também fiz, fiz depois científico, era o científico antigo no Estadual, Estadual hoje Arruda Câmara, né, que na época o diretor era Professor Arlindo Ugulino, e tenho um curso de professora, que eu sou formada, tenho a plena, tenho o curso de professora, tenho trinta e dois anos de estado, sou concursada, mais trabalhei muito lavando roupa mesmo sendo professora, hoje tem foto mi- nha em Brasília, que Inez era do Sindicato e mandou fotos que era através, pra vez se conse- guia aumento, né, dos professores teve menino que pegou com trouxa na cabeça, mais você professora lavando roupa, lavo, lavo roupa com orgulho que não é desonra trabalhar, trabalhei muito. Morei em casa de taipa, muito e muito boa, as casas de taipa lá no cruzeiro que é hoje não é mais rua do cruzeiro é bairro Petrópolis mais tinha a casa do meu avô, tinha a casa compadre Lafaete era a mesma da ponta a primeira do pé do cruzeiro a de compadre Lafaete, tinha a de Anália, Tuca, agente fazia, tinha de Anália que chamava Anália do povo de Solta aí vinha, tinha do meu avô, tinha das minhas tias que era cunhada do meu avô, aí de tio Duda, que era filho do meu avô, aí vinha o pessoal de Chico Romão, aí chegava na casa de tio Elias, na casa de tio Daniel, meus primos, meu tio, meu sogro, aí a casa de mãe, a de Dona Maria etinha a casa de seu Fubica que não era, assim já fez uma parte na frente mais a

de comadre Helena em frente a de mãe também que era de taipa, aí tinha a de Dona Mari, de Dona Otília, aí tinha de Maria de Cessa a parte de traz era e fez a de frente a de Dona Onorina tudo era de barro, casinha de taipa, viviam tranquilo, muito feliz, as crianças brincavam a vontade meninas com meninos não tinha nenhuma censura, hoje em dia as crianças não pode brincar né, porque já tem o medo dá, preconceito, tem o preconceito, além do preconceito hoje em dia qualquer coisa já dá uma, uma forma de ir para o Conselho Tutelar, porque a mãe deixa as crianças brincando com menino, com menino, na nossa época não tinha, as crianças eram inocentes, sempre, até doze, treze anos e quatorze anos era, brincava aquele monte de moçotinha, rapazinho correndo de uma rua pra outra, brincava de pega-pega, de roubar bandeira, saia brincando com meninos e meninas com aqueles pneus de bicicleta veia, pneu de carro, fazia com aquelas latas, saia como, fazendo como sapato, brincava de bila, brincava de bola, não tinha essa censura, hoje em dia tudo hoje tem, já tem esse problema dos, até dos pais, né, abusar das criança, antigamente não tinha isso, a gente brincava a vontade, era muito mudado. Meu pai era agricultor, trabalhava também fazendo telha, batia tijolo, aqui no outro lado do rio, no sítio da outra banda, depois ele foi guarda noturno no tempo de Hildo Arnaud, minha mãe lavadeira de roupa, trabalhava também nas casas, a minha vida foi boa, nossa infância foi boa, as, as era primo com primo brincava, as casas de taipa era uma beleza, era bom demais, na Festa do Rosário há meu Deus, enchia as casas da gente, quando vinha as famílias que vinha do sítio, da zona rural, era os sítios, antigamente agente chamava sítios porque zona rural foi se modificando, era zona rural mais antigamente não falava zona rural, vinha dos sítio tinha uma tia minha que vinha de Sousa, ainda hoje ela não veio esse ano porque devido a pandemia como só teve o Rosário, mais meus primos ainda vieram as casas da gente enchia. Não tinha água encanada, agente botava a água do rio na cabeça, de jumento, com ancoretas, trocava aquele monte de gente com latas d'águas na cabeça do rio, não tinha água encanada, quando água encanada veio aparecer aqui em Pombal foi em 1970, 72, que 67, 68 agente era pequeno, tava fazendo a encanação da CAGEPA, e quando apareceu a primeira televisão que foi lá para repetidora botaram uma televisão na repetidora, eita menino a procissão de gente assistindo as coisas lá em cima.

### ***DEPOIMENTO DE SEBASTIÃO DA SILVA RIBEIRO***

Pronto, eu sou SEBASTIÃO, meu nome é SEBASTIÃO DA SILVA RIBEIRO, sou filho do senhor já falecido Elias Francisco Ribeiro, que por mais de cinquenta anos foi tocador dos Pontões do fole de oito baixo, um homem que tem uma trajetória muito grande nesse, nessa cultura, que já dizia ele que o pai dele também tinha sido tocador dos Pontões e tocador e dançador, isso, depois dos, de, 1977 ele mim convida a fazer parte dos Pontões e eu fui e até hoje faço parte desse grupo folclore chamado Pontões, e além disso, além de mim também dois filhos meus chegaram a fazer parte dos Pontões como dançador todos dois e depois um deles o mais velho chegou aprender ainda a tocar fole, mais logo com pouco tempo deixou. Mais eu ainda continuo, graças a Deus ainda tem um primo meu, seu Chico, também é tocador, ficou tocando no lugar dele, tenho, tenho um subri, e agente vai até, esse ano foi um ano difícil né, devido a pandemia que agente teve, mais só Deus é que sabe como é as coisas. É, exato, meu pai seu Elias nasceu no sítio Águas Belas, na época município de Pombal, hoje pertence a São Domingos, mais logo se dirigiu para Zona Rural, morou no Madrugá, mais 1946 veio morar aqui na cidade, casado com sua prima legítima que era minha mãe Dona Izaura e aqui tiveram, ouve oito filhos do qual criou cinco, três morreram e deixou. Meu pai faleceu no dia 27 de outubro de 2009, vai fazer nove anos de ele morreu e é isso só deixou muita saudade. Certo. Acho que isso ajuda muito. Ajuda.

### **DEPOIMENTO DE EDMILSON EVARISTO NERE**

Eu me chamo EDMILSON EVARISTO NERE, sou vigilante aposentado, já lancei livro como por exemplo, o livro, é com 3.500 (três mil e quinhentos) versos sobre a Festa do Rosário que tem como título FESTA DO ROSÁRIO, TRADIÇÃO E FÉ, é, trabalhei em diversos programas de emissora de rádio, já lancei DVD sobre a Festa do Rosário como por exemplo: é, a FESTA DO ROSÁRIO E SUA BACIA FOLCLÓRICA. Sou filho de agricultor, o nome do meu pai LUIZ VICENTE DE OLIVEIRA, minha mãe era cozinheira MARIA DE LOURDES NERE, meus pais nunca foram integrantes de grupo Quilombola e nunca foram integrantes de nenhum grupo folclórico da cidade de Pombal. Eu desde criança, acompanho o folclórico de Pombal acompanho a Festa do Rosário de Pombal, a minha mãe trazia-me a Festa do Rosário trouxe-me a Festa do Rosário antes de completar um 1 ano de idade do nos braços e a partir de então eu passei a amar a Festa do Rosária da cidade de Pombal e consequentemente aproximei-me da Irmandade do Rosário não querendo ser um integrante e sim ter conhecimento da Irmandade do Rosário e mais ainda dos Grupos Folclóricos a exemplo do Reisado quando este é, realizavam seus ensaio é, lá no bairro Jardim Rogério na, na parte anterior ao Cacete Armado conforme assim é chamado, e numa escola que hoje essa escola foi demolida, era a escola conhecida por, Ginásio Diocesano de Pombal, hoje se encontra o, ou a Escola Monsenhor Vicente Freitas, conhecida por Polivalente e observando os trabalhos do Reisado e posteriormente muita gente falando da história de Pombal, e eu querendo saber da história de Pombal passei a buscar resposta no Velho Arraial de Piranhas, éé..., vídeo, éé..., retratos, jornais, e retratos eles não dar muitas resposta favoráveis, então conforme eu já disse, meu pai e minha mãe não fazia parte de nenhum grupo desse, daí no ano 2000 (dois mil) fui convidado por JOÃO RAIMUNDOS DOS SANTOS, é o rei da Irmandade do Rosário conhecido por JOÃO COREMAS, pra fazer parte da, pra é, é assistir uma das reuniões da Irmandade do Rosário isso aconteceu no primeiro domingo de janeiro do ano 2000, e, e neste momento eles mim passaram toda documentação, eu xerografei e logo me convidaram pra ser integrante e eu sem querer, sem coragem de dizer não acabei aceitando e sou integrante da Irmandade do Rosário até o presente momento, logo tornei-me também um defensor da cultura e da história de nossa cidade embora sabendo não ser eu a pessoa mais indicado, haja vista que eu não tenho curso Superior, tenho ensino Médio não estudei tanto quanto gostaria de estuda, até porque meus pais eram semianalfabeto, e quem pagava estudo pra mim era as minhas tias, e estas é sempre dizia que não precisava estudar demais, quando eu via-me, é via a necessidade disso, então distanciando-me das escolas passei a mim interessar pela ar., pela arte, pela cultura, pela poesia, é tanto que eu escrevo versos, já escrevi, já participei de Festival de música, como por exemplo o FORRÓ FEST, participei 18 anos, o FEST, FEST CAN, o Festival de Música da cidade de Catolé do Rocha duas edições, as três edições do Festival de música pombalense, o FEMPOP participei, Festival de Poesia Augusto dos Anjos, é, participei algumas edições, fui classificada em todas elas, sou campeão do folclore Pombalense quando no Governo Maranhão, se eu não me engano em 2009, né, juntamente com os demais grupos de nossa cidade, sou Tri Campeão de dança de Quadrilha da cidade de Pombal, né, também tornei-me um gritador, trabalhei em dança de Quadrilha 30 (trinta) anos em nossa cidade. E o folclore de Pombalense é isso, o fol., temos oo..., os Pontões, os Congos, o Reisado e a Irmandade do Rosário, que queira que não a Irmandade do Rosário é um grupo folclórico, não é um grupo folclórico dançante, mas é um grupo folclórico, até porque para que você reconheça um grupo folclórico você só precisa reunir quatro características que são: é, tradição, anonimato, aceitação coletiva e expressão oral e tudo isso nós temos na Irmandade do Rosário, com a, a, a Irmandade do Rosário esta, é não temos, com exatidão quando esta Confraria foi fundada, porque, porque para que tivéssemos um conhecimento maior seria necessário que tivéssemos uma ata de fundação quando não temos, o que temos é uma Lei que foi, sancionada no dia 10 de novembro de



1888, é aprovada pela Assembleia Provincial da Paraíba, hoje Assembleia Legislativa, e sancionada pelo Presidente Francisco Correia de Oliveira, né, bem que podia ser meu primo né, porque eu sou da família Oliveira, e, e sancionou a Lei de, de nº é, é 858, essa Lei ela é inerente ao compromisso da Irmandade do Rosário, compromisso esse que nós o chamamos de ESTATUTO, e nele diz que os trabalhos da Irmandade do Rosário, é,é..., a Irmandade tava inserida, a, a autorizada a inserir os seus trabalhos na Igreja Matriz, hoje Igreja do Rosário, até sobre o auspício da mesma, ela construiu uma nova igreja, quando a sociedade pombalense se reuniu e construiu a Igreja nova, então isso aconteceu que a Igreja Católica nos acolheu através do bispo de Olinda Dom é, é, Dom João Esberard no dia 18 de julho de 1895 e logo nos entregou um compromisso, o ESTATUTO, o ESTATUTO este que foi discutido mais tarde com algumas discordância, porém a Igreja Católica nos acolheu nesta data, e agente passou a inserir nossos trabalhos na Igreja Matriz, hoje Igreja do Rosário pra, com intuito de realizar a Festa do Rosário, ou seja, uma dia de perdura a encíclica Virgem do Rosário, entanto, entanto que na Lei, na Lei 858 tem no, no artigo 17º que diz o seguinte: que a Irmandade do Rosário se reuni no 2º Domingo de agosto pra, é tratar dos assuntos, é da Festa da Senhora do Rosário, e que festa é essa? E quem é essa Senhora? Nossa Senhora do Rosário, quando alguns estudiosos e alguns historiadores dizem que a Festa não é a Festa de Nossa Senhora do Rosário e sim a Festa do Rosário, quando também temos outro artigo que é o artigo 2º da referida Lei, da Lei 858 que diz: é, é, o 2º artigo diz o seguinte: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é composta né, a é, é por pessoas: pardas, pretas, etc., etc. é, é, para render culto a mesma Senhora, ora, se no início do artigo diz que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em sua metade diz pra render culta a mesma Senhora, significa dizer que a Festa do Rosário de Pombal é pra render culto, homenagem a Nossa Senhora do Rosário, quando alguns historiadores, escritores se baseia no artigo 1º, quando o artigo 1º diz o seguinte: fica aprovado o compromisso da Irmandade do Rosário, ereta na Igreja Matriz do Pombal, apesar é, de ter o nome, éé... Irmandade do Rosário, não significa dizer que a Irmandade seja a Irmandade do Rosário, até porque quando diz assim, fica provado o compromisso da Irmandade do Rosário dar o em entender que é correto esse meu pensamento que não estar confirmando o nome da Confraria e sim dizendo que foi aprovado o compromisso da referida Irmandade, quando justifica no 2º artigo que é de Nossa Senhora do Rosário e confirma mais ainda no 17º artigo. Então, a Irmandade do Rosário, uma vez aceita pela Igreja Católica, ela precisou de grupos folclóricos, pra poder organizar festa e buscamos esse apoio, éé... já a partir de Manoel Cachoeira que diz que foi o seu fundador né, éé..., nos grupos Pontões, né, os Grupos Pon., Pontões que nos deixou, nos dar a, uma, uma alegria imensa, não só por sua coreografia em suas vestes, em seus maracás diferentes dos grupos de outras cidade, mais eles estão presentes cultural muito grande que é a feliz junção de dois grupos éé... Rufinos e Danieis, grupos esse que alguns anos atrás era foram transformados em Quilombos, são Quilombolas graças a Deus são reconhecidos, então essa feliz junção dos Quilombolas, Rufinos e Danieis resultou nos Pontões, pouco a seguinte veio os grupos, Grupo Congos que de acordo com oralidade, os Congos foi fundado em 1899 por conseguinte através da oralidade também descobrir que o Reisado chegou a Pombal com a ideia trazida de São Luiz do Maranhão por dois Pombalenses, de apelido de Chico Grande e China, não sei o nome destes cidadãos, em 1935, e que a Igreja Católica acolheu o Reisado em 1959, voltando aos Pontões, Pontões ele vem de espontões, espontões é uma arma da idade média, que era usada pelo Exército de, de infantaria e o seu oficial principal, o seu capitão, o chefe do Exército usava essa lança, né, a frente do, do Exército, é uma lança que tinha uma vara com mais de 2 metros de comprimento e sua extremidade uma lança metálica e essa lança era chamada de espontões, por conseguinte essa lança foi compactada a vara, foi reduzida pela metade, a menos de 2 metros e, e também com nome espontões foi levada a dança folclórica, e que passou a ser chamada de espontões. Em Pombal, em Pombal, teve uma mudança

radical, uma mudança maravilhosa, uma mudança riquíssima, que essa vara da cidade Pombal, dela foi subtraída a lança, em seu lugar foi colocado o maracá, maracá que é uma ideia dos nativos, uma ideia dos indígenas, o maracá que antigamente ele era feito com coco ou então com mamão ou outras frutas, e que posteriormente passou a ser trabalhado com crânios de animais, como por exemplo, crânio de, de, de macaco, agora voltando a Pombal e com relação a Pombal, esta lança foi subtraída da vara e em seu lugar foi colocado um maraca, maraca este que foi fabricado e passaram a trabalhar com metais, e no interior desse metais colocado pedras, e posteriormente passaram a fabricá-los com esfera e ultimamente tem sido fabricado com chumbo, né, então o maracá, ele (cherve) serve para acompanhar o ritmo da banda cabaçal, e nós, é nos inserimos, é em procissão, ou seja, a Irmandade juntamente com a população pombalense se reuni em procissão pra render homenagem a Nossa Senhora do Rosário e os Pontões passou ser o Exército de Maria quando na Festa do Rosário do Pombal dividido em duas alas, sendo uma ala vermelha e uma ala é azul ao centro temos o capitão, né, o capitão é aquele que comanda com o apito, quando ele apita esse grupo muda de lugar, muda provavelmente a sua coreografia, determina o final de uma música ou inicia ou início de outra música. É, é acompanhando os Pontões conforme já disse tem uma banda cabaçal, essa banda a princípio era constituído por pífano e cabaça que posteriormente essa ela ganhou o bumba conhecida por posteriormente chamado de zabumba e esse zabumba nós o temos até hoje, e com chegada do zabumba veio a caixa, que é parecida com o zabumba todos nós que sabemos é, que são instrumentos de percussão, e o pífano, o pífano, é, é... posteriormente recebeu o apoio do fole, e que posteriormente recebeu o apoio da sanfona conhecida hoje por acordeom quando o forte em nosso grupo folclórico é fole, fole de oito baixo e o pífano, e eles danças com essas lanças, é, lança chamada, lanças maracas, essas, essas lanças elas são enfeitadas com muitas fitas, essas fitas determina, são cheias de cores, são várias cores multicolor, o que significa essas fit., essas fitas, as algumas delas eu posso citar, o amarelo, o ouro, o ouro roubado; o vermelho sangue derramado; o preto o luto; o branco a paz; o azul o imenso céu e o manto de Maria. Quando um componente passa, balança maracas suas fitas sobre a cabeça da sociedade que está a lhes ver dançar, a frente da igreja, é significa que está saudando aquela pessoa, quando este mesmo componente passa a fita e tira o chapéu, virando o chapéu, ele está saudando e automaticamente tá pedindo a sua contribuição, e, a, a, a... importância dos grupos folclóricos da nossa cidade, é um respeito a cultura, é uma resistência ao negro, é uma forma de unir a sociedade, índio, brancos e negros, é uma forma de dizer assim, nós queremos que a nossa cultura seja respeitada conforme a sua originalidade, e que nos dias de hoje a gente tem dificuldade para mantê-la, pois não temos nenhuma lei no município que venha defendê-la, apenas temos na Lei Orgânica se eu não me engano no artigo 85, um apoio a cultura, ou seja, quando fala em apoio a cultura isso é muito vago, falta uma Lei que venha defender os grupos, a princípio uma Lei, que nos der uma determinada quantia para que a gente pague tudo aquilo que nós precisamos, até porque a maioria vem de, de, da zona rural, um pessoal pobre que não tem condições de nada, pra servir o que pede a sociedade faz-se necessário que um componente deixe de trabalhar, saia da zona rural por volta das quinze, dezesseis horas pra servir a noite e muitas vezes volta para sua residência sem ter um pingão de alimento, e que nos pede em Pombal, é, é, é... é como se dissesse assim, estamos precisando do seu trabalho pra ontem, ou seja, o grupo tem que tá com a roupa engomada, lavada, engomada, com tudo prontinho, todos os componentes, quando não é fácil, você tem que encontrar... entrar em contato com essas pessoas, quando muitas vezes as pessoas ou não tem telefone ou não tem crédito e, outra coisa importante, os grupos folclóricos juntamente com a Irmandade do Rosário, que a Irmandade tenham esse papel principal, é de unir a sociedade em torno de Maria, em torno da Festa do Rosário, e dessa forma a gente render o homenagem a Nossa Senhora do Rosário, conseqüentemente é isso beneficia o comércio, até porque quando principiou a Festa do Rosário em Pombal, o que tivemos? Tivemos, éé... a procis-

são, uma procissão, temos a barraca azul e a barraca vermelha, e nela tava existindo uma competição pra ver quem arrecadava mais com o intuito de favorecer a igreja financeiramente, e, conse... e posteriormente, é,é... os parques de diversões tomaram conhecimento disso, depois passaram a inserir os seus trabalhos na Festa do Rosário, com abraçando a nossa riqueza cultural, e,e... isso fez com que o comércio se preparasse pra isso, é tanto que o comércio de Pombal em se tratando de salão de beleza, é, loja de confecção, loja de calçado, loja de tecido vende mais no, no mês de setembro que é o mês que vizinha a Festa do Rosário, da cidade de Pombal, então, a Festa do Rosário de Pombal, não é apenas uma festa para que prestemos homenagem a Nossa Senhora do Rosário, é uma, é uma festa em plena qual a gente vive a nossa liberdade cultural, quanto na maioria dos componentes não entende, não entende, que estamos ali também defendendo a nossa cultura, e, e, estamos com isso, pisando firme nesse chão, é dizendo que nós somos um povo livre, já que nós tivemos a sorte de 13 de, de maio de 1888, a Princesa Isabel, é,é, abolia a escravidão no Brasil, nós somos um povo livre, nós somos um povo independente, então queremos pisar firme nesse chão, com a nossa cultura, defendendo em todos os becos e arrastas da cidade de Pombal, Paraíba. Hoje a Festa do Rosário é rica, culturalmente, hoje a Festa do Rosário beneficia o comércio de Pombal, embora sabendo que alguns jovens chegam com intuito de mudá-la, eu discordo, a gente tem que preservar a nossa originalidade, e que a mudança aconteça conforme já tem acontecido, está acontecendo que seja de forma gradativa. Então falando da família dos Danieis, voltando a família dos Danieis, os Danieis é, eles tem uma riqueza muito grande, pois eles, a maioria dos Danieis mora na Rua Argemiro Liberato, é uma rua estreita, situada no bairro de Nova Vida, lá, a família do Daniel tem: pescador, caçador, lavadeira, né, engomadeira, tem poeta, tem estudiosos, gente que tem curso superior, pedreiro, servente de pedreiro, tem músicos, que meu primo Ivo Geraldo é músico e outros músicos, é um bairro riquíssimo culturalmente, e que a maioria dos seus com., dos, dos componentes dos Pontões é, é são integrante é da família Daniel e lá no Bairro de Nova Vida, como também, é,é... a Irmandade do Rosário não é um grupo formado apenas com Danieis, é um grupo formado com pessoas negras da sociedade pombalense, sendo principiada com gente da zona rural, assim também foi os grupos folclóricos da cidade Pombal, então nós temos essa riqueza muito grande, é Pontões, Congos, Reisados, Irmandade do Rosário e Festa do Rosário que nós uni, nos, no, no... nos uni e faz com que a gente transforme o centro de Pombal, o centro histórico de Pombal na maior bacia folclórica do Sertão Paraibano, centro este que, eu costumo dizer que é o quadrado do Bonsucesso, quadrado do Bonsucesso porque muita gente não sabe mais eu posso explicar, quadrado do Bonsucesso porque foi construída a igreja em mil em principiou a construção da igreja com o contrato firmado em Cartório por Simão Barbosa Moreira e o presidente é, dá, Irmandade do Bonsucesso José Diniz Maciel no dia 24 de fevereiro de 1721 pra construir a igreja no intervalo de três anos por um valor de seis..., seiscentos cinquenta mil réis a ser pago em três parcelas, então como a Igreja foi construída em 1721, é muitas residências foi construída em sua volta de um formato de um quadrado, o que significa esse quadrado, significa esse quadrado que o, os cangaceiros invadiam as cidade, então quando os cangaceiro invadia as cidade o que é que acontecia, as, as casas principais que estava no centro, ali em volta da igreja nesse quadrado, um, um morado su...regressava na igreja, subia na torre da, da sineira, tocava o sino, alertando a sociedade que os cangaceiros estavam chegando, então o que faria, que fazia essa sociedade, ficava todos armados de faca, foice, é peixeira, cacete, espingarda, com as portas entre aberta, caso esses cangaceiros invadissem eles dariam um jeito de abafar esses cangaceiros, então Pombal é isso e muito mais, e os Danieis tem dado força uma riqueza lindíssima para a cultura de Pombal, com principalmente com os grupos Pontões e integrante também da Irmandade do Rosário, como por exemplo a mais ou menos uns seis meses atrás faleceu é um componente do, da Irmandade do Rosário com o nome de José Faustino, conhecido por Duda e que era da família

dos Danieis, então eu como integrante da Irmandade do Rosário muito me honra saber que na cultura de Pombal tem um abraço cultural da família Daniel do Bairro de Nova Vida tanto na Irmandade quanto no grupo folclórico Pontões e especialmente no coração da Festa do Rosário alusiva a Nossa Senhora do Rosário.

### ***DEPOIMENTO DE FRANCISCO RIBEIRO NETO***

Meu nome é FRANCISCO RIBEIRO NETO, conhecido por seu Chico, né, aí então eu comecei ajudar tio Elias nos anos 90 mais ou menos , então quando foi em 2011 ele faleceu aí eu dei continuidade, né, até hoje to tocando lá com a turma, tocando, né, já dois anos que não ouve praticamente não ouve a Festa do Rosário, esse ano passado e esse ano parece que não vai haver novamente, né, mais logo que termine esse problema e continue, nós tamos lá de novo, se Deus, né, butando a negrada pra pular. é isso aí. E eu tenho, é 73 anos completo, 73, aí o que eu posso informar é isso aí, né, que eu ajudava ele e com a morte dele tô dando continuidade, é o que mais, você, onde você nasceu, eu nasci no Sítio Mundo Novo, município de Pombal, né, é aqui na cidade mesmo.

### ***DEPOIMENTO DE JOSÉ RIBEIRO DA SILVA***

Eu mim chamo JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, é..., sou da região do Catolezinho, eu sou afro descendente, tenho histórias e raízes forte com o povo negro da minha cidade, principalmente os Daniel e os Rufino que tem ligações fortíssimas a partir da nossa família e, e... o fato também de ter tido uma mistura nessa relação, sou acompanhado aqui, pela Entidade CEMAR desde 77, 78, quando iniciou o primeiro trabalho, o embrião, com a saudosa professora Margarida Pereira da Silva, uma mulher negra que saiu da zona rural, e que conseguiu ter um, um, uma sessão, um, um na cidade, no ponto de vista social, né, e principalmente por ser uma entidade, uma creche, que atendia crianças oriundas da, das periferias, oriunda de pais e mães, filhos e filhas de mulheres negras. Eu tenho quatro irmãos, é..., sou filho de uma mãe que é, ficou viúva, muito cedo, também uma nega, com mistura de indígena, a minha família tem um pouco disso, eu, ao sair da creche com 7 anos ingressei no Clube do Menor Trabalhador na época que chamava termologia, e hoje é Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva denominado CEMAR, e desde de criança que a gente já discutia a questão do preconceito, a questão do racismo, a questão racial, e aquilo foi me deixando inquieto, ao mesmo tempo, foi mim dando instrumento de aprendizado pra fazer a auto defesa sobre a questão da raça negra, da questão da etnia, da nossa questão do povo negro. E,e... ao entrar no ensino funda- mento, sofri por várias vezes preconceito, só que eu já combatia o preconceito, e inicie um trabalho na escola, né, de conscientização, dia do regue, o dia da consciência negra, fiz simbo- logia de zumbi dos palmares mais isso tudo, mediante o trabalho que Margarida já vinha fazendo relacionado a questão do preconceito, a questão da, da..., a questão ético racial. É, aos 16 anos e 17 anos nós criamos em Pombal o movimento negro, o movimento negro raízes de Pombal, mais anterior isso, anterior a isso, nós já tínhamos incentivos e apoiávamos já o tra- balho com o povo negro, com o movimento negro, com a temática da negritude, né, a juven- tude negra e também com a pastoral negra do Esta., da Diocese de Cajazeiras onde tivemos vários momentos de, de, encontro, de discursões sobre a questão do racismo no Brasil, de lá pra cá, é, é ao fundar o movimento negro, ao fundar um grupo de pessoas que discutia essa temática racial, né, tanto nos rádios, como fazia peças teatrais, como espaço de discursões, inclusive em noventa e... cinco levamos para Belo

Horizonte um espetáculo nosso, que cham... denominava LAMENTO NEGRO que falava um pouco é... deste sistema escravocrata que ainda persiste de forma camuflada, né, onde o mercado de trabalho não ocupa números de pessoas negra, onde a, o genocídio da juventude negra acontecia, onde as palafitas a maioria do povo que morava era negro, onde o extermínio que acontecia, né, assim como o genocídio que é algo que tudo semelhante, e a gente já fazia aquele debate em 95, 96, e além disso, a valorização da cultura negra, dos grupos dos Pontos, dos grupo do Reisado, os Congo, e das atividades que era feita, realizamos em dois mil, é em mil novecentos e noventa e cinco uma caminhada em favor de Zumbis dos Palmares, onde juntamos os Pontões, os Daniel, a família Daniel, a entidade CEMAR e o movimento negro Raízes de Pombal para fazer uma manifestação em favor da comunidade negra, da valorização da cultura negra, fizemos uma amostra no centro de Pombal, essa amostra por sua vez trazia um pouco a culinária desse movimento negro, desse povo negro, em 95 fizemos isso em Pombal. Então Pombal, é... a sua manifestação cultural só acontecia em período da Festa do Rosário que é festa da Padroeira, onde os negros fazia suas manifestações, mais não havia uma discursão sobre a questão do papel e da consciência negra nesse sentido, foi a partir de Margarida, a partir do trabalho do CEMAR, que iniciou esse processo de discursão em Pombal, e que em 95 ainda também participamos da marcha Zumbis dos Palmares, 300 anos de Zumbis dos Palmares, estive em Brasília representando a Paraíba, representando o meu município, pelo fato de já tá interligado nessa luta e já fazer uma auto defesa desse movimento, e de lá pra cá houve todo uma sequência, de atividade, de ações, de luta pela o, pela a... pro elaboração do estatuto da igualdade racial, a questão da luta pelas cotas, então tiam todo o movimento nosso já, em defesa dessa, das minorias, porque as minorias ela se encaixa lá com as classes que são o povo negro, a população, negra, a população, é mulheres e já fazemos esse trabalho, é, obvio, que isso teve todo um processo de discursão, né, é... de emancipação, de conhecimento, perdemos alguns companheiros nessa luta, mais outros se envolveram, outros começaram ter uma consciência diferente sobre o trabalho do CEMAR, sobre a professora Margarida, sobre a personalidade de Margarida como uma... pessoa de influência, de cor negra com destaque internacional, com destaque aqui no município isso referendava outros negros a tomarem também posições, atarem clareza, de que, de que ele tiam importância e tiam valor. E todo esse processo veio culminar em 2011, onde nós começamos a fazer um trabalho de reconhecimento dos três grupos que nós identificamos, que nós já trab. fazemos um trabalho, né, um trabalho de base, trabalho de encontro, jovens de campo/cidade, atividades de educação, atividades cultural, atividade sobre etnia, atividade sobre o artesanato que existia, e conseguimos em 2011 buscar a certificação, claro, junto com a própria comunidade fazendo a consulta a,a... e reunindo o povo que tava separado, desagregado ou estava desagregado pra poder se juntar e a gente é perguntar se eles auto declarava remanescente Quilombola e aí a gente tinha feito, claro, um trabalho anterior a isso e eles se identificaram, e eles se referendaram. Participamos da 1ª Conferência Nacional de Igualdade Racial, é claro que houve o reconhecimento das três comunidades e isso aí deu uma importância e uma valorização pra os mesmo que hoje tem autonomia, tem é... articulação, faz um trabalho político social, eles mesmo auto gerencia, eles mesmo buscam o seus espaço, eles tem os arranjo produtivos, e eles tem uma capacidade de dizer que eles tem uma existência, e que eles não concordam e não aceitam mais o preconceito. E...claro, claro a todo esse movimento a gente também em outro momento participamos da Conferencia Municipal de Igualdade Racial, puxamos isso, criamos um Decreto Municipal no dia 20 de novembro, é o dia, na semana que discuti bastante a questão da Educação, e colocar na grade curricular a Lei 10.639, né, que se inclui a questão do ensino da África na grade curricular, e isso é algo muito importante, uma luta nossa, é, conseguimos criar esse, esse decreto, criamos outro espaços, como Primeiro Seminário Educação não tem Cor, né, em 2017, 17, e assim a gente foi consolidando a luta do movimento negro, a luta do CEMAR, a luta nossa em prol da questão

da melhoria da qualidade do nosso povo e, e... coincidentemente hoje a gente percebe que esse movimento negro que nós começamos, ele deu bons fruto, né, você percebe depoimentos de pessoas de dizer assim antes não era reconhecido agora eu sou reconhecido, mais a luta não parou, né, além de ser reconhecido as comunidades a gente vem pautando, discursões, encontro, buscando projetos, formando eles, tivemos um projeto da União Europeia onde foi investido recursos para o aperfeiçoamento do barro, foram várias ações nesse sentido que a gente melhorou os indicadores, melhoramos a participação do povo negro nesse sentido, então foi muito importante pra todos nós, foi oportuno e ao mesmo tempo a gente conseguiu obter bons resultados sobre, é, é...essa questão da luta que iniciou pela professora Margarida e que vem dando sequência com alguns membros do CEMAR, né, e aqui eu me coloco como membro, desse movimento também, como articulador, como gente que esta junto deles, e agente esta sempre pautando com eles as lutas sociais, os movimentos sociais, os movimentos em prol da emancipação, em prol da qualidade de vida, da política pública, em prol daquilo que é mais sagrado que é o direito, né, o direito, e ao mesmo tempo a justiça social que possa ser prevalecida, então a gente tem um contexto nesse, nesse trabalho no movimento negro em Pombal, né, é claro que a gente vem abatendo os nosso antepassados, daqueles que morreram, daqueles que lutaram por nós, Zumbi dos Palmares, Dandara, Martin Luther King, Margarida Pereira, é, é... entre tantos outros aqui que a gente poderia fazer a citação, mais que a gente vem dando sequência a essa luta, a esse movimento, que é um movimento legítimo, e que a gente acredita muito nesse, né, na base, né, num trabalho de base, num trabalho de conscientização, num trabalho de formação, então é um pouco disso a nossa história e a gente não para por aqui, a gente tem mais algo ainda a construir, mais algo ainda a contribuir, é claro, formamos liderança, pessoas hoje que são liderança, conseguimos sensibilizar, muitos, muitas pessoas da cidade hoje, que tem um olhar diferenciado com os Pontos, com Congos, com os negros, com Irmandade do Rosário, com a arte em barro que é dos Rufinos, com os Pontões que é do bairro Nova Vida, construção de sede, perspectiva de projetos, além de Pombal mais a nível de Sertão, projeto esse que a gente está elaborando na área de geração, emprego e renda pra dar oportunidade a essa população e a gente ter isso como um referencial, né, não é uma caridade, não é uma re. é uma reparação mais é uma questão de justiça social, de justiça social, é tratar o ser humana como estar lá previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Direito Humano é direito a pessoa humana, né, é um direito assegurado a ele então era isso, eu agradeço, tô a disposição, JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, Assistente Social, militante do Movimento Negro de Pombal.

**ANEXO:**

*Art. 1º*  
*Art. 2º*  
*Art. 3º*  
 P A C. 1

NOMINE CRISTE INVOCATA

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO ROSARIO

*datilografado*  
*Por volta de 1913*

C A P I T U L O 1º

DA IRMANDADE E SEUS FINS:

Art. 1º + Fica instituído a irmandade de Nossa Senhora do Rosário com sua criação na Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Pombal, até que sob os auspícios da mesma irmandade, se construa uma capela com aquela invocação.

Art. 2º ( A irmandade se comporá de todas as pessoas parias de reconhecida conduta civil e moral, não sendo estabelecido em uma destruição de sexos e sangue que não fôrem concubina-rios nem dado ao vício do jôgo e da embriaguês, e que se propuserem tributar um culto especial de hiperdulia e veneração a Inclita Senhora do Rosario.

C A P I T U L O 2º

DES IRMÃOS E REQUISITOS PARA A SUA ADMISSÃO.

Art. 3º Só poderam pertencêr a comunhão desta irmandade os homens maiores 14 anos e as mulheres de 12 que tiverem todos estes requisitos.

P.º 1º Observar o fiel cumprimento dos mandamentos da lei de

CONTINUA pag. 2



## Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso  
C.G.C. 08.799.173/0013-67  
59.840 - POMBAL - PARAIBA

### Capítulo Terceiro

#### Da Mesa e Sua Eleição.

Artigo 11. O Governo da Irmandade é cometido imediatamente composta dos seguintes membros: JUIZ, ESCRIVÃO, TESOUREIRO, ZELADOR e doze Irmãos de Mesa.

Artigo 12. Além destes membros, far-se-á conforme as disposições do artigo 7- a eleição de um escrivão e Tesoureiro de honra, que assim investidos poderão votar qualquer deliberação da mesa, sendo porém proibido apresentar qualquer idéia.

Artigo 13. A Eleição da mesa se procederá por escrutínio secreto, observada a maioria absoluta dos votos.

Artigo 14. Havendo empate em qualquer eleição, se algum dos candidatos já tiver exercido aquele cargo, será este o escolhido, não procedendo esta hipótese, se decidirá pelo mais velho ainda havendo coincidência, se recorrerá a sorte.

Artigo 15. Não se poderá proceder por qualquer título a eleição para pessoas estranhas a comunhão da irmandade.

Artigo 16.- A ordem a seguir nas eleições será descendente em primeiro lugar o Juiz, em segundo, o escrivão, em terceiro o Tesoureiro e 12 Irmãos da Mesa. Esta mesma ordem observa-se -é no direito de sucessão na falta e impedimentos, favorecendo a maioria, caso sejam atingidos os irmãos da mesa. Aparecendo qualquer chapa escrita em número superior só será apurado o primeiro nome para os três primeiros cargos os doze primeiros nomes para o último.

Artigo 17- Cada Irmão depositará na urna uma chapa, contendo um só nome para a eleição do Juiz Escrivão e Tesoureiro 12 (DOZE) nomes para os Irmãos da Mesa. ~~Aparecendo qualquer chapa inscrita em número superior só será apurado o primeiro nome para os três primeiros cargos, os doze primeiros cargos nomes para o último.~~

Artigo 18. O Irmão que for empossado de um destes cargos, tudo deve proceder para sua inteira e desempenho fiel podendo solicitar do Juiz todos os esclarecimentos e informações, que ao mesmo tempo a tiverem.

Artigo 19- Os irmãos, quando entenderem razoável, podem requerer um Fiscal para assistir a eleição não sendo permitido o ingresso de pessoas estranhas a irmandade.

Artigo 20- Não é vedado o direito de reeleição de qualquer membro - quando tenha observado fielmente todos os cumprimentos de sua investidura.

Artigo 21- Quando o Irmão eleito para qualquer lugar da mesa não assu-

~~ela dentro de...~~ Continuação

## Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso  
C.G.C. 08792173/0013-67  
58.840 - POMBAL - PARAIBA

Continuação do Artigo 21- dentro de um mez, após a posse da mesa regêdôra, reputar-se-a a vagancia do cargo, designado o Juiz um dia, a fim de, ~~de~~ em sessão extraordinaria fazer-se a eleição para seu preenchimento.  
Artigo 22- Serão ~~de~~ considerados suspensos os direitos do irmão que não realizarem o pagamento de seus anais em 2 anos consecutivos sendo deles reentregados após seu saldo ou indenização.

### Capitulo Quatro

Das Sessões e Reunioes da mesa regêdôra-

Artigo 25- Haverá no decurso do ano consequentiment 4 reunioes-

Paragrafo 5 - Ordinaria, tambem denominadas sessões magna, nos dias seguintes 1º de Janeiro, Domingo da ressurreição, Segundo Domingo de Agosto, 1º Domingo de Outubro

*P. §. Unico. Poderá haver sessões extraordinarias toda vez que O Juiz entender de por bem determinar ou o requerimento de tres irmãos ~~de~~ desobrigados de qualquer anos de vida para com a irmandade, quando declarem motivos justos e momentozo.*

Artigo 24. Em nenhuma sessão, se deliberará executivamente havendo numero inferior a 12 membros, sendo no entato permitido qualquer descurçoões que dê luz e esclarecimento, sobre os negocios desta pia instituição.

Artigo 25- Na primeira sessão de Janeiro de cada ano, far-se-a arrecadação de todos os debitos dos empregados e irmãos, e a tomada das contas do Tesoureiro que depois de aprovada pela mesa serão remetidas ao Vigário, quem facultativo pugnar por qualquer defeito, que se notar.

*P. § Unico-* Havendo deficit nestas contas facultar-se-á o prazo de 15 dias para seu integro pagamento, depois de que se poderemse cobrar judicialmente, ou como melhor aconselharem a caridade e a prudencia.

Artigo 26- Um irmão assim procedendo será eliminado podendo ~~podendo~~ ser admitido voltando a verdadeira regeneração.

*39-* Artigo 27- Na 2ª sessão Domingo da Ressurreição se procederá a eleição da mesa dos membros da mesa regêdôra e a posse dos novos eleitos precedido do juramento aos santos Evangelos, diante do Rev. Paroco ou qualquer sacerdote por ele delegado.

*38* Artigo 28 Na Terceira sessão Segundo Domingo de Agosto se tratará do modo porque se poderá faser a festa de Nossa Senhora do Rozario, segundo as possibilidades e as condições monetarias do cofre da irmandade ~~de~~ tendo lugar então quota subscrita do todos os membros.

*40-* Artigo 29- No 1º Domingo de Outubro selebrará a festa de sua excelsa ~~padroeira~~ Protetora, observado os despositivos obs. os mandamentos Diocesanos.

## Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paroquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso  
C.G.C. 08.799.173/0013-67  
58.860 - POMBAL - PARAIBA

Continuação do artigo 29

P. § Unico- Nas mesmas sessões, se poderá tratar de tudo, que fôr necessario ao bem serviço desta pia associação.

Artigo 30, As sessões seguirão os mesmos transitos dos corpos legislativos, salientando-se do modo respectivo a boa ordem e silencio que deverão conservar.

Artigo 31- A segunda das sessões magna deverá ser feita com assistência do Paroco, para receber o juramento de fala o artigo 27,

que será consignado nestes termos: / juro pelos Santos Evangelos, proceder com todo empenho, isenção de animo e solicitude no cargo do que assumo.

P. § Unico- Não comparecendo o Vigario fica o mesmo autorizado a receber o juramento, de que passará certidão autentica.

### DO JUIZ

Artigo 32. só poderá ser Juiz o irmão maior de 25 anos, sendo legalmente illicita a eleição daquele que não tiver completa essa idade

Artigo 33 São atribuições privativas do Juiz.

P. § primeiro presidir todos os atos da comunhão,

P. § Seg. Resolver qualquer assunto sejam fora da mesa.

P. § Terceiro- Autorizar as despesas necessarias a irmandade até- Cr\$ 25.00 independentemente de autorização da mesa.

P. § quarto Representar esta corporação e sobre tudo pugnar pela conservação deste compromisso.

P. § Cinco Decidir nos emates de votação nominais e simbolicas da irmandade.

P. § Seis- Apresentar no fim de seu ano compromissal um relatorio historico historiando os primeiros acontecimentos havidos.

### CAPITULO 6º

#### DO ESCRIVÃO

Artigo 34. o escrivão terá a seu cargo todos os papeis e livros da irmandade sendo por ele o unico responsavel.

P. § segundo Escrever todas as correspondencias que aparecer durante o tempo do exercicio deste cargo.

P. § terceiro- Escrever pela ordem de sua admissão o nome dos irmãos

P. § Quarto Substituir o Juiz em seus impedimentos.

## Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso  
C.G.C. 08.799.173/0013-67  
58.840 - POMBAL - PARAIBA

### CAPITULO ~~7º~~ 7º

#### DO TESOUREIRO

Artigo 35.- Ao tesoureiro compete-

P. § 1º Guardar o cofre da irmandade, sendo obrigado a indenizar qualquer falencia que se verificar na prestação de conta.

P. § 2º Passar um balancete da receita e despesas anexadas os documentos comprovatorios da efetividade de qualquer despesa.

P. § 3º Encarregar-se como zeloso cooperador do Paroco, de todos os bens, legados e donativos ofertados a irmandade.

Artigo 36.- O tesoureiro só será sucessor imediato do escrivão na gestão diretiva da irmandade, nos outros casos o Juiz convidará qualquer irmão para substituí-lo.

### CAPITULO 8º

#### DA CONTRIBUIÇÃO

Artigo 37- Enquanto não se tornarem mais longueiras as condições financeiras desta pia instituição observar-se a singularmente o pagamento segundo a tabela infra.

Jóia de entrada	Cr\$	3,00
Annual Jóia----	"	1,00
Jóia JUIZ-----		3.00
" " Escrivão		3.00
" " Tesoureiro		3.00
" " Irmão de mesa		2.00

Artigo.38 . Considera-se terminado o ano em ordem a contribuição dos irmãos no dia 1º de Janeiro de cada Ano.

CAPITULO 9º- Artigo 37- A atual mesa Regêdora continua no pleno domínio de sua investidura caso esteja com as disposições deste compromisso.

Artigo 40- O Juiz fica autorizado a nomiar uma comissão destinada a modular a irmandade de Nossa Senhora do Rosario a fim de remover-se as gravames desta comissão.

### CAPITULO 10º

#### DESPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 41- Os irmãos que falicerem sem nada dever a irmandade tem já ser acompanhado oficialmente pela irmandade, á 3 sinais e ao fruto espiritual das missas que como sufrágio mandar celebrar missa.

Artigo 42 - A mulher vivendo em estado cojugal, o filho menos de 10 anos sob a opatris poder e as filhas solteiras vivendo honestamente gozarão dos direitos de sinais e acompanhamento, não sendo de nenhum modo invia

## Mitra Diocesana Diocese de Cajazeiras

Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso

C.G.C. 08.789.173/0013-67

59.840 - POMBAL - PARAIBA

### CONTINUAÇÃO DO CAPITULO 10

Ninhum modo invicta a irmandade a ocorrer a qualquer despesa / mesmo no caso de reconhecida pobreza.

Artigo 43. O irmão que pelo estado de verdadeira indigencia não puder ser sufragado pela sua familia será enterrado modesto e decentemente pela irmandade.

Artigo 44 -Anualmente se mandará celebrar 12 missas pela intenção e sufragio dos irmãos vivos e mortos, sendo que pelo estado da Associação se possam aumentar ditos sufragios.

Artigo 45. As pessoas que fiserem donativos e legada em quantidade superior a Cr\$ 25.00 extencivas as disposições do Artigo 41.

Artigo 46. As pessoas que forem alistadas pela familia depois de morto ou em estado de talha morbidez para gozarem das prerrogativas e sufragios do presente compromisso, é preciso que a mesma familia contribua com a joia entrega de Cr\$ 25.00.

P.º Unico. Essa admissoão tar-se-a tão somente com a provação do Juiz, Escrivão e Tesoureiro e na falta de qualquer um deles dois irmãos da mesa.

Artigo 47. O irmão que sem motivo deixar de comparecer a qualquer ato da irmandade sendo previamente avisado, e não justificando a sua falta mediante motivo grave, pagará a multa de Cr\$ 5,00.

Artigo 48. É privativo a atribuição da mesa a determinação do numero dos livros necessarios para o bem governo da Irmandade.

Artigo 49. Só poderá haver reunioes nos Domingos e dias santificados exceto para enterramento do irmão.

Artigo 50. Os irmãos o amplo direito de voto descrecionalario podendo propor e discutir sobre qualquer medida que surgir como precisa.

Artigo 51. É facultativa a mesa promover subscrição entre os socios para qualquer festividade ou despesa extraordinaria.

Artigo 52. As pessoas que fiserem donativos e legados excudente a quantia de Cr\$ 30.00 fazem já as concessões desta irmandade quanto a seus sufragios.

Artigo 53. O curso de qualquer sessão não irá alem de 4 horas que se realizando será o Juiz obrigado a suspender-la imediatamente.

Artigo 54 Quando o Paroco estiver presente ao mesmo cabe a presidencia das sessões.

Artigo 55. Será desolvido e profacto a mesa Regêdora que por ato official der provas de desrespeito e desobediencia ou aos seus Delegados.

Artigo 56. Serão membros da mesa Regêdora

PARÓQUIA DE NOSSA

CONTINUAÇÃO DO ARTIGO 56- Será Eliminado o Irmão que por ato Público ou por mal desacatar e desbedecer a autoridade Diocesana ou aos seus delegados especialmente o Paroco.

Artigo 57. A mesa está obrigada a toda a aquiescencia e a acatamento das decisões da autoridade Diocesan, das quais só poderá haver recurso para a relação Metropolitana ou para a Santa Sé.

Artigo 58. A mesa poderá tomar medidas preventivas que não se apontem substancialmente as disposições deste compromisso com, aprovação formal do Paroco ad tempus; recorrendo ao Exmo. Prelado Diocesano para aprovação da dita medida.

P. §. Unico. Qualquer cauza aprovada por Exco. e Revma. formará um cadastro que será adicionado como parte suplementar deste compromisso

Artigo 59 Revogam-se todas as disposições em contrario.

TERMO DE CONCLUSÃO

Aos dezoito de Julho de mil oitocentos e noventa e cinco, me foi dado este compromisso com o despacho superior do que fiz este termo. Eu Padre Estevão José Dantas, Escrivão da Comarca Eclesiastica escrevi.

Pombal, 24 de Agosto de 1913

Cop P.S. Trigueiro.

Em 7/6/1957.

